

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – DOUTORADO EM GEOGRAFIA

SUELEN TERRE DE AZEVEDO

AS VIVÊNCIAS E INTERAÇÕES DOS POVOS DA FRONTEIRA
BRASIL-PARAGUAI

MARINGÁ – PR

2023

SUELEN TERRE DE AZEVEDO

AS VIVÊNCIAS E INTERAÇÕES DOS POVOS DA FRONTEIRA
BRASIL-PARAGUAI

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Geografia, área de concentração “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais” do Departamento de Geografia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ – PR

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na- Publicação (CIP) (Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Azevedo, Suelen Terre de

A994v As vivências e interações dos povos da fronteira Brasil-Paraguai / Suelen Terre deAzevedo. --
Maringá, PR, 2023.

168 f.: il. color., figs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Mobilidade transfronteiriça - Brasil - Paraguai. 2. Lago de Itaipu - Fronteira - Brasil - Paraguai. 3.
Integração regional - População - Brasil - Paraguai. 4. Covid-19 - Isolamento territorial - Fronteira. I. Serra,
Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de Geografia. Programa de Pós- Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 980

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

AS VIVÊNCIAS E INTERAÇÕES DOS POVOS DA FRONTEIRA BRASIL-
PARAGUAI

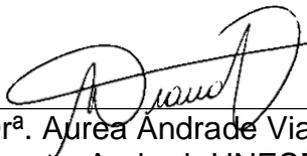
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **18 de julho de 2023.**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio
Serra Orientador-
PGE/UEM



Prof.ª Dr.ª. Aurea Andrade Viana de
Andrade UNESPAR



Dr.ª Lia Dorotéa Pfluck
Membro convidado - UNIOESTE



Prof. Dr. Tarcisio
Vanderleinde Membro
convidado - UNIOESTE



Prof.ª Dr.ª. Fabíola Casteto de Souza
Cordovil Membro convidado –
UEM

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus ancestrais por sua sabedoria e pelo legado que deixaram. Sou parte de uma linhagem de força e amor, e honro aqueles que vieram antes de mim e aqueles que caminham ao meu lado nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata a Deus, que me concedeu força, sabedoria e proteção durante todo o período da pós-graduação.

Agradeço à minha família por todo o apoio durante esse processo. Com carinho ao meu marido, Amilton de Azevedo, que sempre me incentivou e garantiu que tudo transcorresse da melhor forma possível. Às minhas filhas, Isabel de Azevedo e Alice de Azevedo, que me proporcionaram amor incondicional e são o motivo da minha resiliência. Gratidão aos meus pais, Lisiane Rosali Figur Terre e Elton Terre, que sempre são minha inspiração e me dão forças em todos os momentos. Agradeço muito às minhas irmãs, Karinie Terre Brizolla da Silva e Thassiane Terre de Meira, pelo apoio incondicional, ao meu irmão Elton Terre Junior e à minha cunhada Haiana Terre, por contribuírem em vários aspectos, principalmente nos cuidados com minhas filhas.

À minha colega e grande amiga Jaqueline Gorisch Wilkomm Fruet, por todo apoio emocional e técnico, compartilhando seu conhecimento e sua experiência, sendo meu amparo nos momentos de crise. Sua companhia foi fundamental, minha profunda gratidão por tudo que você fez por mim ao longo desse período.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador Elpídio Serra, por confiar e acreditar em meus esforços desde o início, também pelo seu valioso conhecimento, orientação e paciência.

Agradeço à banca examinadora, composta por Fabíola Castelo de Souza Clovovil, Lia Dorotéa Pfluck, Aurea Andrade Viana de Andrade e Tarcisio Vanderlinde, pelo tempo dedicado à avaliação deste trabalho e pelas sugestões construtivas. Aos suplentes Edézio José da Cunha e Cleverson A. Reolon pela disposição em colaborar. Sem a ajuda de todos vocês, este trabalho não teria sido possível.

Gratidão a Universidade Estadual de Maringá, a todos professores e às secretárias do Programa de pós-graduação em Geografia, pelo conhecimento e orientação para concluir este trabalho. À equipe de atendimento psicológico da UEM pelo auxílio prestado.

Agradeço a concessão de bolsa de pesquisa, visto que o presente trabalho foi realizado com “apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Toda minha gratidão e admiração aos professores que já tive, em particular aqueles que sempre me motivaram. Em especial, à professora Karin Hornes, que foi a maior incentivadora para meu ingresso no doutorado. Aos demais professores da Unioeste-MCR pelo apoio quando foi necessário.

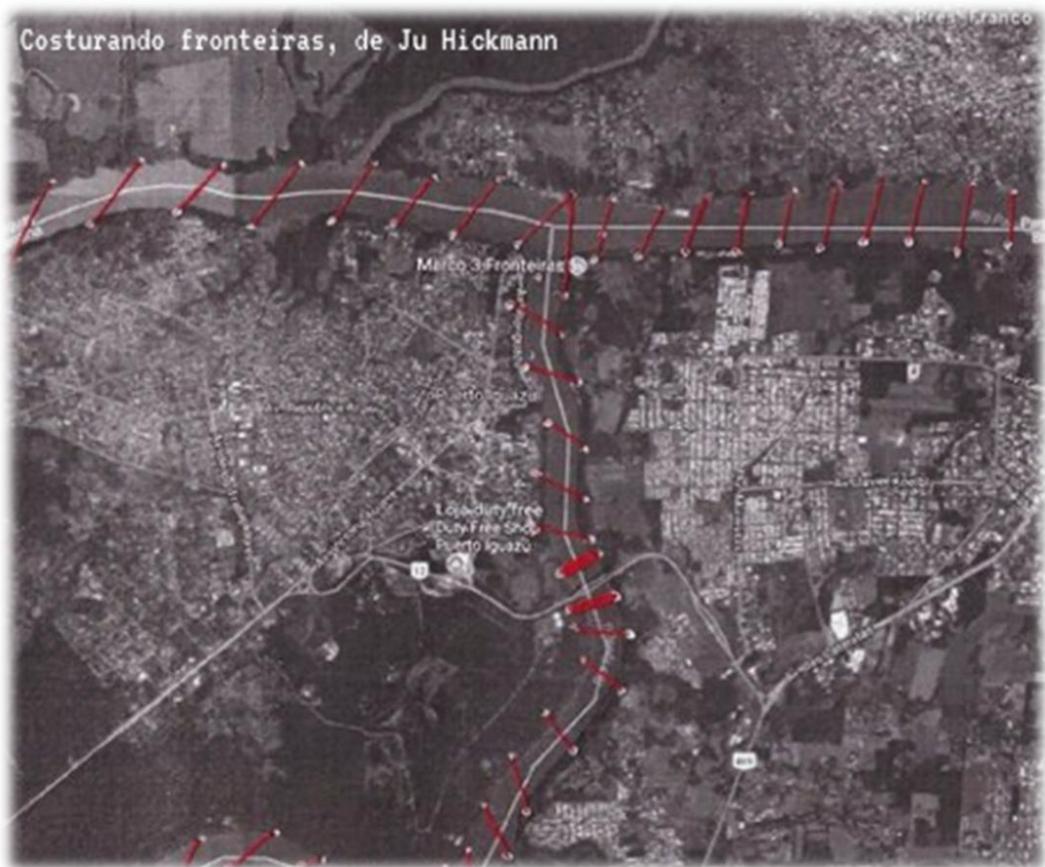
Agradeço a todos os alunos que fizeram parte de minha atividade docente, por todo aprendizado. A vivência em sala foi combustível para a conclusão deste doutorado, vocês fazem parte!

Aos meus colegas de doutorado, Sandra Terezinha Malysz, Tatiane Monteiro Ré, Thiago Vinicius Silva Athaydes, Silvana de Jesus Galdino e Vitor Hugo Rosa Biffi, pelas trocas de ideias e pela força durante os momentos necessários. Agradeço também aos demais colegas do doutorado e do mestrado que se fizeram presente durante minha passagem pela UEM. Aos professores e colegas da revista Boletim de Geografia da UEM pela oportunidade de aprendizado.

Gostaria de expressar meu reconhecimento a todos que fizeram parte desta jornada, mesmo que não tenham sido mencionados individualmente.

Minha profunda gratidão aos transfronteiriços que aceitaram participar desta pesquisa, oferecendo seu tempo, dividindo suas histórias de vida e experiências. Obrigado pela confiança. Vocês são os protagonistas dessa pesquisa!

Costurando fronteiras



Autora: Ju Hickmann, Proyecto Residencia Artística, curso LAMC UNILA. 2017

RESUMO

As áreas de fronteira apresentam dinâmicas complexas. Os problemas enfrentados pela população não são apenas locais ou regionais, mas também envolvem desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os dois lados da fronteira. Neste sentido, é desafiador criar propostas bilaterais que levem a uma integração transfronteiriça efetiva e institucionalizada, considerando as necessidades dos transfronteiriços. Ao mesmo tempo, os moradores estabelecem relações históricas e afetivas, permeadas pelas vantagens econômicas de um e de outro lado da fronteira, denominada de condições fronteiriças. Neste panorama, o presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções e vivências dos moradores da fronteira Brasil-Paraguai em relação à dinâmica regional e ao território construído pelos povos de fronteira. Isso inclui compreender a livre circulação de pessoas nas cidades fronteiriças e as vivências relacionadas à questão territorial. A área de estudo abrange os municípios paranaenses que fazem fronteira com o Paraguai através do Lago de Itaipu, classificados pelo IBGE como linhas de fronteira. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: entrevistas abertas e pesquisa de campo para caracterizar os fenômenos estudados, seguidos de análise, bem como revisão bibliográfica sobre a temática das fronteiras. A tese, portanto, confirma as interações entre os povos de fronteira, realizada pela mobilidade da população transfronteiriça. Além disso, explana as percepções dos transfronteiriços e as relações cotidianas, abordando a situação vivenciada durante o período de isolamento territorial e o consequente fechamento das fronteiras, causado pela pandemia de Covid-19.

PALAVRAS-CHAVES: Território; Integração Regional; Geografia; Covid-19; Mobilidade Transfronteiriça.

ABSTRACT

Border areas present complex dynamics. The problems faced by the population are not only local or regional, but also involve economic, political, and social inequalities between the two sides of the border. In this sense, it is challenging to create bilateral proposals that lead to an effective and institutionalized cross-border integration, considering the needs of the cross-borderers. At the same time, residents establish historical and affective relationships, permeated by the economic advantages on either side of the border, called border conditions. In this panorama, the present work aimed to analyze the perceptions and experiences of the residents of the Brazil-Paraguay border in relation to the regional dynamics and the territory built by the border people. This includes understanding the free movement of people in the border cities and the experiences related to the territorial issue. The study area covers the municipalities of Paraná that border Paraguay through the Itaipu Lake, classified by IBGE as border lines. For the development of the study, the following methodological procedures were used: open interviews and field research to characterize the phenomena studied, followed by analysis, as well as bibliographic review on the theme of borders. The thesis, therefore, confirms the interactions between border peoples, realized by the mobility of the cross-border population. Furthermore, it explores the perceptions of the cross-borderers and their everyday relationships, addressing the situation experienced during the period of territorial isolation and the consequent closure of the borders, caused by the Covid-19 pandemic.

KEY WORDS: Territory; Regional Integration; Geography; Covid-19; Cross-border Mobility.

RESUMEN

Las zonas fronterizas presentan dinámicas complejas. Los problemas a los que se enfrenta la población no son sólo locales o regionales, sino que también implican desigualdades económicas, políticas y sociales entre ambos lados de la frontera. En este sentido, es un reto crear propuestas bilaterales que conduzcan a una integración transfronteriza efectiva e institucionalizada, considerando las necesidades de los transfronterizos. Al mismo tiempo, los residentes establecen relaciones históricas y afectivas, permeadas por las ventajas económicas de uno y otro lado de la frontera, denominadas condiciones fronterizas. En este panorama, el presente trabajo tuvo como objetivo analizar las percepciones y experiencias de los residentes de la frontera Brasil-Paraguay en relación con la dinámica regional y el territorio construido por los fronterizos. Esto incluye la comprensión de la libre circulación de personas en las ciudades fronterizas y las experiencias relacionadas con la cuestión territorial. El área de estudio abarca los municipios de Paraná que limitan con Paraguay a través del Lago de Itaipú, clasificados por el IBGE como líneas de frontera. Para el desarrollo del estudio, se utilizaron los siguientes procedimientos metodológicos: entrevistas abiertas e investigación de campo para caracterizar los fenómenos estudiados, seguidos de análisis, así como revisión bibliográfica sobre el tema de las fronteras. La tesis, por lo tanto, confirma las interacciones entre los pueblos fronterizos, realizadas por la movilidad de la población transfronteriza. Además, explora las percepciones de los transfronterizos y sus relaciones cotidianas, abordando la situación vivida durante el período de aislamiento territorial y el consiguiente cierre de las fronteras, provocado por la pandemia del Covid-19.

PALABRAS CLAVE: Territorio; Integración regional; Geografía; Covid-19; Movilidad transfronteriza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo.....	16
Figura 2 - Localização da faixa de fronteira do Brasil e cidades gêmeas	42
Figura 3 - Zona de Seguridad Fronteriza - Paraguay	44
Figura 4 - Vista aérea da Usina Binacional de Itaipu	78
Figura 5 - Localização das pontes nacionais e internacionais, portos internacionais e pontos de travessias fluviais, margem brasileira.	94
Figura 6 - Ponte Internacional da Amizade	95
Figura 7 - Ponte Internacional da Integração em fase de construção.....	96
Figura 8 - Placa com as informações da Ponte da Integração	97
Figura 9 - Vista completa da Ponte da Integração Brasil-Paraguai.....	97
Figura 10 - Vista parcial da Ponte Ayrton Senna (Guaíra (PR) – Mundo Novo (MS)	98
Figura 11 - Ponte Ayrton Senna no sentido (Guaíra (PR) – Mundo Novo (MS)	98
Figura 12 - Acesso para o Paraguai ao cruzar a ponte Ayrton Senna.	99
Figura 13 - Porto Lacustre Sete Quedas, em Guaíra	101
Figura 14 - Local do embarque e desembarque da balsa	102
Figura 15 - Balsa do Porto Internacional de Santa Helena a Puerto Índio	103
Figura 16 - Aduanas do Porto Fluvial Internacional de Santa Helena.....	103
Figura 17 - Lago de Itaipu, Santa Terezinha de Itaipu.....	105
Figura 18 - Lago de Itaipu, Porto Mendes	107
Figura 19 - Local de embarque de passageiros no ano de 2023.....	107
Figura 20 - Momento do desembarque de passageiros oriundos do Paraguai.....	108
Figura 21 - Lago de Itaipu, Porto Britânia.....	109
Figura 22 - Embarcação que era utilizada para o transporte de pessoas na travessia Porto Britânia/Porto Marangatu.	109
Figura 23 - Placa que informava os horários de travessia entre Brasil e Paraguai.	110
Figura 24 - Momento do embarque de passageiros no Porto Britânia.....	111
Figura 25 - Operação do BPFRON nas margens do Lago de Itaipu.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil dos participantes da pesquisa.....	24
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3 OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DAS FRONTEIRAS	27
3.1 A QUESTÃO TERRITORIAL	28
3.2 FRONTEIRAS: TEORIAS E CONCEITOS	33
3.3 DISTINÇÕES ENTRE ZONA DE FRONTEIRA, FAIXA DE FRONTEIRA E LIMITE	40
4 FORMAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DA FRONTEIRA BRASIL - PARAGUAI	48
4.1 OS TRATADOS E A DEFINIÇÃO DA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI	51
4.2 A INFLUÊNCIA JESUÍTICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII	56
4.3 COLONIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS FRENTES AGRÍCOLAS NO PERÍODO DE 1881 ATÉ 1990	64
4.4 AS INFRAESTRUTURAS ESTATAIS DE INTEGRAÇÃO: A PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE E A USINA BINACIONAL DE ITAIPU	76
5 MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS	83
5.1 MOBILIDADE POPULACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA	84
5.2 A FRONTEIRA E SUAS INTERAÇÕES	89
5.3 PRINCIPAIS FORMAS DE TRAVESSIA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI	93
5.3.1 Ponte Internacional da Amizade	95
5.3.2 Ponte Internacional da Integração	96
5.3.3 Ponte Ayrton Senna	98
5.3.4 Travessias Fluviais Internacionais no Lago De Itaipu	100
5.3.5 Porto Lacustre Internacional Sete Quedas	101
5.3.6 Porto Internacional de Santa Helena	102
5.4 OUTROS PONTOS DE TRAVESSIA NO LAGO DE ITAIPU	104
5.4.1 Porto Mendes – Porto Adela	106
5.4.2 Porto Britânia – Porto Marangatu	108
5.5 TRAVESSIAS INVISÍVEIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REDES ILEGAIS NO LAGO DE ITAIPU	112

6 VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOS MORADORES E O COTIDIANO NA	
FRONTEIRA	116
6.1 A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: VIVÊNCIAS E DESAFIOS	116
6.2 A QUESTÃO FRONTEIRIÇA E A PANDEMIA DO COVID-19	118
6.3 OS RELATOS DOS MORADORES SOBRE A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA E A PANDEMIA DA COVID-19	122
6.3.1 As Interações entre os Territórios: Educação, Trabalho, Turismo, Serviços, Saúde, Cultura e Aspectos da Pandemia	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	163
APÊNDICES	168

1 INTRODUÇÃO

Nas cidades fronteiriças, a livre circulação de pessoas é uma realidade que permite vivências relacionadas à questão territorial e à cooperação. Essas vivências constituem redes de solidariedade, caracterizadas pelos processos de território-territorialização. Além disso, a livre circulação de pessoas pode promover o desenvolvimento econômico e social nas cidades fronteiriças. Na fronteira Brasil-Paraguai, a integração ocorre a partir de três fatores principais, os quais envolvem: primeiramente, a facilidade de acesso em migrar; o segundo, as escolhas em realizar serviços e aproveitar oportunidades, caracterizadas por vantagens econômicas; e por fim, as questões relacionadas a laços de afetividade. É necessário, nesse contexto, qualificar as informações inerentes que possibilitem conhecer as categorias de acesso nas regiões de fronteira.

O presente estudo apresenta uma realidade vivida pelos transfronteiriços na construção de um território próprio e que está diretamente relacionada à qualidade de vida dos moradores de uma fronteira, no caso, a do Brasil-Paraguai. Dessa forma, a fim de conhecer os contextos locais e regionais sobre as populações residentes nos limites das fronteiras do Brasil-Paraguai, deve-se considerar suas peculiaridades e as necessidades que as populações de fronteira enfrentam, e somente então, buscar compreender os mecanismos que essa população migrante utiliza para se beneficiar de vantagens locais em ambos os países. Destaca-se que o termo “transfronteiriço” utilizado faz referência ao movimento migratório constante que ocorre entre os limites da fronteira.

Nesse contexto, a problematização desta pesquisa se pauta em considerar os desafios enfrentados nas áreas de fronteira. Como se sabe, de um lado e de outro da fronteira, não se trata apenas de problemas locais, regionais ou fronteiriços diferentes, mas também, de ordenamentos jurídicos diferentes e de condições econômicas e sociais muito desiguais. Isto é perceptível pelas dificuldades de criar propostas bilaterais que possam se encaminhar para a efetiva integração transfronteiriça de forma institucionalizada.

Diante do exposto, a presente pesquisa pauta-se na hipótese de que a existência das vivências que ocorrem na fronteira estudada e na concepção de uma

territorialização própria resultam em um território construído pelos povos de fronteira, com interações que se sobrepõem aos territórios nacionais.

No âmbito da ciência geográfica, ao analisar a dinâmica da fronteira, consideram-se as características da organização social através das relações entre o espaço e a população. Neste contexto, a presente temática está vinculada à linha de pesquisa sobre a “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais”.

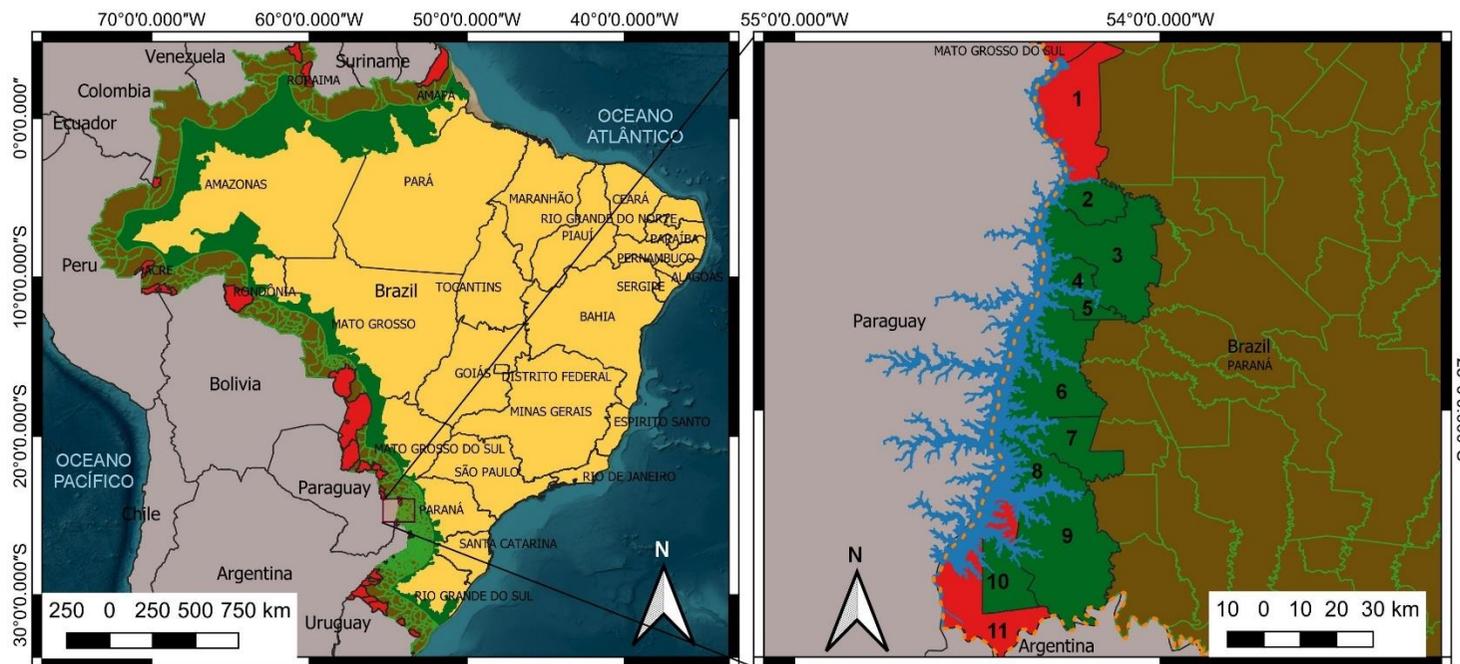
A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a questão da dinâmica regional e do território construído pelos povos de fronteira, compreendendo quais são os aspectos geradores de uma convivência, sob o ponto de vista socioespacial de mobilidade entre os moradores da linha de fronteira.

Os objetivos específicos consistem em: apresentar e discutir sobre o conceito e as teorias da fronteira, sob o aspecto da questão territorial; compreender as populações das regiões fronteiriças através dos fatos históricos, geográficos e contexto social; caracterizar as formas de mobilidade transfronteiriça mais utilizadas; identificar as percepções dos residentes dos municípios paranaenses, localizados na linha de fronteira entre o Brasil e Paraguai, sobre a condição fronteiriça e os impactos da pandemia de Covid-19.

A pesquisa teve como período de análise os anos de 2019 até os primeiros meses do ano de 2023. Cabe ressaltar, que o trabalho foi afetado pelo fechamento da fronteira do Brasil e do Paraguai, durante sete meses no ano de 2020. Deste modo, durante as atividades de campo e entrevistas, foram identificados os impactos imediatos que a pandemia da Covid-19 ocasionou, ademais, foi realizada a análise do período pandêmico através dos relatos pessoais dos moradores.

Serão, portanto, analisados os municípios paranaenses classificados, de acordo com o IBGE, como linhas de fronteira, compreendendo os municípios de: Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, visualizados na Figura 1.

Figura 1 – Localização da área de estudo



- Municípios brasileiros com cidades-gêmeas
- Faixa de fronteira
- Municípios da faixa de Fronteira
- Brasil

- - - Fronteira Internacional
- Hidrografia

- 1 - Guaira
- 2 - Mercedes
- 3 - Marechal C. Rondon
- 4 - Pato Bragado
- 5 - Entre Rios do Oeste
- 6 - Santa Helena
- 7 - Missal
- 8 - Itaipulândia
- 9 - São Miguel do Iguaçu
- 10 - Santa Terezinha de Itaipu
- 11 - Foz do Iguaçu

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS: WGS 84
 BASE CARTOGRÁFICA : IBGE 2013;2020

Fonte: Elaboração própria (2022)

A pandemia impactou significativamente a presente pesquisa. As dificuldades passaram pela interrupção das atividades acadêmicas, pela saúde física e mental da pesquisadora, e pelo impedimento de prosseguir as atividades de campo, por ocasião do fechamento da fronteira. Sob este panorama, o trabalho precisou ser repensado, incluindo a situação pandêmica na temática de estudo, com a finalidade de viabilizar o andamento dos afazeres e compreender a nova dinâmica estabelecida.

A pesquisa está justificada pelo fato de oferecer subsídios aos municípios paranaenses estudados através de dados que possam contribuir para a elaboração de ações de integração socioespacial. O registro dessas ações e a averiguação da formação de redes podem cooperar para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a integração e a cooperação entre os povos de fronteira. O estudo, contribui para compreender as dinâmicas socioespaciais das cidades fronteiriças.

É fundamental apresentar e caracterizar os aspectos geográficos relacionados com as condicionantes na fronteira. Doravante, faz-se necessário estabelecer-se a compartimentação desta tese, que está estruturada em 7 itens, incluindo este tópico (item 1), a qual, além da estruturação do trabalho, constam os objetivos, discorre sobre a problematização, a hipótese norteadora e a justificativa da pesquisa.

O item 2, intitulado “Procedimentos Metodológicos”, apresenta as etapas para a elaboração do desenvolvimento da tese. De modo geral, o estudo é descritivo e analítico, com ênfase no método qualitativo para a coleta e análise de dados, por meio de trabalhos de campo e entrevistas. Ainda consta, nesta etapa, o levantamento bibliográfico pertinente a temática da tese.

Já o item 3, com o título “Os conceitos geográficos como categoria de análise das fronteiras”, discute o conceito de fronteira a partir de uma abordagem geográfica e apresenta os conceitos-chave da Geografia, incluindo a relação entre natureza e sociedade, e as categorias de estudos geográficos. O item destaca a importância de compreender a transformação da natureza e as relações humanas construídas no contexto socioespacial e explana que as definições de espaço e território são diversificadas na ciência geográfica.

O item 4, por sua vez, denominado “Formação geográfica e histórica da fronteira Brasil-Paraguai”, visa explorar a dinâmica das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, destacando a importância da diversidade cultural e como a ocupação de diferentes grupos ao longo dos séculos moldou a identidade dessas regiões. Além disso, o texto busca resgatar os principais tratados que influenciaram na definição da

fronteira entre esses países. Portanto, serão apresentadas considerações acerca do processo de ocupação da região, que é abarcada por influências de diversos grupos sociais em tempos diferentes. Sendo fundamental para compreender a dinâmica dos povos de fronteira.

O item 5, nomeado “Migração, mobilidade e interações transfronteiriças”, trata da dinâmica da população na fronteira paranaense entre o Brasil e Paraguai, caracterizada por intensos processos de migração nacional e internacional, além do fluxo de mercadorias promovido pelas relações de prestação de serviços públicos e privados, sendo estas legais ou ilegais. Destaca-se também a importância da diversidade étnica e cultural para garantir a complexidade da identidade e do território fronteiriço, assim como a necessidade de políticas públicas mais abrangentes para atender às demandas da população que vive na informalidade, e a garantia no acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança. Nestes aspectos, busca-se a reflexão sobre o fenômeno da imigração e da migração entre o Brasil e Paraguai para a dinâmica da fronteira.

O item 6, “Vivências e percepções dos moradores e o cotidiano na fronteira”, discute a importância da fronteira como um espaço de convívio entre diferentes, onde ocorre a socialização e o desenvolvimento de identidades múltiplas que atribuem coesão a uma comunidade fronteiriça. Além disso, são abordadas as diversas funções que as fronteiras podem exercer, desde a separação de grupos sociais e culturas até o estabelecimento de relações de poder e controle de fluxo de pessoas, bem como a compreensão da condição fronteiriça como um produto histórico que varia de acordo com as relações construídas pelas populações fronteiriças em diferentes espaços e setores.

Por fim, ainda, o item 6 destaca a importância de refletir sobre a fronteira como um espaço privilegiado de produção de antagonismos e laços de solidariedade, e como as relações entre território e povo devem ser entendidas a partir das práticas imanentes que são específicas dos transfronteiriços. Outros aspectos abordados são referentes a dinâmica da mobilidade transfronteiriça entre o Brasil e Paraguai em meio à pandemia da Covid-19, e como o fechamento das fronteiras internacionais afetou o cotidiano das populações fronteiriças. Além disso, o item enfatiza em como a pandemia colocou à prova os estudos fronteiriços ao apresentar a dinâmica das fronteiras com seu fechamento, reabertura e vigilância. Por fim, são analisados os impactos do fechamento das fronteiras na vida da população transfronteiriça, incluindo

as consequências econômicas e sociais para os trabalhadores migrantes e os informais.

Para obter os resultados desta pesquisa, foram analisados os relatos sobre a percepção dos moradores que vivem próximos à fronteira do Brasil com o Paraguai em relação ao vínculo que eles estabelecem com o lugar onde vivem e como eles observam as relações entre os dois países. A análise buscou entender como as experiências individuais e os relatos pessoais ajudam a compreender a construção dos laços afetivos e da identidade das pessoas que vivem em regiões de fronteira. O item 6 também abordou, as histórias de vida que foram impactadas pela pandemia e o fechamento da fronteira internacional.

De forma mais ampla, considera-se que a tese contribui para a literatura acadêmica sobre a geografia das fronteiras, fornecendo um caso detalhado de uma fronteira complexa e dinâmica. A fronteira Brasil-Paraguai, com suas múltiplas dimensões históricas, culturais e políticas, serve como um exemplo rico das complexidades e contradições intrínsecos aos espaços de fronteira. A originalidade e a profundidade teórica desta pesquisa estarão baseadas na análise de diversos aspectos da fronteira Brasil-Paraguai, desde os tratados históricos que definiram seus limites até as dinâmicas socioculturais contemporâneas que continuam a moldá-la. Essa abordagem multifacetada e interdisciplinar permitirá uma compreensão mais completa e profunda das especificidades e dinâmicas desta região de fronteira em constante evolução.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta tese é um estudo geográfico descritivo e analítico que abrange as localidades situadas no limite de fronteira entre Brasil e Paraguai. Do ponto de vista do modelo teórico, a pesquisa analisa as vivências fronteiriças dos moradores dos municípios margeados pelo Lago de Itaipu, reportando-se especificamente às características relacionadas à transfronteirização. Destarte, esta pesquisa considera as relações entre os indivíduos e o território, evidenciando a relevância da condição fronteiriça como um modo de vida.

Neste aspecto foi escolhido para a coleta e análise de dados o método qualitativo. A pesquisa qualitativa é uma abordagem de investigação que busca compreender os fenômenos sociais em profundidade, a partir da perspectiva dos próprios participantes. De acordo com Gil (2010), essa metodologia é baseada em uma perspectiva interpretativa, ou seja, ela busca compreender os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e vivências.

A pesquisa qualitativa é conduzida por uma série de princípios metodológicos que orientam as escolhas do pesquisador, desde a seleção dos participantes até a análise dos dados. Entre esses princípios destaca-se a imersão no campo, a observação participante, o uso de entrevistas abertas e semiestruturadas, a análise de dados por tema e a busca constante por validade e confiabilidade. (GIL, 2010).

A partir de Minayo (2014) o método qualitativo favorece a forma como o indivíduo se estabelece em sociedade, e isso está conectado no modo como cada pessoa produz a sua história, suas crenças e símbolos.

[...] É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2014, p. 57).

Para Gil (2010), uma das principais vantagens da pesquisa qualitativa é a possibilidade de explorar tópicos e questões pouco conhecidos ou pouco compreendidos pela comunidade científica. Além disso, essa abordagem permite uma compreensão mais profunda e abrangente dos fenômenos sociais, já que ela privilegia a perspectiva dos participantes. No entanto, a pesquisa qualitativa apresenta alguns desafios e limitações. Uma das principais críticas a essa abordagem é a falta de rigor

e confiabilidade, já que os resultados obtidos podem ser influenciados pelo viés do pesquisador ou pela subjetividade dos participantes. Além disso, a pesquisa qualitativa pode ser mais demorada e trabalhosa do que outras abordagens, requerendo tempo e recursos significativos.

Neste sentido, Gil (2010) destaca que, apesar desses desafios, a pesquisa qualitativa tem se mostrado uma abordagem valiosa para compreender as complexidades e particularidades dos fenômenos sociais, oferecendo uma alternativa metodológica importante para explorar temas e questões pouco compreendidos, e que pode gerar novas descobertas e conclusões relevantes para a teoria e prática nas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, a pesquisa qualitativa é uma alternativa para pesquisadores que buscam um entendimento mais profundo e detalhado dos fenômenos sociais.

Neste aspecto a presente pesquisa irá considerar as opiniões, as reflexões e interpretações dos entrevistados sobre sua vivência e interação com o ambiente, no caso o limite da fronteira Brasil e Paraguai. As informações sobre a fronteira dos municípios margeados pelo Lago de Itaipu são de grande relevância, uma vez que essa região apresenta situações particulares.

Para explicar os estudos da fronteira, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico que incluiu livros, artigos científicos, dissertações e teses, a fim de pesquisar temas como fronteira, integração, transfronteirização e região lindeira de Itaipu. Além disso, foram consideradas as pesquisas já publicadas sobre as experiências fronteiriças, pois elas indicam como as vivências são percebidas em diferentes contextos. Foi realizado o levantamento histórico-geográfico da área de estudo, apontando quais ações têm contribuído para a formação socioespacial, identidade e a integração das populações fronteiriças. Por último, foram realizadas entrevistas com a população residente nos municípios paranaenses margeados pelo Lago de Itaipu, os relatos fundamentam as práticas e percepções vivenciadas, tornando explícitos os conflitos e contradições presentes no modo de vida das populações e como elas percebem e dão significado à sua realidade. Registros fotográficos e a descrição dos espaços foram feitos, para complementar e ilustrar os resultados obtidos.

Ressalta-se, ainda, que o projeto de pesquisa que originou este trabalho foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM (COPEP), sob CAAE 428554421.6.0000.0104 (Anexo 1), para poder dar

continuidade à pesquisa através dos dados obtidos com os atores envolvidos, no caso os moradores da linha de fronteira. Nos anexos 1 e 2, respectivamente, estão inseridos o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No apêndice A está inserido o roteiro para as entrevistas que foram aplicadas.

Segundo Minayo (2009) a entrevista consiste em uma das ferramentas mais utilizadas em trabalhos de campo. Sua relevância se dá por subsidiar ao pesquisador dados primários, que são obtidos através do diálogo com o entrevistado, fazendo com que o próprio participante reflita sobre a realidade em que vive. Esta técnica permite ao pesquisador o contato social com a realidade do participante, além de obter informações sobre o cotidiano, a partir de suas experiências pessoais. Corroborando, Duarte (2004) considera que as entrevistas qualitativas são importantes instrumentos para a pesquisa acadêmica, afirmando que:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Para fins de organização e estrutura da pesquisa, optou-se por não revelar a identidade dos entrevistados, visto que o objetivo das entrevistas foi analisar as experiências pessoais. Portanto, os entrevistados, estão identificados como “participante” seguido dos números de 01 a 16, respectivamente. As entrevistas foram realizadas no período do segundo semestre de 2020 até o segundo semestre de 2022. Os entrevistados foram escolhidos de modo aleatório durante a pesquisa de campo, visando garantir relatos de vivências e perfis diferenciados. Eles foram abordados e convidados a participar da pesquisa. Devido à aplicação das entrevistas ter sido realizada em período pandêmico, foi garantido aos participantes a preferência pela qual, gostariam de responder às questões, podendo ser de modo presencial, no momento da abordagem, presencial agendada ou agendada de modo remoto. Dessa forma, os participantes puderam escolher o modo no qual se sentiam seguros para a aplicação da entrevista.

Os questionários foram aplicados buscando identificar as percepções dos sujeitos da pesquisa, averiguando os semelhantes ou diferentes pontos de vista sobre sua relação com o país vizinho, no caso o Paraguai, sob a característica da transfronteirização. Como esclarece Duarte (2004, p. 2016):

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista. (DUARTE, 2004, p. 2016).

Neste aspecto, Duarte (2004) indica que, as pesquisas qualitativas, e a realização de entrevistas se caracterizam por serem atividades longas, onde o roteiro deve ser semiestruturado, na intenção de que algumas questões sejam formuladas no momento do relato, visando o contexto pessoal no qual o participante está inserido. Além disso, a análise dos dados obtidos requer habilidades específicas e um olhar crítico e reflexivo por parte do pesquisador. Considerando seus desafios e complexidades, as pesquisas qualitativas são fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais, permitindo que se tenha uma visão mais completa e contextualizada deles.

Ao se deparar com a complexidade que é trabalhar com entrevistas abertas, esta pesquisa encontrou dificuldades em aplicar o roteiro de entrevista, primeiramente pela interrupção das atividades presenciais devido à pandemia da Covid-19. Este fato alterou a dinâmica da pesquisa, sendo necessárias novas estratégias para que a pesquisa de campo e as entrevistas pudessem ser realizadas. Durante o período de isolamento social e o efetivo fechamento da fronteira do Brasil e do Paraguai, que durou 7 meses, as atividades presenciais e de campo ficaram paralisadas, preservando a segurança e saúde da pesquisadora e dos participantes. Após a abertura da fronteira do Brasil e do Paraguai, foram realizadas abordagens em ambiente virtuais para a realização das primeiras entrevistas, sendo utilizado o aplicativo do *Google Meet* para a coleta de dados. Posteriormente foi realizada uma segunda etapa, na qual houve a abordagem das pessoas durante os trabalhos de campo e o convite para a participação da pesquisa.

O perfil dos participantes foi identificado, a partir, das seguintes características: idade, profissão, local de nascimento, local e tempo de residência, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1- Perfil dos participantes da pesquisa

(Continua)

Participante	Local de residência	Local de nascimento	Profissão/ Formação	idade	Data da entrevista
Participante 1	Foz do Iguaçu contudo, até o ano de 2001 alternou sua moradia também em Ciudad del Este (PY).	Foz do Iguaçu	Assistente de administração / Ensino Superior em Relações Internacionais.	29	03/09/2021
Participante 2	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	Psicólogo/ Ensino Superior com pós-graduação	49	24/08/2021.
Participante 3	Foz do Iguaçu, vive há 4 anos em Foz do Iguaçu	Santa Maria (RS)	Jornalista/ Ensino Superior	49	25/08/2021
Participante 4	Foz do Iguaçu há 10 anos	Caratinga (MG)	Gerente de hotel/ Ensino Superior em arquitetura e urbanismo	30	15/12/2021.
Participante 5	Foz do Iguaçu há 2 meses	São Lourenço do Oeste (SC)	Fisioterapeuta/ Ensino Superior	27	15/12/2021
Participante 06	Foz do Iguaçu há 5 anos	Santo Antônio do Sudoeste (PR)	Taxista/ Ensino fundamental incompleto	27	15/12/2021
Participante 7	Foz do Iguaçu há 1 ano e meio	São Paulo	Estudante/ Ensino Superior em Arquitetura/urbanismo com pós-graduação completa	41	17/08/2021
Participante 8	Marechal C. Rondon	Marechal C. Rondon	Policia Militar	39	27/04/2022
Participante 9	Guaíra	Guaíra	Auxiliar de escritório/ Ensino Superior	31	04/11/2022
Participante 10	Mercedes	Mercedes (Distrito de Marechal C. Rondon)	Professor / Ensino Superior com Mestrado	46	15/09/2022

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa					
(Conclusão)					
Participante	Local de residência	Local de nascimento	Profissão/ Formação	idade	Data da entrevista
Participante 11	Foz do Iguaçu (Residiu 15 anos em Santa Terezinha de Itaipu)	Pelotas (RS)	Guarda/ Ensino Superior incompleto	26	19/12/2022
Participante 12	Pato Bragado	Pato Bragado (Distrito de Marechal C. Rondon)	Marinheiro/ Ensino médio	51	19/12/2022
Participante 13	Santa Helena	São Bernado do Campo (SP)	Analista tributário da Receita Federal/ Ensino Superior	37	19/12/2022
Participante 14	Santa Helena	Santa Helena	Servido público municipal/ Ensino médio	51	19/12/2022
Participante 15	Foz do Iguaçu	Marechal Cândido Rondon	Auxiliar de higienização/ Ensino médio	45	15/12/2022
Participante 16	Foz do Iguaçu	São Sebastião da Boa Vista (MG)	Aposentado/ Ensino fundamental incompleto	67	15/12/2022

Fonte: Trabalho de campo (2021;2022)

Para a análise e discussão dos resultados das entrevistas foram realizadas as seguintes etapas: primeiramente, a organização dos dados, através da transcrição das entrevistas (quando autorizada a gravação do áudio), e/ou de anotações referentes às respostas do participante. Na segunda etapa, foi realizada a análise qualitativa e identificação de temas em comum. Após a organização dos dados, foi possível identificar aspectos pessoais das vivências de cada participante e sua relação com os espaços fronteiriços. Na sequência, as respostas foram agrupadas a partir de temas em comum, e foram identificados padrões e contrapontos entre os relatos. A última etapa consistiu na discussão dos resultados. Com base na análise dos dados, foram discutidos os resultados e destacados os principais pontos e conclusões que foram úteis para que os objetivos da pesquisa fossem concluídos. Por fim, foram indicadas as lacunas e limitações para o aprofundamento de pesquisas futuras.

Durante a coleta de entrevistas, a pesquisadora enfrentou dificuldades relacionadas ao aceite e à efetiva participação dos entrevistados. No município de Foz do Iguaçu, a maioria dos moradores convidados prontamente aceitou realizar a entrevista. Nos demais municípios, embora tenha havido demonstração de interesse, algumas entrevistas não se efetivaram, o que demonstra uma certa insegurança em expor informações sobre o cotidiano vivenciado na fronteira. Isso resultou em um maior número de participantes residentes em Foz do Iguaçu.

Os produtos cartográficos com as divisões políticas de municípios e estados brasileiros foram elaborados utilizando as bases municipais e estaduais disponibilizadas no *síte* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a elaboração dos mapas contendo dados sobre o Paraguai, foram utilizadas as bases cartográficas do *Instituto Nacional de Estadística* (INE). Todos os arquivos foram adquiridos em formato digital (.shp, vcp., dbf, prj, shx), e confeccionados no *software* Qgis, versão 3.16, de acesso livre.

3 OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DAS FRONTEIRAS

As áreas fronteiriças proporcionam uma visão referente a dinâmica da sociedade com o território. Neste sentido, é importante destacar que o conceito de fronteira apresenta múltiplos significados, os quais são ressignificados e reinterpretados, consoante com as novas características que compõem os territórios. Dessa forma, este item discorre sobre o conceito de fronteira a partir de uma abordagem geográfica, compreendendo diversos significados. Nesse viés, são apresentados os conceitos referentes a questão territorial, por meio dos autores que debatem as teorias sobre as fronteiras, distinguindo: zona de fronteira, faixa de fronteira e limites, ressaltando que não se esgotam as possibilidades de outras interpretações.

A contribuição da Geografia para entender a transformação da natureza e as relações humanas construídas baseia-se em conceitos geográficos como paisagem, região, espaço, lugar e território. Além disso, escala, rede, espacialidade, territorialidade e regionalização também são conceitos relevantes. Como discorre Corrêa (1995, p. 16):

Como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORRÊA, 1995, p.16).

O objeto de estudo da Geografia é a relação entre natureza e sociedade, considerando que o espaço é uma totalidade. De acordo com Azambuja (2018), o território usado está em constante construção e atualização, levando em consideração a periodização dos tempos. O contexto socioespacial demonstra as relações sociais na paisagem. Nesse sentido, a Geografia estuda a sociedade através da dimensão espacial, incluindo a natureza.

Moraes (2000) indica que, no senso comum, as definições de espaço e território facilmente se confundem ou são consideradas similares. Na própria ciência geográfica há uma diversidade de entendimentos sobre quais elementos se diferenciam ou não entre o espaço e o território. A variedade de explicações é determinada pelo ponto de

vista epistemológico do pesquisador, de suas metodologias de análise e pela dimensão do local de estudo.

3.1 A QUESTÃO TERRITORIAL

O espaço é analisado pela Geografia como uma porção específica da Terra na qual se estabelece a natureza e onde podem ser identificadas as ações que a sociedade realiza. Por outro lado, Corrêa (1995) aponta que o espaço também pode ser visualizado como referência de localização ou com a finalidade de situar diferentes escalas espaciais. De acordo com Santos (1994), o espaço geográfico é considerado sinônimo de território usado, pois remete a uma compreensão de mundo em que a sociedade desempenha um papel essencial, sendo, portanto, uma categoria indispensável para compreendê-lo.

O território, tal como analisado nos estudos geográficos, é indissociável do espaço e a busca por uma compreensão científica que perpassa variados estudos de sua epistemologia na evolução da Geografia, sendo construído a partir das diversas correntes históricas do pensamento político. Conforme Cury (2010), a etimologia da palavra “território”, de origem latina, exhibe uma dupla conotação de forma simbólica e material. A primeira conotação estabelece similaridade entre terra e *territorium*, com ênfase na noção de identificação, de apropriação e de pertencimento a uma porção de Terra. A segunda conotação faz similaridade entre térreo e *terror*, definida por terror, aterrorização e dominação. Em ambas as interpretações, a origem da palavra território está diretamente relacionada com o sentido de dominação e poder, de uma maneira muito material, e no sentido de apropriação em uma visão simbólica.

O que caracteriza os estudos propostos por Ratzel (1988 [1897]) sobre o território, é a representação do Estado, visto que, em uma sociedade politicamente organizada, a defesa do território é originada a fim de atingir certo grau da civilização. Deste modo, o Estado-nação se torna a expressão da evolução humana, ou seja, uma nação é definida pelo território em comum. A versão ratzeliana indica que o território representa conjunção entre solo e povo através da organização social do Estado, e estabelece a questão legal e moral que a sociedade expressa ao exercer sua territorialidade.

Becker (1983) seguiu a mesma linha de Ratzel em sua primeira teorização sobre o Estado. Para a referida autora, o território emergia concretamente, o que configurava na formação do Estado através da criação de unidades políticas do espaço, expressas pelo espaço físico das entidades jurídicas, administrativas e políticas. Nessa compreensão, ocorrem as relações entre espaço e poder, determinando estratégias e conflitos entre novos territórios e seus limites, na questão da ação governamental. Assim, o Estado-Nação é considerado como um único conceito, mediante uma concepção de poder e território unidimensional.

Em contraponto, ao revisar seus argumentos anteriores e teorizar em favor da multidimensionalidade do poder, Becker (2012 [1988]) estabelece outra proposição no que se refere ao uso político do território, fundamentada em Raffestin (1980). Becker (2012 [1988]) ressalta que o território do Estado precisa assimilar as diferentes escalas de poder, tanto inferiores (esfera jurídica e política) como as superiores (supranacionais), e destaca que:

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento, sem fetichização, da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder (BECKER, 2012 [1988], p. 100).

Para a autora supracitada, a gestão do território deve ser realizada com base nos usos do território no espaço-tempo, a partir de uma visão estratégica e científico-tecnológica do poder. Por isto, são verificados múltiplos poderes em distintos níveis espaciais, que envolvem as organizações supranacionais que confrontam o poder do Estado, em busca de vantagens ao capital internacional. Destarte, o território se caracteriza como um espaço formado pela organização de seus diferentes atores sociais se sobrepondo na atuação do Estado.

Para Corrêa (1995), contrapondo-se ao pensamento naturalista de Ratzel, o Possibilismo de La Blache, no final do século XIX, efetiva o termo de região para rebater a noção de território. De acordo com Lacoste (1997 [1976]), o conceito labacheano de gênero de vida descreve o modo de existência e estilo de vida moldado pelas relações humanas com o território. Este território é dividido em unidades e subdividido em várias regiões. Isso demonstra que as fronteiras são demarcações baseadas nos meios naturais e seu pertencimento é estabelecido por tempos

imemoriais. Nessa perspectiva, a região é vista como um organismo, e o meio físico fornece o suporte necessário para o desenvolvimento humano.

Moraes (2005) indica que, no Possibilismo, o papel do geógrafo caracterizava-se pela delimitação e descrição do espaço geográfico. Nessa concepção, o ser humano era considerado passivo e deveria adaptar-se na paisagem regional. O caráter eminentemente descritivo desse modelo fortaleceu a dicotomia “homem X natureza”, e promoveu muitas críticas, o que foi posteriormente nomeado como método regional.

Novas conceituações sobre o território discutidas por Gottmann (1973), na década de 1970, redefiniram o termo como uma porção do espaço geográfico, coincidindo com extensão espacial da jurisdição de um governo. Nesta concepção, o território é determinado por um processo político, organizado pelos indivíduos no espaço, com intenções e objetivos próprios. Para o autor citado, o território reorganiza a sociedade mediante relações de dominação e controle, dessa forma, o território é concreto, material e político-ideológico.

Conforme Saquet (2009), a abordagem híbrida que Gottmann confere ao território, proporcionou um salto qualitativo sobre seu conceito na Geografia, e renovou a derivação do termo através das obras de La Blache, desmontando a concepção de que o Estado é o único detentor do poder. Deste modo, a definição de território é renovada com as novas contribuições que quebraram os paradigmas sobre a temática.

A partir da década de 1980, Raffestin (1993 [1980]) fundamenta sua tese ao repensar o conceito de território, baseando sua teoria na relação do homem com o espaço mediante ações de poder. Sob esse viés, o território é classificado como uma construção humana, na qual as ações sociais promovidas produzem o que é chamado de território.

Raffestin (1993 [1980]) enfatiza que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...] (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 143).

As contribuições de Raffestin (1993 [1980]) sobre o território, e sua formação a partir do espaço mediante a territorialização, em qualquer nível, incluindo as ações de

poder, concebem o sistema territorial, o qual é dividido em três subconjuntos estruturais: a tessitura, o ponto e a rede. É por intermédio desses elementos que a diversidade das práticas e as lógicas espaciais são compreendidas, e posto isto, “[...] sustentam a prática espacial. Conjuntos estruturais aparentemente multiformes, mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 151).

Para Raffestin (1993 [1980]), ao percorrer a tessitura, é possível analisar como os exercícios dos poderes se conjugam e indicam a área atingida conforme sua capacidade. Nessa percepção, os Estados constituem tessituras estáveis, enquanto outros grupos organizacionais precisam se adaptar às mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no espaço, pois não apresentam homogeneidade ou uniformidade. O subconjunto dos pontos define os locais de poder hierarquicamente abaixo da tessitura. Os pontos abarcam os atores que controlam e influenciam a criação de redes, asseguram sua posição e função. O terceiro e último subconjunto estrutural é a rede. Este é um sistema de linhas que desenham as tramas, sistema que pode ser abstrato ou concreto, representa o poder e a dominação de alguns atores.

Sobre o conjunto estrutural referido (tessitura, nós e redes), no qual ocorre a formação do sistema territorial, entende-se que essa é a representação das relações que são organizadas sobre o território. Raffestin (1993 [1980]) indica que a organização do território é o meio, mas também, tem como finalidade propor a ideologia da organização, e mostra-se de modo estratégico, sendo ora produto, ora, meio de produção, expostos nas práticas espaciais e caracterizam campos de poder divergentes na produção do território.

Sack (1986) aborda a territorialidade baseada nas motivações humanas, visto que, pode ser representada através da intenção de controlar recursos e pessoas, na busca por definir, delimitar e controlar áreas específicas. Para o autor, uso do termo “território” na Geografia configura-se através da evolução e do aprofundamento da noção do uso do espaço. Sack (1986) passa a caracterizar o território através da globalização, e afirma que os limites territoriais não são imutáveis, pois modificam estrategicamente os recursos e o controle espacial abarcados pela fluidez, que transpassa as fronteiras por meio das mercadorias, das pessoas, da informação e do capital financeiro. Esse movimento com a representação do território-rede-lugar exhibe que o território é marcado mediante as noções de “rigidez” e de “territorialização”. Já

a rede aponta para uma fluidez caracterizada pela desterritorialização e, nessa perspectiva, o território é um tipo de lugar.

O geógrafo Haesbaert (2006) explicita que todas as relações humanas acontecem no território, e isso é indissociável. Assim, a conotação de territorialização é própria da natureza humana e sua relação com o espaço. Então se pode definir territorialização, tal como o fez Haesbaert (2006):

[...] como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço vital” darwinistartzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2006, p. 16).

A conexão de territórios, de acordo com Haesbaert (2004), promove o constante movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para entender a lógica e a produção dos movimentos, sua distribuição e extensão no espaço geográfico, deve-se compreender que a estrutura das redes tem a função em distribuição/circulação de matérias-primas, de objetos e de pessoas.

Sobre a construção do território, Haesbaert e Limonad (2007) corroboram que:

Assim, a princípio, há três possibilidades na fundamentação dos territórios, conforme estejam mais ligados a uma ou outra destas três esferas da sociedade. Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 49).

Machado e Haesbaert (2005), abordam que o território se caracteriza por ser um produto de processos que são assimilados pelo espaço físico, por intermédio da população em uma construção histórica. Os meios de controle, dominação e apropriação do espaço geográfico, muitas vezes, não coincidem com as propostas de limites definidos. Cabe ressaltar, conforme Benedetti (2013), que limites não são o mesmo que fronteiras, visto que são entidades diferentes, pois se singularizam pela cronologia desigual, já que muitos controles aduaneiros já haviam sido estabelecidos, mesmo antes de os limites serem definidos. Posto isto, muitas fronteiras surgiram primeiro e somente após tempos é que a delimitação se concretizou.

Entende-se, portanto, que a territorialização se constitui como um espaço vivido, delineando o território através das comunidades, por uso e posse, em que a determinação jurídico-administrativa não se constitui como intransponível. Esse dinamismo, conforme Silveira (2011), converge novamente para a noção de “território usado”, uma vez que se caracteriza pela participação das ações humanas sobre o comportamento no território das pessoas, das instituições e das empresas. Esses processos progridem ao desmanchar limites anteriores e criar outros, concebendo novas localizações, novas divisões do trabalho e novas formas de cooperação.

Para Heinsfeld (2016, p. 27) “a noção de fronteiras territoriais foi fundamental para a elaboração das doutrinas geopolíticas. Todo pensador geopolítico tem na fronteira um dos seus objetos fundamentais”. Neste contexto, é oportuno trazer ao debate algumas teorias e ideias formuladas para o estudo das fronteiras, por se tratar de visões tão polissêmicas.

3.2 FRONTEIRAS: TEORIAS E CONCEITOS

As áreas fronteiriças proporcionam um panorama referente à dinâmica da sociedade com o território. É importante destacar que o conceito de fronteira engloba múltiplos significados, os quais são ressignificados e reinterpretados, consoante com as novas características que compõem os territórios. Este item discorre sobre o conceito de fronteira a partir de uma abordagem geográfica e estabelece as visões de diversos autores em tempos distintos, ressaltando-se que não se esgotam as possibilidades de outras interpretações.

A fronteira pode ser identificada como um conceito derivado do território, visto que os limites são estabelecidos quando o Estado-nação se territorializa. Benedetti (2013) aponta que os estudos sobre a fronteira se remetem à compreensão do território, conjugado com as relações de poder, controle material e simbólico.

Em síntese, Steiman (2008) assinala que no Império Chinês (século III a.C. até ao início do século XX) e no Império Romano (século III a.C.), a fronteira era concebida como o limite da civilização. Por essa lógica, poderiam ser representadas por linhas fortificadas, como na China, ou como os limites de expansão do território, como eram definidas pelos romanos. Matos (2012) indica que a fronteira medieval correspondia a uma região que funcionaria como separação e teria uma função defensiva, sendo

marcada e administrada como um território especial, as linhas de fronteira sofriam interferência do Estado, assim como são definidas as zonas de fronteiras atuais.

Neste âmbito, a fronteira surge como um fenômeno da vida social, a qual representava as margens do mundo habitado, ou seja, a fronteira representaria o início de um Estado, com a finalidade de expansão deste espaço. A ideia dos limites na concepção do fim da unidade política não consistia ou representava a delimitação de um Estado, mas sim, onde estaria a possibilidade do seu processo de crescimento (TURNER, 1920). Machado (1998) assinala a espontaneidade em que, conforme o desenvolvimento da civilização, as fronteiras passam a ser lugares de comunicação. Isto consiste no âmbito de que a delimitação de fronteiras é diferenciada ao longo de tempos diversos.

Wesley (2011) e Steiman e Machado (2002) enfatizam que no período marcados pelos séculos XIII a XV, as fronteiras eram definidas pela herança dos feudos. Com isso, os indivíduos ligados por laços de vassalagem ultrapassaram os territórios pertencentes a reinos e impérios, na criação de um mosaico próprio que, na prática, não representava o domínio de poder dos reis. A partir das interações que ocorriam nestes limites, as bases do sistema, que até então eram determinados por direitos hereditários e históricos, começam a se fragilizar e ruir. Então, o período caracterizado pelo poder dos reis, em regime feudal, entra em decadência e fortalece uma nova delimitação marcada pelo início do Estado Moderno, visto que até então, no mundo europeu, não havia relações entre fronteira e soberania territorial.

Cataia (2001) retoma que na formação do Estado Moderno (final do século XIX e início do século XX) há o reconhecimento internacional das fronteiras, concebidas pela natureza jurídica do território. E o mundo passa a ser fragmentado pelas fronteiras institucionais, e reconfigura os estados nacionais e suas colônias. Nesta configuração, é a delimitação das fronteiras nacionais que vai permitir aos Estados não apenas a diferenciação de territórios nacionais, como também o estabelecimento de regimes jurídico-político próprios.

Na concepção jurídica descrita por Foucher (1991), as fronteiras são concebidas como função política, através das continuidades territoriais. São definidas por decisões políticas que autorizam o Estado no exercício do controle e poder para garantir a soberania do território. Por este motivo, as fronteiras adquirem uma relativa estabilidade, visto pela generalizada ausência de práticas de renegociação de limites. Dessarte, as fronteiras podem ser interpretadas como “descontinuidades territoriais”,

na busca por delimitar politicamente os Estados-nações, ou seja, são instituições políticas que representam as decisões políticas amparadas por meios legais.

O mesmo autor completa que:

As fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política. Nesse sentido, trata-se de instituições estabelecidas por decisões políticas, projetadas ou impostas, e administradas por textos jurídicos: as leis de um Estado soberano em seu interior, o direito internacional público como lei comum da coexistência dos Estados, mesmo quando estes se desfazem, porque os tratados territoriais são únicos pelos quais a sucessão de Estado é automática. Linhas de separação entre soberanias, elas agregam – por uma delimitação seguida de uma demarcação no terreno por meio de pedras ou outros utensílios físicos ou eletrônicos de separação – territórios governados por uma soberania estatal e que formam o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um estado à sua população constituinte. Não há identidade sem fronteiras. A ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana (FOUCHER, 2009, p. 22).

Sobre a questão das fronteiras, Ratzel (1988 [1897]) as diferenciou em três grupos: as fronteiras políticas, as fronteiras naturais e as fronteiras artificiais. As fronteiras políticas podem ser simples, quando não existe um contato entre áreas políticas diferentes. Podem ser duplas, quando indicam a contiguidade de dois territórios nacionais, através de uma linha de demarcação de duas zonas de contato. São fechadas, quando se verificam enclaves dentro de uma unidade política. São descontínuas, quando se verificam exclaves, ou seja, partes do Estado que se encontram fora dos seus domínios territoriais. Deficientes, onde os conflitos por demarcações de novos limites fronteiriços são solicitados por causa de uma deficiência da demarcação anterior. Elásticas, ocasionadas por erros cartográficos, que diminuiriam ou aumentaram as extensões territoriais.

As fronteiras naturais, podem ser classificadas em marcos físicos, onde os atributos da natureza estabelecem os limites do ecúmeno. As fronteiras naturais também podem ser “boas” ou “más”. Se ela favorecer a proteção do Estado, ela é boa. Porém, se ela não presta fisicamente para a defesa militar do Estado, ela é má. Por último, as fronteiras artificiais podem ser classificadas como demarcadas, onde os limites são demarcados por tratados, mesmo que coincidam com os limites físicos da fronteira natural (RATZEL, 1988 [1897]).

O geógrafo francês Jacques Ancel (1938; 1984) elaborou novas teorias para a temática da fronteira. Suas discussões estavam conectadas aos acontecimentos humanos em uma maior ordem do que as questões territoriais, visto que as fronteiras

modernas emergem da constituição de uma Nação. E baseado em Paul Vidal de La Blache com o termo “espírito da fronteira”, a fronteira assume características morais e espirituais. Este pensamento se estabelece por entender que não há “fronteiras naturais” e por caracterizar uma nação a partir dos contrastes de seus vizinhos. Por isso, Ancel (1938;1984), classifica as fronteiras como “isóbaras políticas”, já que são definidas pelos Estados por estratégias militares e diplomáticas. Sua teoria busca se contrapor às teorias geopolíticas de Karl Haushofer, atreladas a expansão através do espaço vital.

Através da teoria formulada por Ancel (1938;1984), a fronteira é percebida pelos fronteiriços como algo negativo, por causa da burocracia e vigilância que vivenciam ao cruzar um ou outro lado. Como as demarcações oficiais não são capazes de separar homens, a rigidez se reflete em uma ilusão de limites fronteiriços ocasionada pelo forte relacionamento que os povos vizinhos possuem, não sendo superados pelas linhas que indicam separação.

Outro geógrafo francês que abordou o tema das fronteiras em seus estudos foi Jean Gottmann (1952), que indica que a fronteira pode ser resultado de acordos de paz, sem pressão bélica. Consequentemente, não pode ser definida somente através do entendimento de que há pressões entre lados, mas também através da formulação de acordos internacionais. A construção da fronteira deve ser baseada na força da iconografia e da circulação. A primeira é resultado da resistência coletiva às mudanças, que é apresentada nos lugares; a segunda é marcada pela possibilidade de transformações. Outro ponto a ser considerado é que a circulação acelerada faz com que haja menos possibilidade de gerar a estabilidade dos lugares, portanto, a segunda força age sobre a primeira. Cabe ressaltar que as iconografias são essenciais às forças de circulação e, certamente, são um elemento que proporciona a dinâmica da circulação. Estas duas forças agindo, de acordo com Gottmann (1952), são o que promove o aparecimento e desaparecimento das fronteiras.

Por conseguinte, a fronteira visualizada por múltiplos e variados efeitos, representa segundo Raffestin (1993 [1980]), um fato social, superando até o fato espacial no sentido mais restrito. A execução e gestão podem implicar na posse da soberania nacional e territorial, e as relações não se consistiriam no território restrito, mas seriam determinadas pelo arranjo de tempo e de espaços operatórios, onde seria o *loco* do sistema de relações entre disputas e poder.

Para Raffestin (1993 [1980]), a demarcação dos limites das fronteiras permite o exercício de três funções básicas que formam um sistema hierárquico: a função legal, a função de controle e a função fiscal. Desse modo, a fronteira é caracterizada em conformidade com ações sociopolíticas e socioeconômicas, porém, a disfuncionalidade dessas ações afeta o interior do território. Também é importante considerar que os limites são zonais, caracterizados pelas atividades econômicas ou culturais, que não se perdem de maneira brusca no território, senão de modo progressivo.

Através do fluxo espontâneo entre territórios, modificou-se a noção de fronteira natural para uma definição mediada pela nacionalidade, através do território do Estado, sendo que os limites deveriam ter como fundamento a cultura e a língua em comum. Steiman (2002) estabelece a constituição das fronteiras políticas internacionais a partir de três etapas: a) a delimitação, estabelece os limites através de tratados; b) a demarcação, implanta limites físicos como os marcos; c) a densificação, aperfeiçoa de modo sistemático a divisão territorial através de novos marcos.

Nesse contexto, Bhabha (1998, p. 211), afirma:

A diferença do espaço retorna como a mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo o Povo em Um. O ponto liminar desse deslocamento ideológico é a transformação da fronteira espacial diferenciada, o “exterior”, no tempo “interior” [inward] legitimador da Tradição. O conceito de Freud do “narcisismo das pequenas diferenças” – reinterpretado para nossos propósitos – oferece uma maneira de compreender como a fronteira que assegura os limites coesos da nação ocidental pode facilmente transformar-se imperceptivelmente em uma liminaridade interna contenciosa, que oferece um lugar do qual se fala sobre – e se fala como – a minoria, o exilado, o marginal e o emergente (BHABHA, 1998, p. 211).

Trazendo novas perspectivas, mediante a compreensão sobre o meio técnico-científico-informacional, conforme as contribuições de Milton Santos (1996), identifica-se como a rapidez, ocasionada pela tecnologia, condiciona a acessibilidade e a conectividade entre os lugares. A sobreposição de territórios, analisada mediante os conceitos de tecnosfera e psicofera, retrata a mobilidade espacial intensificada pelo período da globalização. A tecnosfera demonstra a possibilidade que os objetos técnicos proporcionam na interligação de espaços, caracterizando a mobilidade de pessoas e recursos.

A relação que os objetos técnicos abarcam não é suficiente para entender todas as formas encontradas nas conexões territoriais estabelecidas na fronteira,

sendo imprescindível considerar as pessoas nesse processo. Destarte, o termo psicofera, utilizado para denominar um conjunto de ideias, valores e símbolos, expõe a improvisação e os novos usos dos espaços utilizados pela população transfronteiriça, encontrados e marcados pela técnica.

Isso promove uma flexibilização do conceito de território, principalmente, no que tange à mobilidade populacional. Para Santos (1996), o espaço revela-se como uma coexistência do passado e do presente restaurado pelo sistema técnico no território, mediante o sistema de objetos e de ações que são concretizadas pelo uso social. A integração da técnica para a vida social é condicionada a interagir com o sentido simbólico e cultural.

A solidariedade praticada no espaço, no entendimento de Santos (1994), efetiva-se como uma função ativa do território representada pelo termo “lugar”. As uniões horizontais, que se ampliam através de formas particulares de produção e consumo, se expandem e definem os usos e a resistência, caracterizada pelos valores que a sociedade impõe ao lugar, contrariando a perversidade imposta pelo mundo globalizado. Como a territorialidade nas fronteiras é representada pela espontaneidade dos fluxos populacionais, os territórios se desenvolvem em busca de sua identidade. O mesmo ocorre na fronteira Brasil e Paraguai, no sentido de que as interações são visualizadas como um modo de vida para as populações, já que se utilizam de ambos os espaços geopolíticos para atender às suas necessidades pessoais e de grupos.

A fronteira de cada território surge como uma ação de uma reação frente a outra. Os componentes básicos de um espaço fronteiro são o limite interno e os das fronteiras adjacentes. Todos os elementos dentro de um espaço fronteiro, para Benedetti (2013), interagem como um sistema.

Benedetti (2013) aponta uma diversidade de concepções sobre as fronteiras, as quais são sintetizadas pelo autor: a) As fronteiras como realidades processuais, em que elas surgem, se transformam e desaparecem, sendo alteradas pelas temporalidades, espacialidades e funcionalidades. Portanto, as fronteiras nem sempre equivalem a descontinuidades. As fronteiras podem denotar tanto continuidades, como descontinuidades entre os territórios sobrepostos, a partir da análise de cada contexto particular; b) A Fronteira como objeto e como campo, aparece como uma abordagem das ciências sociais e se manifesta, primeiramente em frentes que avançam sobre as territorialidades (indígenas ou camponeses), que provocam

mudanças socioculturais e produtivas. E, como fronteiras internacionais, identificadas neste contexto como barreiras de proteção do território; c) A fronteira como lugar, considera as diversas escalas, os espaços de fronteira compõem singularidades e identidades coletivas, que tornam os espaços diferenciados e únicos, através da dinâmica própria que desenvolvem; d) As fronteiras também se constituem como realidades relacionais e, neste caso, as fronteiras são caracterizadas em suas zonas de contato, pelas relações de vizinhança, podem ser amistosas ou bélicas, essas características tornam os espaços de fronteiras diferenciados do restante do território de um país.

O conceito de fronteira para José de Souza Martins (1997), está vinculado ao tema das frentes pioneiras e remete-se às fronteiras internas. Desse modo, as fronteiras do Brasil e do Paraguai também se constituíram como área de expansão das fronteiras agrícolas, coincidindo com a ocupação da linha de fronteira internacional. Não é apenas a fronteira geográfica que promove os conflitos, mas sim o encontro entre humanidades com culturas e costumes distintos. A área de fronteira torna-se um local de coexistências de diferentes humanidades, marcando um confronto entre o moderno e o arcaico, um encontro de tempos históricos diferentes que promove o processo de degradação desses povos. Para Martins (1997), a fronteira se representa por meio de sujeitos políticos, e decifrá-la permite conhecer a própria sociedade brasileira.

Albuquerque (2010, p. 34), corrobora ao apontar que:

As fronteiras não são somente marcos de delimitação fixados no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria. Muitas vezes significam zonas de hibridismo entre línguas nacionais, meios de comunicação e outros símbolos culturais. As fronteiras nacionais são lugares de comunicação e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram novas fronteiras (ALBUQUERQUE, 2010, p. 34).

O Estado, na intenção de se adequar para uma perspectiva diferente sobre as questões de fronteira, vem, ao longo das últimas décadas, desempenhando novas políticas referentes à função dos limites e das fronteiras internacionais. Para Machado (1998), essas estratégias desenvolvidas precisam convergir com as necessidades específicas das comunidades de fronteira, adquirindo caráter no âmbito subnacional.

Haesbaert (2006) indica que, na produção da regionalização, há também uma "re-criação" (recriação) da realidade através da complexa dinâmica de "re-construção"

(reconstrução) material-ideal. Desse modo, as regiões fronteiriças necessitam de estudos que associem a cultura e os processos definidos pelo capital, principalmente nos fluxos migratórios. É a partir dos processos de territorialização que ocorrem as formas de dominação do espaço, mediando as relações de poder, tanto de maneira concreta, como de maneira simbólica.

3.3 DISTINÇÕES ENTRE ZONA DE FRONTEIRA, FAIXA DE FRONTEIRA E LIMITE

As delimitações das fronteiras do Brasil e de seus países vizinhos foram elaboradas por tratados diplomáticos, determinados por militares, políticos e administradores, nos quais foi seguido o modelo europeu na definição dos limites. Por conseguinte, a fronteira passa a ser uma construção produzida historicamente. O seu significado para as pessoas advém de suas percepções, ao identificar o Estado como o responsável por definir os limites fronteiriços.

Neste sentido Albuquerque Júnior (2008, p.20), ainda relata que:

Se tantos discursos que falam hoje em esgarçamento do tecido nacional, podemos chegar à conclusão que tanto a nação como as regiões, antes de serem recortes espaciais já inscritos na natureza, são produtos de uma tecelagem histórica e social. Estas fronteiras que nos marcam e nos demarcam, foram tecidas em algum momento histórico e a partir de dadas condições (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p.20).

Para ser possível entender como a população de fronteira estabelece seus territórios, é fundamental caracterizar a fronteira produzida por ordenações jurídicas, políticas e administrativas. Salieta-se que há diferenças sobre a compreensão de “limite”, “faixa de fronteira” e “zona de fronteira” nos estudos geográficos. De acordo com Machado (2005), o conceito de zona de fronteira é compreendido por um espaço de interação composto por alteridades que ultrapassam o limite internacional, além de corresponder a uma territorialidade bem evoluída em razão dos fluxos de bens e serviços e das interações transfronteiriças. Já a faixa de fronteira está associada aos limites territoriais do poder do Estado. Os setores localizados no limite com um ou mais países expressam a demarcação territorial do poder do Estado. Neste contexto, a zona de fronteira é a soma das regiões fronteiriças, isto é, o local em que as interações efetivamente aparecem.

Para Machado (1998), existem dois significados que convergem para o termo limite, porém não são sinônimos. O primeiro reflete sobre a demarcação de uma linha que define uma configuração espacial, e contorna uma área, região ou território. O segundo cabe no contexto espacial de definição e edificação da soberania. A fronteira é configurada por forças centrífugas, para fora, enquanto os limites se orientam por forças centrípetas, para dentro. Nesse viés, Peiter (2005, p. 36) complementa que “[...] o limite é uma linha de separação abstrata, porém definida juridicamente (fator de separação), enquanto a fronteira configura uma zona de contato (fator de integração)”.

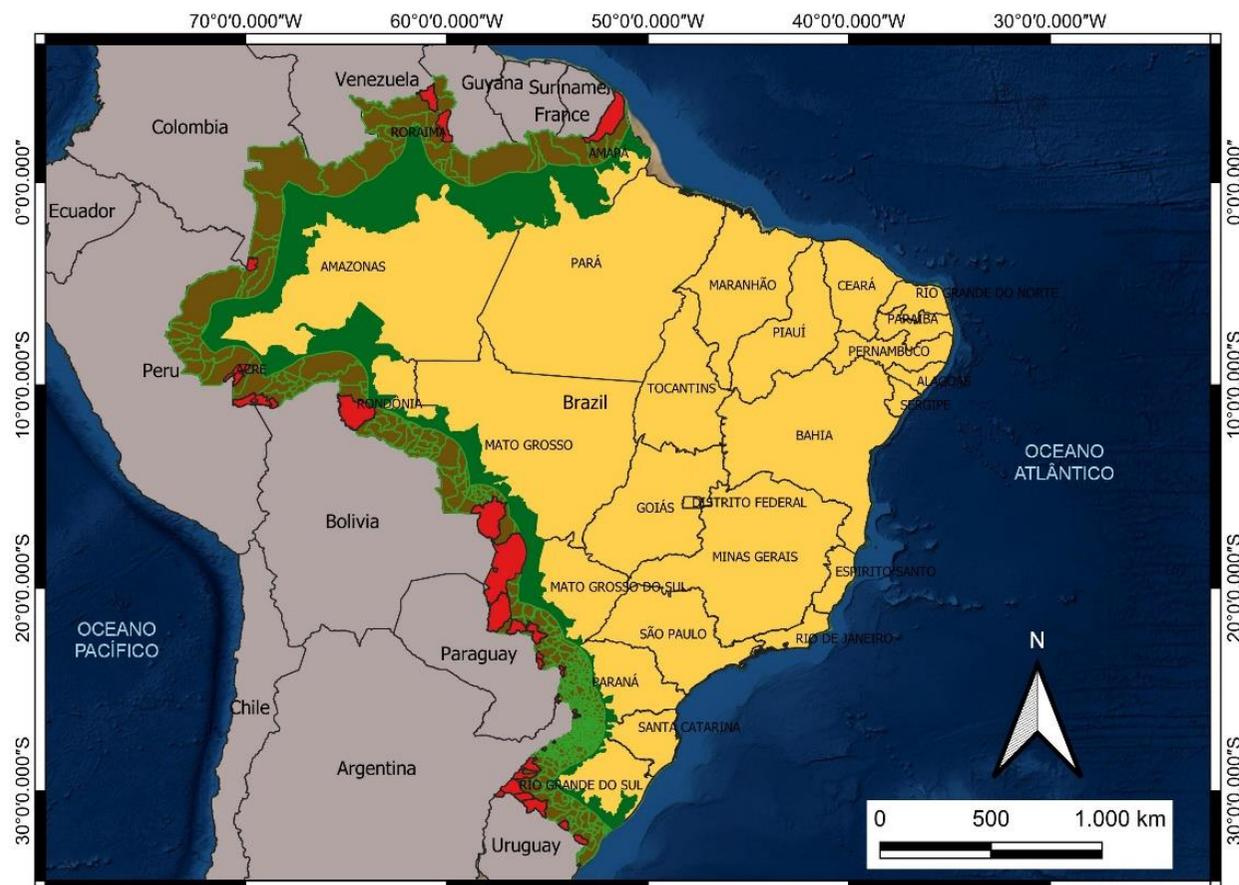
Segundo Silva (2011), a faixa de fronteira:

[...] sempre foi tratada pelo Estado como área de segurança, o que desfavoreceu por muito tempo a formalização de planos de integração para essas zonas ou faixas. Historicamente, a atuação governamental nessa área é permeada pela presença de forças militares, pela colonização, nacional ou por estrangeiros e por atividades relativas a concessões públicas, entre outras. (SILVA, 2011, p.42).

A Faixa de Fronteira no Brasil compreende uma área interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Em 1890, pela Lei n.º 601, de 18 de setembro, foi definida como área geográfica sob regime jurídico. Essa lei vem sendo regulamentada com o passar das décadas, de mais de século, mediante instrumentos legais que tratam, especificamente, sobre a ocupação humana nessa região (BRASIL, 2004a; IBGE, 2021).

Sob a Lei Federal n.º 6.634, de 2 de maio de 1979 (BRASIL, 1979), e o Decreto Presidencial n.º 85.064, de 26 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980), a faixa de fronteira é considerada como área indispensável à segurança nacional, na qual é vedada, sem o prévio assentimento do órgão federal competente, a prática de atos referentes a: concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional. As áreas de fronteira abrangem uma vasta faixa de terras, situada ao longo dos 15.719 km de fronteira do território nacional. Na Figura 2, estão expostos os municípios que fazem parte da faixa de fronteira, onde se observa que a área dos municípios extrapola a faixa de 150 de metros, o que pode indicar, em algumas regiões, que as relações fronteiriças vão além da faixa.

Figura 2 - Localização da faixa de fronteira do Brasil e cidades gêmeas



- | | |
|--|---|
| ■ Municípios brasileiros com cidades-gêmeas | ■ Municípios da faixa de Fronteira |
| ■ Faixa de fronteira | ■ Brasil |

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS: WGS 84
BASE CARTOGRÁFICA : IBGE 2013;2020

Fonte: Elaboração própria (2022)

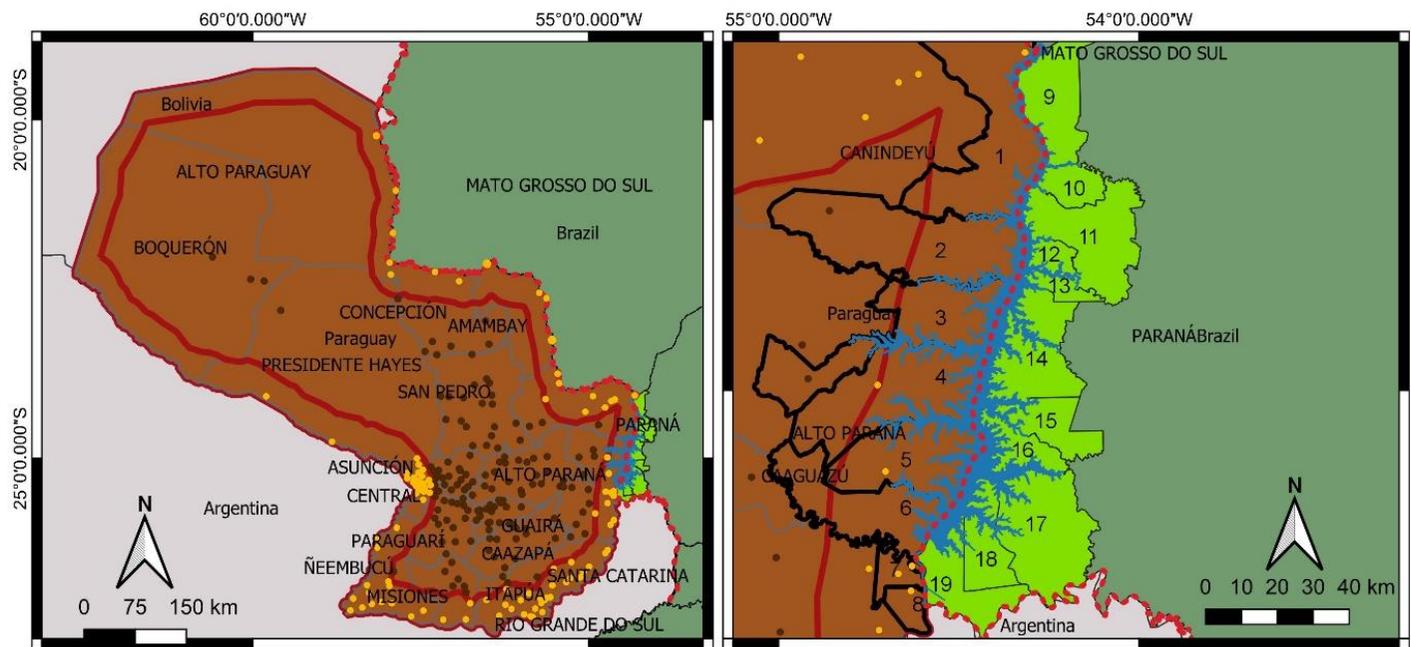
Nestes casos, são verificadas interações que constituem a zona de fronteira. Seguindo a definição da Lei Federal n.º 6.634/79 (BRASIL,1979), que é regulamentada pelo Decreto n.º 85.064, de 26 de agosto de 1980 (BRASIL,1980), define-se a “linha de fronteira”, através da demarcação dos municípios brasileiros que possuem divisas internacionais. As cidades que possuem ligação direta com um ou mais territórios vizinhos são chamadas de “Cidades Gêmeas”. No Paraná, a Faixa de Fronteira abarca as áreas de fronteira com a Argentina e o Paraguai que pertencem ao chamado Arco Sul do Brasil. O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) dividiu a Faixa de Fronteira em Arcos e espaços sub-regionais, de acordo com as peculiaridades da organização social e características produtivas (BRASIL, 2009). Essas áreas são caracterizadas por sua dinâmica peculiar, apresentando fluxos constantes e compreendendo um “[...] espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças” (BRASIL, 2005b, p. 21).

No Paraguai, as áreas abarcadas pelos limites internacionais são representadas pela Zona de Seguridad Fronteriza, que foi estabelecida pela Lei n.º 2.532, promulgada em 14 de fevereiro de 2005 (PARAGUAY, 2005). Suas características são apresentadas no artigo 1.º, que definem uma faixa de 50 quilômetros paralelos às linhas de fronteira dentro do seu território nacional. A Figura 3, apresenta a delimitação da *Zona de Seguridad Fronteriza* do Paraguai.

Albuquerque (2014) sintetiza que, a lei que estabelece a faixa de fronteira no Paraguai foi importante no contexto da integração regional, havendo uma definição institucional das áreas de segurança nacional e de desenvolvimento estratégico. Vale ressaltar que, em 2005, quando foram iniciados os trabalhos para averiguar a propriedade dos imóveis rurais na zona fronteiriça, o processo causou controvérsia, já que grande parte dos proprietários de imóveis rurais nessa região são fronteiriços de países vizinhos.

É válido lembrar que os fronteiriços ocuparam essas áreas no período de 1954 a 1989, durante o governo de Stroessner, época em que era permitido que a zona de fronteira fosse ocupada por imigrantes e empresas agrícolas e extrativistas, principalmente de origem brasileira. A ditadura de Stroessner foi um processo de opressão que durou cerca de 40 anos, com a finalidade de manter o poder político.

Figura 3 - Zona de Seguridad Fronteriza - Paraguay



- Cidades do Paraguai
 - Cidades da Zona de Seguridad
 - Hidrografia
 - Fronteira Internacional
 - ▭ Limite de 50 Km
 - ▭ Distritos do Paraguai
 - ▭ Zona Fronteiriza do Paraguai
 - ▭ Municipios brasileiros
 - ▭ Departamentos do Paraguai
 - ▭ Brasil
- | | |
|-------------------------|--------------------------------|
| 1 - SALTO DEL GUAIRÁ | 9 - GUAÍRA |
| 2 - NUEVA ESPERANZA | 10 - MERCEDES |
| 3 - SAN ALBERTO | 11 - MARECHAL C. RONDON |
| 4 - MBARACAYÚ | 12 - PATO BRAGADO |
| 5 - SANTA FÉ DEL PARANÁ | 13 - ENTRE RIOS DO OESTE |
| 6 - HERNANDARIAS | 14 - SANTA HELENA |
| 7 - CIUDAD DEL LESTE | 15 - MISSAL |
| 8 - PRESIDENTE FRANCO | 16 - ITAIPULÂNDIA |
| | 17 - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU |
| | 18 - SANTA TEREZINHA DO ITAIPÚ |
| | 19 - FOZ DO IGUAÇU |

SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA: WGS 84
 BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2013; NASA 2001; INE 2012

Fonte: Elaboração própria (2022)

O governo de Stroessner é marcado pelo autoritarismo, repressão, corrupção e violência, que levaram ao exílio e à morte de inúmeros paraguaios. Durante esse governo ditatorial houve reivindicações para que ações políticas pudessem nacionalizar as propriedades fronteiriças, o que de fato não ocorreu.

Albuquerque (2010) assevera que as fronteiras revelam a vivência humana, declarando que:

A noção de fronteira adquire variados significados no mundo contemporâneo. Fronteiras como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos. A fronteira é, por definição, um termo polissêmico e que pode ser apreendido mediante diferentes metáforas (ALBUQUERQUE, 2010 p. 329).

O sentido em delimitar e definir as fronteiras nacionais indica sua ligação com as relações de poder. As redes criadas nesses espaços, que ultrapassam os limites institucionais, vão desempenhando um importante papel na conjugação de políticas públicas e de cooperação. Isso demonstra a emergência desse assunto na Geografia, e que não se pode deixar de considerar a presença da população fronteiriça através de fluxos constantes que se complementam de acordo com as necessidades da sociedade regional.

Mesmo que distante dos grandes centros, as fronteiras desempenham importante papel para a integração regional. De acordo com Jessop (2004), através das proximidades e complementariedades geográficas, identificam-se as transações transfronteiriças que se estabelecem em diversas escalas. As regiões transfronteiriças foram construídas mediante o enfraquecimento do protecionismo e o fortalecimento do neoliberalismo, sendo marcados pelo fim da Guerra Fria com os acordos políticos que visavam a integração regional.

Estes espaços ganharam atenção com a regionalização transnacional de seus territórios, na busca por objetivos específicos, principalmente no âmbito político e econômico. Jessop (2004) identifica que as relações na região transfronteiriça representaram uma inovação entre as relações de espaço, lugar e escalas, ao criar tipos de lugares ou espaços para o desenvolvimento, produção, serviços, trabalho e consumo, na busca por vantagens específicas.

Neste contexto, Gimenez *et al.* (2018) indicam que na tríplice fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, as relações observadas são constituídas por características de uma região internacional, na medida em que, apresentam duas dimensões, uma local

e outra global. A primeira, a dimensão local, consiste em uma dinâmica internacional, através de fluxos de pessoas e mercadorias em larga escala. E a segunda, a dimensão global, em que na geopolítica mundial estes espaços se caracterizam como uma região periférica, onde estão presentes as discussões e ações dos temas do comércio e segurança internacional.

Através do exposto, fica evidente que os estudos fronteiriços estão em constante evolução, seja com a definição dos termos ou através de novos significados para os conceitos já utilizados. Conceber estudos teóricos sobre as fronteiras auxilia no entendimento dos espaços periféricos que são as regiões fronteiriças. Dessa maneira, o levantamento da literatura existente é fundamental para que novos estudos sejam elaborados.

Neste entendimento, o conceito de fronteira é visualizado a partir do contexto físico-político que envolve a soberania na formação dos Estados-Nações, representado pelos limites e áreas de separação onde as relações de poder são evidenciadas. E outra concepção de fronteira, onde o significado ora se sobrepõe da visão anterior, ora ultrapassa, que é a fronteira a partir de um espaço de contato entre povos, onde as mesclas culturais e de hábitos acontecem pela aproximação, promovendo a fronteira como um espaço de trocas, caracterizado pela territorialização e transfronteirização.

De fato, as fronteiras evoluem, assim como seu significado, o que depende de onde se localizam, da escala temporal, dos fatores geopolíticos que as influenciam. Enfim, as fronteiras são construções sociais que podem ou não coincidir com os limites naturais. Entender o conceito de fronteira é fundamental para caracterizar as especificidades que representam cada um desses espaços e assim compreender as relações sociais que ali se estabelecem.

A tentativa de se definir um conceito tão fluido como a fronteira, perpassa por significados múltiplos, uma vez que não há um conceito universal que traz consigo todas as respostas do que é de fato uma fronteira e tudo que ela abarca. Em suma, o termo apresenta versões contraditórias, que evoluíram com o passar dos tempos, e que ultrapassam a condição física ou jurídica, por ser uma construção humana e assim adquire tal complexidade.

A demarcação das fronteiras entre nações é um processo complexo e multifacetado que desempenha um papel decisivo na geopolítica global. Como tal, um estudo aprofundado dessas questões, como a presente análise da fronteira Brasil-

Paraguai, é de grande relevância para o campo das relações internacionais. Nessa conjuntura, o próximo item se caracteriza por embasar o estudo das fronteiras, a partir dos tratados que as definem, sendo essencial apresentar uma compreensão abrangente da história geopolítica da América Latina. Sob o objetivo de indicar que as divisões territoriais, longe de serem linhas arbitrárias em um mapa, são o produto de séculos de negociações, conflitos e cooperações, e desempenham sustentação na configuração das relações entre os países e na identidade das populações fronteiriças.

4 FORMAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DA FRONTEIRA BRASIL -PARAGUAI

Os espaços de fronteira não são estáticos, mas sim locais de fluxo material e imaterial constante, onde as culturas se encontram, se misturam e se influenciam mutuamente. A fronteira é marcada pelas especificidades e pela dinâmica singular que ocorre neste lugar, definido pelo encontro dos povos com histórias e costumes distintos, que estabelecem a compreensão mútua e a aceitação das diferenças em sua convivência. Esta diversidade é o que torna a fronteira algo único e especial e em constante transformação.

Os atributos expressos nos espaços de fronteira são evidenciados pela resistência e a vivência que a sociedade fronteiriça desempenha neste determinado lugar, representados em suas horizontalidades, através do uso e do papel ativo que a sociedade concebe no território. Para compreender como o contexto da fronteira estabelece relações diferenciadas no cotidiano de sua população é preciso considerar a estrutura social (SCHUTZ, 2008), indicando que, através das relações sociais, é possível identificar e interpretar os significados que resultam das relações que os transfronteiriços constituem, e como isso constrói a identidade de um povo.

Conforme Baller (2014, p. 21), “a fronteira entre Brasil e Paraguai é um campo de práticas socioculturais cotidianas com amplo movimento humano que se mantém desde os primeiros contatos”. Este contexto, revela que a vivência experienciada pelos povos da fronteira é construído mutuamente, indicando dinâmicas próprias não apenas físicas, comerciais, burocráticas e políticas entre os países, mas igualmente no âmbito dos sentimentos do interior das relações humanas e como isto se apresenta na *práxis* local.

A compreensão histórica contribui para que a humanidade possa conectar-se com o passado e entender melhor o presente, auxiliando no desenvolvimento de uma visão mais completa de sua trajetória. Isso engloba o entendimento da formação territorial, dos primeiros momentos de miscigenação e da evolução de culturas e modos de vida particulares. A apreciação do que é significativo para diferentes povos torna-se uma peça-chave para o progresso e a evolução da sociedade. Para aprofundar essa compreensão, é essencial o papel crítico do resgate histórico, analisando os processos de ocupação da fronteira entre o Oeste Paranaense e o leste do Paraguai.

A ocupação populacional dos espaços na fronteira do Brasil com o Paraguai sucedeu em diferentes períodos: I) pela ocupação originária dos povos indígenas em toda a América do Sul; II) a partir dos séculos XVII e XVIII com a presença dos espanhóis e a implantação das missões jesuíticas; III) o período de 1881 a 1930, dominado pelo sistema das Obrages na exploração da erva-mate e madeira; IV) a partir da década de 1940 com a ocupação incentivada pelas empresas colonizadoras, através da expansão da fronteira agrícola e a criação de núcleos urbanos, motivados por políticas de desenvolvimento que incluíam grandes projetos de infraestrutura, como a Ponte da Amizade e a instalação da Usina Binacional de Itaipu.

Em face do apresentado, compreende-se que a consolidação da base física e territorial do Brasil ocorreu, primariamente, através da definição de seus limites e fronteiras. Esta base não se refere apenas ao espaço geográfico, envolve ainda elementos políticos e sociais intrínsecos à formação de uma nação. Na definição desses limites, os tratados desempenharam um papel fundamental, estabelecendo diretrizes para o uso e ocupação do território, bem como as relações políticas e sociais com os países vizinhos.

A análise desses tratados, e a subsequente definição e legitimação dos limites territoriais, são um ponto de partida para a compreensão da evolução das relações socioculturais na fronteira Brasil-Paraguai. Este panorama é fundamental para identificar e entender os conflitos territoriais, a dinâmica da migração e a formação de identidades transfronteiriças.

Ademais, a investigação desses tratados e da história de ocupação da fronteira pode revelar como as forças locais, nacionais e transnacionais interagiram para moldar a paisagem física e humana da fronteira. Esta análise pode, por sua vez, fornecer informações para a compreensão das práticas cotidianas, das estratégias de sobrevivência, e da resistência dos habitantes da fronteira às forças de mudança.

Em suma, uma pesquisa que visa explorar a formação geográfica e histórica, da fronteira Brasil-Paraguai, precisa adotar uma abordagem multifacetada. Isso implica considerar as interações entre diferentes culturas, as dinâmicas das relações sociais, as influências históricas e os acordos políticos que moldaram a fronteira. É interessante ressaltar que esses fatores não operam isoladamente, mas interagem e se influenciam mutuamente para formar uma fronteira complexa e dinâmica. Essa perspectiva permitirá um entendimento mais profundo e completo das características únicas e da evolução contínua da fronteira Brasil-Paraguai.

Para ampliar a complexidade da análise, um olhar atento deve ser lançado sobre as interações culturais que ocorrem nesses espaços de fronteira. A miscigenação, a troca e a criação de um modo de vida único na fronteira, podem ser consideradas como características inseparáveis a esses territórios. A compreensão dessas dinâmicas sociais e culturais é essencial para entender a evolução da região e a influência desses processos na identidade dos habitantes da fronteira.

Essa abordagem multiescalar, que abarca desde o macro (tratados geopolíticos, economia global) até o micro (identidades culturais, práticas cotidianas), é necessária para captar a totalidade da experiência fronteiriça. Trata-se de uma tarefa complexa que requer uma combinação de metodologias e uma perspectiva interdisciplinar, de fundamental importância para captar a complexidade e a singularidade dos espaços de fronteira.

Em síntese, a formação geográfica e histórica da fronteira Brasil-Paraguai é um fenômeno complexo que não pode ser compreendido sem levar em conta uma variedade de fatores, incluindo a interação entre culturas, a dinâmica das relações sociais e as influências políticas e históricas. A exploração desses aspectos, em conjunto com um estudo detalhado dos tratados que definiram a fronteira e das práticas cotidianas dos habitantes da região, proporcionará uma compreensão mais completa e matizada desta região de fronteira em constante evolução.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração nesta pesquisa diz respeito à forma como as forças econômicas e políticas moldaram a paisagem da fronteira Brasil-Paraguai. A exploração de recursos naturais, como a erva-mate e a madeira, e o estabelecimento de infraestruturas de grande escala, como a Ponte da Amizade e a Usina Binacional, tiveram um impacto significativo na evolução da fronteira. Esses desenvolvimentos não apenas transformaram a paisagem física, mas alteraram as dinâmicas sociais e econômicas da região.

Adicionalmente, é preciso analisar os desafios e oportunidades que surgem na intersecção de duas culturas, duas economias e dois sistemas políticos. As fronteiras, devido à sua natureza, são frequentemente áreas de tensão e conflito, ainda assim, podem ser locais de cooperação e intercâmbio. A fronteira Brasil-Paraguai, com sua longa história de interações culturais, econômicas e políticas, oferece um rico terreno para explorar essas dinâmicas. Nesse sentido, o próximo tópico busca revisitar os principais tratados que influenciaram diretamente na definição da fronteira do Brasil com o Paraguai.

4.1 OS TRATADOS E A DEFINIÇÃO DA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

A configuração territorial da América Latina, incluindo o Brasil, tem sua origem em tratados estabelecidos pelos colonizadores europeus. A criação dos limites territoriais brasileiros, foi iniciada antes do estabelecimento de sua soberania. O processo de demarcação das fronteiras do Brasil, em particular com o Paraguai, é um tema complexo que se estende desde a época da colonização até o século XX, envolvendo diversos acordos, disputas e redefinições.

O Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, é o ponto de partida para a delimitação dos territórios coloniais na América Latina (BETHELL, 1998). Este acordo, embora não tenha estabelecido as fronteiras atuais entre Brasil e Paraguai, estabeleceu um precedente para a divisão de terras entre as potências coloniais.

O Tratado de Madri (1750) e o Tratado de San Idelfonso (1777) foram os próximos marcos importantes na definição das fronteiras. Baseados no princípio do *uti possidetis*¹, de origem romana, esses tratados procuravam confirmar a posse das terras conforme o estado de ocupação na época (GHETTI, 2008). No entanto, as dificuldades em precisar as distâncias territoriais e as contínuas disputas entre Espanha e Portugal resultaram em múltiplas alterações nas fronteiras.

A demarcação definitiva das fronteiras brasileiras se deu ao longo dos séculos XIX e início do XX, um período histórico em que as indefinições e controvérsias remanescentes relativas aos limites territoriais do Brasil foram finalmente resolvidas. Durante esse processo complexo e desafiador de construção de território, o Barão do Rio Branco², emergiu como uma figura de grande importância. Sua atuação transcendia as fronteiras do Brasil, estendendo-se a toda a América do Sul, onde ele foi responsável pela demarcação dos limites territoriais entre os países do continente. Suas habilidades diplomáticas e estratégicas foram essenciais para mediar conflitos territoriais e disputas de fronteira entre essas nações.

O Barão do Rio Branco não apenas delimitou as fronteiras, como trabalhou de maneira decisiva para resolver contendas territoriais complexas, abordando questões

¹ O princípio do *uti possidetis* tem base no Direito Romano "*Uti possidetis, ita possideatis*", ou seja, "assim como possuis, continuarás a possuir".

² O Barão do Rio Branco foi um proeminente político, diplomata e estadista brasileiro. Sua carreira pública teve início em 1868 e ele ocupou diversas funções até 1893. Durante seu mandato como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 1902 até 1912, se notabilizou por negociar tratados de limites com vários países da América Latina, consolidando a extensão territorial do Brasil.

de limites que representavam problemas graves e potencialmente desestabilizadores para a paz regional. Desse modo, ele contribuiu para a definição do mapa geopolítico da América do Sul, como o conhecemos hoje, estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento e a cooperação entre esses países (STEIMAN, 2002; GHETTI, 2008; FURQUIM JÚNIOR, 2008).

Steiman (2002) complementa que as delimitações e demarcações de limites foram desenvolvidas por duas comissões, uma responsável pelas fronteiras setentrionais (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru) e a outra nas fronteiras meridionais (Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Sobre os territórios nacionais do Brasil e do Paraguai, a região de fronteira perpassou vários contextos que se estabeleceram através da história, sociedade, economia e cultura desses países.

A partir da promulgação do Tratado de Madri, o Rio Paraná emergiu como um marco geográfico de grande relevância, servindo como uma fronteira natural entre os territórios. A linha divisória foi meticulosamente traçada ao longo do curso do rio, seguindo seu fluxo sinuoso e caprichoso. Neste cenário, a Espanha, uma das potências coloniais da época, assumiu a propriedade das vastas extensões de terra que se estendiam a oeste do Rio Paraná. Em contrapartida, Portugal, a outra grande potência colonial na região, consolidou sua posse sobre as terras localizadas a leste do rio.

O referido tratado estabeleceu uma cláusula que permitia aos dois países a navegação livre e irrestrita ao longo do Rio Paraná. No entanto, essa liberdade estava condicionada ao respeito dos limites pré-estabelecidos, o que se tornou um aspecto contundente para a manutenção da paz e da cooperação entre Espanha e Portugal.

Com o passar do tempo, foi necessário realizar ajustes em vários tratados existentes, principalmente aqueles que envolviam questões de navegação fluvial. Estes ajustes, muitas vezes complexos e delicados, culminaram em intensas discussões e negociações no ano de 1850. Outros tratados ao longo dos anos modificaram as condições de navegação fluvial e as relações comerciais entre os países da Bacia do Prata (FURQUIM JÚNIOR, 2008).

Em um desenvolvimento posterior, no ano de 1856, foi assinado o Tratado da Amizade³ entre o Brasil, que já havia conquistado sua independência de Portugal, e a

³ O Decreto Imperial nº 1.781, promulgado em 14 de julho de 1856 durante o reinado de Dom Pedro II, oficializa o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a Confederação

Argentina. Este importante acordo diplomático não apenas ratificou formalmente a declaração e o reconhecimento da independência da República do Paraguai, assim como estabeleceu diretrizes claras e precisas para as relações comerciais e de navegação entre os países que compõem a Bacia da Prata.

Este conjunto de diretrizes ajudou a moldar as interações econômicas e políticas entre estes países, permitindo o desenvolvimento de um sistema de comércio regional mais robusto e a manutenção da paz entre as nações vizinhas, apesar das tensões inerentes que surgem das disputas territoriais e das diferenças culturais. Os tratados estabelecem a linha fronteira, um elemento crítico na definição dos limites entre as nações. Estas delimitações, fruto de intensas negociações e acordos diplomáticos, são fundamentais para garantir a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o respeito à soberania de cada Estado.

De acordo com Furquim Júnior (2008, p.36), “a fase da demarcação requer uma consolidação que sedimenta longos processos de negociação entre países fronteiriços.” Esta consolidação é fruto de longos e complexos processos de negociação entre países fronteiriços, que buscam, através do diálogo e do compromisso mútuo, chegar a um acordo que seja satisfatório para todas as partes envolvidas.

Adicionalmente, Raffestin (1993, p.240), esclarece que “pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual a fronteira possa ser o pretexto”. Em outras palavras, a demarcação não apenas define fisicamente onde um país termina e outro começa, para mais, estabelece legalmente os direitos e responsabilidades de cada país em relação à sua área de fronteira. Ao fazer isso, a demarcação reduz a possibilidade de mal-entendidos ou disputas fronteiriças que poderiam escalar para conflitos mais amplos, ficando evidente a importância dos tratados na definição de fronteiras. Eles não apenas materializam a linha fronteira, como contribuem para a paz global, ao resolver e prevenir potenciais conflitos que poderiam surgir de questões territoriais litigiosas.

A questão da delimitação das fronteiras brasileiras, é um dos itens essenciais na história diplomática do Brasil. A negociação e a celebração de acordos com vários países vizinhos foram os instrumentos principais usados para determinar os limites

Argentina. Este importante tratado estabeleceu diretrizes fundamentais para as relações diplomáticas e comerciais entre as duas nações.

geográficos do Brasil, e a formação do país como o conhecemos hoje, originando um padrão de relações internacionais baseado na diplomacia.

Contudo, a história mostra que nem todas as fronteiras foram definidas apenas por acordos diplomáticos. Algumas foram moldadas e consolidadas através de conflitos armados que envolveram as principais potências da América do Sul na época. Um exemplo notório é a Guerra do Paraguai, igualmente conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança, que ocorreu entre 1864 e 1870. Neste conflito, o Brasil se uniu à Argentina e ao Uruguai⁴ para combater o Paraguai. Este conflito regional teve um grande impacto na configuração das fronteiras. O resultado da guerra levou a uma expansão significativa do território brasileiro na região do Alto Uruguai e solidificou o controle brasileiro sobre essas terras (ESPÓSITO NETO, 2011). A Guerra do Paraguai, mesmo marcada pela violência e pelo sofrimento, teve um papel importante na definição das fronteiras do Brasil e na configuração do mapa geopolítico da América do Sul.

Após a guerra, a fronteira entre Brasil e Paraguai foi definida por meio de uma série de tratados. O Tratado de Limites de 1872 estabeleceu as fronteiras no rescaldo da Guerra do Paraguai, e foram feitas modificações adicionais com o Tratado Complementar de 1927 e o Protocolo Adicional de 1975 (FURQUIM JÚNIOR, 2008). A demarcação da fronteira foi finalmente concluída com a assinatura da Ata de Foz do Iguaçu em 1966, que deu início a um acordo bilateral para o uso dos recursos hídricos do Rio Paraná. Este acordo foi solidificado com a ratificação do Tratado de Itaipu em 1973, que permitiu a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo, na fronteira entre os dois países (FURQUIM JÚNIOR, 2008).

As questões fronteiriças representaram um ponto central nas relações políticas entre Brasil e Paraguai, impulsionando a sequência de entendimentos e desentendimentos que envolviam a definição de limites, a liberdade de navegação nos rios da Bacia do Prata e as contendas pelo controle no Cone Sul. Este complexo panorama culminou na eclosão da Guerra do Paraguai em 1864 (ESPÓSITO NETO,

⁴A Tríplice Aliança foi um acordo militar firmado entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina que se juntaram para lutar contra o Paraguai na Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança. O acordo foi firmado em 1 de maio de 1865 e durou até a assinatura do Tratado de Paz de 1 de março de 1870. A Tríplice Aliança foi formada como uma resposta às agressões do Paraguai, que haviam começado em 1864, e buscava expandir os territórios dos países aliados ao longo do rio da Prata. A guerra resultou na vitória dos aliados, que deram fim ao Império do Paraguai e conquistaram grande parte de seu território. Os aliados também estabeleceram o Tratado de Paz de 1 de março de 1870, que definiu os novos limites territoriais, além de outras disposições.

2011). Depois disso, a definição das fronteiras foi estabelecida com base em numerosos tratados e divergências sobre conquistas territoriais envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo Yegros (2013), esse processo deu origem a um afastamento entre essas nações. O isolamento entre esses Estados Nacionais foi ainda mais fortalecido pela Guerra do Paraguai (1864 - 1870), um conflito que deixou marcas profundas nas relações regionais.

Em síntese, as principais negociações que definiram os limites entre o Brasil e o Paraguai começaram com a promulgação do Tratado de Limites em 1872⁵. Este tratado teve como objetivo definir as fronteiras entre os dois países na sequência da Guerra do Paraguai, seguido da definição de novos marcos pelo Tratado Complementar em 1927. Em 1930, foi estabelecido o Protocolo de Instruções para a demarcação e caracterização da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Em 1966, foi assinada a Ata de Foz do Iguaçu, culminando no acordo bilateral que definiu o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná, o que posteriormente serviu de base para a efetivação do Tratado de Itaipu em 1973. Em 1975, foi firmado o Protocolo Adicional ao Tratado de 1927, que consolidou o limite ao longo do rio Paraguai. Em 1978 foram determinados os detalhes no documento “Notas – Ilhas do Rio Paraguai” (FURQUIM JÚNIOR, 2008). Apesar desses avanços diplomáticos, a fronteira entre Brasil e Paraguai continuou sendo um tema de debate, com questões ainda pendentes sendo resolvidas no final do século XX.

Após todas as tratativas, desde o ano de 1990, os trabalhos das comissões técnicas mistas, encarregadas da demarcação dos limites territoriais passaram a realizar trabalhos visando a inspeção, reparação e reconstrução de marcos. Para isso, foram usadas técnicas de georreferenciamento e o uso da tecnologia de rastreamento de satélites geodésicos. Tais sistemas permitiram a medição precisa das coordenadas

⁵ O Tratado de Limites Brasil/Paraguai de 9 de janeiro de 1872, define em seu artigo 1º, “Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a República do Paraguay, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em declará-los, defini-los, e reconhece-los do modo seguinte: O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil”.

geográficas do marco, garantindo a precisão dos limites, evitando problemas relacionados a contestação das fronteiras (FURQUIM JÚNIOR, 2008).

O histórico da definição das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai é, conseqüentemente, um testemunho da complexidade dos processos de formação territorial na América Latina. Trata-se de uma história marcada por conflitos, negociações diplomáticas e jurídicas, bem como pela influência das populações locais e suas tradições culturais. A construção do território e a definição da identidade dessas regiões são, por isso, o resultado da soma desses múltiplos fatores.

Reconhecendo que a formação dos territórios é fruto de processos históricos, permeados por embates e consensos tanto jurídicos quanto diplomáticos, faz-se necessário destacar as fundações humanas que deram origem aos povos de fronteira. Isso envolve movimentos populacionais espontâneos, como a migração de colonos, a expansão para novos territórios e o subseqüente contato com as comunidades indígenas pré-existentes.

Destarte, a cultura local, expressa em costumes e tradições, desempenhou um papel crucial na maneira como os territórios foram ocupados, contribuindo para moldar a identidade das regiões. Ao longo dos séculos, essas bases humanas foram essenciais na formação dos territórios e na definição de suas identidades. Por conseguinte, a história da região em estudo é construída a partir da combinação de múltiplos fatores. É mediante essa intersecção de elementos que se observam os processos de territorialização, isto é, a construção efetiva do território pelo grupo humano que o habita em determinada época.

4.2 A INFLUÊNCIA JESUÍTICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

A influência jesuítica na fronteira entre o Brasil e o Paraguai durante os séculos XVII e XVIII foi marcante. As missões jesuíticas, com o principal objetivo de converter os indígenas ao cristianismo, asseguraram o controle territorial para a Coroa espanhola (POMPA, 2003). A promoção do desenvolvimento econômico da região, através da fundação de vilas e da exploração agrícola e pecuária, foi outra contribuição significativa das missões (MAEDER, 2004).

Apesar da miscigenação cultural promovida, os nativos mantinham-se em uma posição de servidão, atendendo aos interesses coloniais da Espanha. Contudo, as

reduções jesuíticas desempenharam um papel crucial na história da região, ao estabelecer relações pacíficas entre colonizadores e indígenas, facilitando o controle do território espanhol. Os bandeirantes, porém, que buscavam escravos para o Brasil, atacavam frequentemente as missões jesuíticas (NEVES, 1998).

A atuação dos jesuítas na região fronteira entre Brasil e Paraguai, durante os séculos XVII e XVIII, foi estratégica para a colonização e o controle territorial pela Coroa espanhola. As missões jesuíticas na Bacia do Paraná e Uruguai, iniciadas em Guaíra, atualmente no Paraná, Brasil, foram de fundamental importância para a garantia do Tratado de Tordesilhas (GANSON, 2005). Posteriormente, vários núcleos de missões jesuíticas foram estabelecidos, como o de *Ciudad Real del Guairá*, consolidando relações pacíficas entre os colonizadores e os indígenas (MONTEIRO, 2006).

A evangelização promovida pelos jesuítas visava à submissão política dos indígenas. A prática cristã deveria ser aceita "naturalmente" pelos indígenas, e a evangelização podia ser realizada por qualquer missionário com características de desbravador, enfrentando as adversidades do "Novo Mundo" (LANGFUR, 2009). Neste aspecto, a entrada dos jesuítas nos espaços indígenas foi caracterizada por uma intensa negociação cultural. Ao impor uma nova condição de estrutura social, eles buscavam converter o ritmo de vida indígena, em harmonia com a natureza, para hábitos alinhados com os princípios coloniais, especialmente o acúmulo de bens (POMPA, 2003).

Por fim, a ação jesuítica na fronteira entre Brasil e Paraguai nos séculos XVII e XVIII foi crucial para a colonização da região, a evangelização dos povos indígenas e o controle territorial. Apesar das tensões, os jesuítas estabeleceram um equilíbrio precário que permitiu a realização de seus objetivos até a eventual expulsão desses grupos das reduções pelas Coroas portuguesa e espanhola. Neste contexto, é válido apresentar como os jesuítas influenciaram na identidade e territorialidade das regiões fronteiriças.

A matriz sociocultural compartilhada entre a região fronteira do Brasil e do Paraguai foi fortemente influenciada pela passagem histórica das missões jesuíticas. Durante os séculos XVII e XVIII, as principais reduções jesuíticas emergiram da Província Jesuítica do Paraguai, que abrangia territórios que hoje fazem parte do Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e o Sul do Brasil. Este período foi caracterizado por uma "frente pioneira", um termo que se refere a uma onda de expansão de novas

atividades econômicas em territórios previamente pouco explorados ou habitados (BECKER, 1995). Neste caso, essa expansão foi direcionada para a extração de erva-mate e madeira. A natureza transfronteiriça da região permitia a livre circulação de pessoas e mercadorias, facilitando essas atividades econômicas.

No início do século XVII, o Paraguai, por ser desprovido de ouro e metais preciosos, não atraía interesse da Coroa espanhola⁶, sendo assim, não era atrativo investir em estabelecimentos e núcleos militares nas áreas de fronteira. Deste modo, as reduções apresentaram-se como alternativa para colonizar a região (SOUSA, 1996). Com essas missões jesuíticas, os espanhóis buscavam garantir o controle do território e, em simultâneo, converter os índios à fé católica.

As missões jesuíticas desempenharam um papel estratégico na colonização, impulsionando o desenvolvimento econômico em diversas regiões através da formação de vilas e da promulgação da agricultura e pecuária. Este projeto de colonização promoveu uma miscigenação cultural significativa, buscando amalgamar a tradição espanhola aos costumes indígenas, criando um aparente "ambiente de harmonia entre os povos". Entretanto, por trás desta harmonia, os interesses do colonialismo espanhol se revelavam, impondo aos nativos uma posição de servidão que refletia os objetivos e méritos estrangeiros.

O programa de evangelização jesuítica emergiu como um elemento fundamental para o sucesso do processo de colonização nas áreas habitadas pelos indígenas. Iniciada pela Companhia de Jesus em 1609, a formação da Província Jesuítica do Paraguai tinha como objetivo central a evangelização e a reunião dos indígenas em assentamentos permanentes. À medida que os indígenas acolhiam a presença dos jesuítas, surgiam novas missões, contribuindo para a expansão da influência jesuítica na região (MCNASPY, 1987; PARELLADA, 2011).

Sobre a influência das missões jesuítas na identidade da região sul, Nogueira (2007) assinala que a região das missões era um espaço transfronteiriço integrado, formado pelos remanescentes materiais dos "Trinta povos das missões" durante os séculos XVII e XVIII. O conjunto patrimonial missioneiro⁷ está localizado no Brasil, especificamente no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com sete povoados,

⁶ Ressalta-se a presença do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca no ano de 1542 no rio Iguaçu, através de seus relatos sobre as Cataratas do Iguaçu, tendo sido guiado pelos índios *Kaingang*.

⁷ Foram declarados pela Unesco como Patrimônios Histórico da Humanidade os sítios arqueológicos de: São Miguel Arcanjo (BR), São Ignácio Mini, Santa Maria, Loreto e Santa Ana (AR) e Trinidad de Jesus (PY).

na Argentina, estabelecido na Província de Misiones com 15 povoados, e no Paraguai, no Departamento de Itapúa, com 8 povoados.

De acordo com Cury (2010), as missões jesuíticas na Bacia do Paraná e Uruguai foram iniciadas onde atualmente se localiza o município paranaense de Guaíra, no Brasil, uma localização estratégica para a garantia do Tratado de Tordesilhas. Seguindo esse marco inicial, inúmeras missões jesuíticas foram estabelecidas, incluindo a de *Ciudad Real del Guaíra* (1556 - 1632), que de acordo com Andrade (2014), foi estrategicamente posicionada na margem leste do Rio Paraná, na confluência com o Rio Piquiri. Estas missões tiveram uma relevância histórica considerável na região, pois facilitaram a manutenção de relações pacíficas entre os colonizadores e os indígenas, assegurando o domínio espanhol sobre o território. A região do *Guairá*⁸ possui registros arqueológicos que são de grande valor histórico para o contexto fronteiriço local⁹. Conforme Parellada (2011), povoada pelos povos Guarani e Jê, essa região possuía como limites naturais, ao norte o Rio Paranapanema, ao sul o Rio Iguaçu, ao oeste o Rio Paraná.

A decisão da Coroa espanhola de enviar os jesuítas para a região fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai carregava mais do que o simples objetivo de disseminar a fé cristã. Além de um projeto religioso, era uma estratégia de expansão política e territorial. Dessarte, as missões jesuíticas se caracterizaram por uma complexa gama de interesses, que iam além do simples propósito colonizador ou da mera catequização. A presença jesuítica, influenciada pela situação fronteiriça da região, tinha um forte caráter político, garantindo a livre navegação nos rios, a utilização da força de trabalho indígena e a reivindicação das terras devolutas da região.

De acordo com Bruxel (1987), as missões eram importantes no contexto geopolítico espanhol, por isto, eram instituídas com prioridade nas fronteiras. A defesa territorial contra o avanço lusitano era primordial, sendo criadas milícias missioneiras, responsabilizadas em defender as reduções e, por consequência, defendiam as áreas da fronteira. Além disso, o objetivo era estabelecer um controle sobre as terras e os

⁸ As ruínas da *Ciudad Real* são encontradas no sítio arqueológico do município de Terra Roxa no Paraná, tombado em 2008 pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

⁹ “O grupo indígena Guarani ocupa territórios em cinco países (Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai) totalizando em torno de 350 mil pessoas, das quais aproximadamente 100 mil habitam as margens esquerda e direita do rio Paraná (Brasil, Paraguai e Argentina), sendo que somente do lado brasileiro (Oeste paranaense) há aproximadamente 5 mil indígenas. Na região dos municípios de Terra Roxa e Guaíra(...) vivem cerca de 1300 indígenas distribuídos 13 aldeamentos” (ANDRADE, 2014, p. 91).

recursos naturais, que eram explorados para o enriquecimento da Espanha. Por intermédio desta tarefa, o domínio espanhol visava o avanço para o interior, na busca pela conquista e ocupação de novos territórios.

O método de evangelização utilizado pelos jesuítas possuía uma dimensão política intrínseca, já que buscava a incorporação dos indígenas à sociedade colonial através da aceitação "natural" das práticas cristãs. É necessário ressaltar que este processo não se resumia a uma simples estratégia de submissão política. O trabalho missionário, em sua essência, exigia vocação e era possível de ser realizado por qualquer indivíduo dotado desta chamada. Os jesuítas, muitas vezes caracterizados como desbravadores, deveriam ser resilientes para superar os desafios do "Novo Mundo"¹⁰. No entanto, questiona-se até que ponto este objetivo de evangelização era o principal interesse da Coroa, ou se servia mais como um meio para fins políticos e territoriais.

No começo, as missões jesuíticas nas aldeias Guaranis possuíam um caráter nômade. Os missionários esforçavam-se para batizar os indígenas, empregando uma estratégia de catequização itinerante. Todavia, frequentemente, na ausência dos catequistas, os nativos retomavam seus costumes tradicionais. Diante dessa realidade, a partir de 1580, iniciou-se a criação das reduções jesuíticas, formando uma rede de comunidades jesuítico-guaranis (NOGUEIRA, 2007). Dessa forma, além da conquista territorial, os missionários enfrentavam o desafio de transpor a "fronteira espiritual" dos povos originários.

Face à resistência dos indígenas em adotar as práticas cristãs, os jesuítas acreditavam que a cultura nativa não tinha valores dignos de serem preservados, visto como um entrave para uma vida plenamente catequizada. Logo, pregava-se nas missões a necessidade de romper com o passado indígena. Este processo resultou em perdas culturais profundas para estes povos, marcando um movimento de aculturação, pois a perspectiva europeia almejava a assimilação de seus costumes, rejeitando a conservação das tradições indígenas.

O pesquisador Bruxel (1987) aponta que, em um período de 25 anos na região do *Guairá* (Bacia dos rios Paranapanema e Paraná até a foz do Rio Iguazu), os jesuítas fundaram mais de trinta reduções entre os anos de 1610 até 1628. No período de 1631 até 1633 iniciaram as fundações nas regiões do *Itatim* (a 500 km ao norte de

¹⁰ Novo Mundo foi um termo criado pelos europeus para designar o continente americano.

Assunção – PY) e no período de 1610 até 1634 na região do Paraná-Uruguai (Bacias dos rios Paraná e Uruguai). Esta última tornou-se a província jesuítica do Paraguai, motivada, essencialmente, pela devastação das reduções em *Guairá* e *Itatim* pelos bandeirantes.

A expansão da Companhia de Jesus em direção ao Paraguai ocorreu tardiamente e não estava diretamente ligada a interesses estratégicos ibéricos. Interpretada como uma fronteira de expansão, a Província Jesuítica do Paraguai servia como uma zona de defesa entre os territórios espanhol e português. A missão jesuíta incluía a tarefa de descrever as terras e os povos que lá viviam, fornecendo um levantamento de dados valioso para o governo espanhol.

Schallenger (2013) afirma que a missão do Paraguai se distinguiu, porque a evangelização e a conversão só foram possíveis através de uma composição que levou em consideração as duas culturas em contato. Outro fator particular que distingue este espaço missionário é representado pelo jogo de interesses e poderes verticais, que causaram conflitos étnicos, desencontros das frentes de conquista e instabilidade territorial. Dessa forma, o *Guairá* tornou-se uma fronteira múltipla, abrangendo interesses coloniais de Portugal e Espanha no território Guarani, juntamente com a promoção de relações horizontais de aproximação promovidas pelas missões jesuíticas.

A incursão dos jesuítas nos territórios indígenas foi caracterizada por intensas negociações culturais. Os missionários buscavam mudar a estrutura social existente e converter os indígenas de uma vida em sintonia com a natureza para uma cultura voltada para o acúmulo de bens - isto é, uma vida onde a propriedade e a riqueza material possuem grande valor. Para facilitar essa transição, os jesuítas mostraram habilidade em adaptar rituais nativos para práticas e simbolismos cristãos, o que ajudou a minimizar possíveis conflitos religiosos nas reduções.

Já existiam pequenos assentamentos coloniais nesses territórios voltados para atividades extrativistas, onde a mão de obra indígena era explorada pelos colonizadores através do sistema de *encomendas*. Esse sistema não só permitia a apropriação do trabalho indígena, bem como facilitava a delimitação dos territórios de interesse europeu. Entretanto, as missões jesuíticas proporcionavam uma sensação de proteção aos indígenas contra os ataques de bandeirantes e *encomenderos*.

As *encomendas* caracterizavam-se como uma instituição encarregada em organizar a reserva de mão de obra nativa. O *encomendero* possuía o direito de

apropriar-se do trabalho indígena, principalmente, na colheita e transporte da erva-mate. Como a apropriação dos indígenas era realizada de forma violenta, este regime se assemelhava muito ao da escravidão. Os *encomenderos* sob tutela da Coroa poderiam utilizar-se do trabalho indígena, porém, deveriam prestar serviços ao Império, contribuindo nas tarefas de conquista, descobrimento e pacificação, desta forma, eram considerados parte do processo civilizatório colonial (SCHALLENBERGER, 2006).

Com a introdução das missões jesuíticas, este sistema manteve-se apenas para os índios que não respeitavam as normas do aldeamento. Os transgressores perdiam a proteção das reduções, conseqüentemente, poderiam ser submetidos ao regime de *encomendas*. Neste sistema, os indígenas deveriam prestar serviços aos colonos, e deveriam receber alimentação, vestimenta e catequese.

A expansão da colônia portuguesa na América do Sul, apoiada pelo Tratado de Tordesilhas, provocou o movimento dos bandeirantes, conhecidos como paulistas, que partiam de São Paulo em busca de escravos. Ao mesmo tempo, a pressão espanhola para intensificar a extração da erva-mate resultou na exploração dos indígenas, gerando muitos conflitos entre jesuítas e espanhóis. Nesse cenário, os bandeirantes viam nas missões jesuíticas espanholas um alvo vulnerável e indefeso, proporcionando uma fonte fácil para a captura de escravos (MCNASPY, 1987; PARELLADA, 2011).

Os pequenos e escassos núcleos coloniais espanhóis, constituídos nestes espaços, mantinham relações amigáveis com os portugueses, em virtude de que possuíam interesses comerciais comuns. Os paulistas forneciam produtos europeus e escravos africanos em troca de índios e prata. Com a chegada dos jesuítas e o estabelecimento das reduções, estas relações foram prejudicadas, e se iniciou uma disputa entre jesuítas e colonos pelos índios nas matas do Paraguai, visto que, os indígenas preferiam ir para as reduções ao invés de submeter-se ao trabalho para os colonos (SOUSA, 1996).

Inicialmente, os jesuítas adentraram as aldeias guaranis com o propósito de civilizar para o cristianismo, entretanto, com os tratados político-territoriais luso-espanhóis, a região das missões tornou-se território de disputas, que afetavam diretamente as áreas das reduções. Os missionários passaram a tentar proteger os indígenas das diversas negociações entre colonos, notadamente, relacionadas ao

comércio de mão de obra escravagista, visando à libertação do índio frente às relações de exploração colonial.

A região do Guairá enfrentou uma grave crise em 1628 devido aos incessantes ataques bandeirantes. A situação era de extrema pobreza, escassez de alimentos, e o número de indígenas na região estava se reduzindo drasticamente, em parte devido à fuga para outras missões. A igreja e a casa dos jesuítas foram destruídas, e cerca de 50 mil índios foram capturados e levados para São Paulo até o ano de 1630. Diante do perigo iminente, os jesuítas decidiram abandonar as missões de San Ignácio e Loreto. Eles organizaram uma fuga em massa pelas vias fluviais dos rios Paranapanema e Paraná, transportando aproximadamente 12 mil indígenas em balsas (PARELLADA, 2011).

O fim dos povoados missioneiros constituiu-se basicamente pela expulsão desses grupos das reduções e a interrupção deste sistema promovido pelas Coroas portuguesa e espanhola. Desta forma, os indígenas aos poucos despovoaram a região, resultando o fim dos aldeamentos missioneiros. A criação dos Estados Nacionais motivou diversas guerras e disputas por territórios, contribuindo para a destruição dos povos missioneiros.

De acordo com Soares (2013), a região Guarani, após a intervenção dos jesuítas, transformou-se em um espaço culturalmente híbrido. Este novo ambiente não se limitou a traços puramente cristãos ou guaranis. Em vez disso, houve uma absorção mútua de costumes e tradições - os nativos adotaram aspectos do estilo de vida europeu, enquanto os missionários incorporaram certos costumes indígenas.

Os jesuítas serviram como catalisadores dessas transformações, estimulando uma fusão cultural e uma reestruturação social na comunidade indígena. Nessa mesma linha, Bruxel (1987) destacou que, entre os vários grupos indígenas, o povo guarani demonstrou uma capacidade notável de adaptação e imitação, desenvolvendo novas habilidades num curto espaço de tempo.

A sobrevivência indígena Guarani, que possui núcleos populacionais atualmente¹¹, só foi possível graças às características deste povo em adaptar-se muito bem ao processo de reterritorialização. Conforme vão sendo desapropriados e segregados, buscam novas formas de sobrevivência, dificultando ainda mais o

¹¹ Os municípios do Oeste paranaense que possuem atualmente Aldeias ou Terras Indígenas da etnia Avá-Guarani são: Diamante D'Oeste, Guaíra, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Terra Roxa.

processo de delimitação territorial desta etnia. Ao migrarem constantemente pela fronteira, os governos político-administrativos não possuem mecanismos eficazes para defini-los como brasileiros, argentinos ou paraguaios, ou seja, são na maioria das vezes invisíveis para as políticas públicas nestes espaços.

As formas de aculturação, como estratégia promovida pela Companhia de Jesus, demonstraram o envolvimento missionário na integração e definição dos territórios reducionais, resultando em uma construção social analisada e prestigiada atualmente. Os resquícios deixados pela presença das missões jesuíticas, que incluem o indígena como protagonista, são relevantes para a manutenção na história da identidade do cidadão transfronteiriço.

Pelo exposto, verifica-se que a situação indígena na região de fronteira é envolvida por diversas frentes de ocupação, motivadas pelo extrativismo e pela colonização. A presença dos povos guaranis nem sempre esteve atrelada a conflitos, mas também a parcerias, ou seja, quando o indígena não era mais prestativo ou simbolizava o perigo para os novos moradores, eram expulsos de seus territórios, devendo constituir uma nova territorialidade em outros espaços, constituindo novas fronteiras entre nativos e colonos.

4.3 COLONIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS FRENTES AGRÍCOLAS NO PERÍODO DE 1881 ATÉ 1990

No período que se estende de 1881 a 1990, a região oeste¹² do Paraná, no Brasil, vivenciou uma transformação substancial na sua estrutura demográfica e socioeconômica. Esse processo se iniciou com a expansão das frentes agrícolas e a colonização, ambos interligados e intrínsecos à formação da identidade regional. Ao longo desse período, a região sofreu muitas transformações que culminaram na sua atual configuração demográfica e socioeconômica. O entendimento desse processo histórico é fundamental para compreender a identidade e a dinâmica atual do Oeste do Paraná.

A colonização se refere ao processo de ocupação e desenvolvimento de um território por um grupo de pessoas, geralmente provenientes de outra região ou país.

¹² É considerada a região Oeste do Paraná os municípios que fazem parte das três microrregiões: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Neste contexto, a colonização do Oeste do Paraná foi influenciada por diversas etapas, começando com a presença dos indígenas, a intervenção dos jesuítas espanhóis e, posteriormente, a ação dos bandeirantes. No que se refere às frentes agrícolas, essas envolvem a expansão da atividade agrícola para áreas anteriormente não cultivadas. No Paraná, essa expansão foi incentivada principalmente pela necessidade de proteger os limites internacionais e utilizar de forma mais eficaz os recursos naturais do território.

O período de 1881 a 1990 é particularmente significativo, pois marca uma série de eventos históricos que contribuíram para a configuração atual do Oeste do Paraná. A partir de 1881, foram introduzidos no território os sistemas de *obrages*, estruturas de trabalho que mobilizavam a mão de obra local. A introdução do sistema de *obrages*¹³, consistia em empreendimentos que empregavam mão de obra local, predominantemente constituída de indivíduos rotulados como "paraguaios" ou "guaranis modernos", termos que se referem a indígenas da etnia guarani que haviam vivido em contato com a população branca por muitas gerações.

O sistema de *obrages* teve um impacto significativo na região, especialmente no que se refere à ocupação e povoamento da costa paranaense. De acordo com Wachowicz (1987, p. 47), "em duas décadas, a costa paranaense viu-se ocupada por duas dezenas dessas *obrages* e povoada por milhares de trabalhadores". O sistema funcionava com base na contratação de trabalhadores locais, que eram submetidos a condições de trabalho que, muitas vezes, configuravam formas de servidão.

Destaca-se, que o sistema de *obrages*, culminou em consequências negativas, tais como a precarização das condições de trabalho, a exploração de trabalhadores e a dificuldade de se estabelecer relações contratuais justas entre empregadores e empregados. Além disso, a categorização dos trabalhadores como "paraguaios" ou "guaranis modernos" reflete uma lógica discriminatória e racista que marginaliza e invisibiliza as populações indígenas que há séculos habitam a região.

Posteriormente, em 1888, uma essencial iniciativa de colonização foi realizada com a abertura de uma picada ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu, estabelecendo uma via de penetração para a população seminômade (BERNARDES, 1953). A "marcha para o oeste", idealizada no governo Vargas, contribuiu para a expansão das

¹³ As *obrages* constituíram o modelo produtivo espanhol que foi adaptado para a exploração da *ervamate*. Já o *obragero*, era o dono de imensa área de terra devoluta, assim, as *obrages* foram consideradas similares aos latifúndios.

frentes agrícolas e a colonização da região, respondendo ao abandono e à miséria relatados pela Coluna Prestes nos anos de 1925 a 1927 (PRIORI *et al.*, 2012). Este movimento representou uma política de ocupação e desenvolvimento das áreas do interior do Brasil, que até então eram vistas como espaços vazios e subutilizados.

A necessidade em ocupar o extremo-oeste¹⁴ do Paraná igualmente representava a proteção dos limites internacionais, sobretudo pela presença irregular de estrangeiros no exercício das atividades extrativistas. Bernardes (1953), sobre os problemas da ocupação das primeiras frentes pioneiras do Paraná, relatou que:

Em 1888, por ordem do governo imperial foi aberta uma picada, ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu. A fundação da colônia (altitude aproximada de 250 metros) pouco ou nenhuma influência teve no povoamento da faixa ribeirinha do Paraná, já então ocupada, dispersamente, por elementos de várias origens. A colônia de Foz do Iguaçu não somente não resultou do avanço de uma frente pioneira, como também não influiu, diretamente, na expansão do povoamento no Oeste. Todavia, se isto é verdade, não se pode deixar de realçar o importante papel representado pela picada então aberta como via de penetração, logo aproveitada por uma população semi-nômade, sempre à procura de terras a desbravar. (BERNARDES, 1953, p.10).

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi estabelecida como resultado da criação e instalação da Comissão Estratégica do Paraná em Guarapuava, no ano de 1888. A comissão tinha como objetivo garantir a segurança nacional e explorar os recursos naturais disponíveis na região. Para atingir esse objetivo, a estratégia adotada foi promover a ocupação da área de fronteira do oeste paranaense, por meio do avanço de colonos brasileiros. Para viabilizar essa ocupação, foram construídas estradas e instaladas linhas telegráficas (PFLUCK, 2021; SILVA, 2010).

Essa iniciativa foi uma decisiva estratégia de expansão territorial e integração nacional, além de contribuir para a segurança da região fronteira. A construção de estradas e a instalação de linhas telegráficas foram fundamentais para conectar a região com outras partes do país e possibilitar o fluxo de pessoas e mercadorias. Além disso, a ocupação da área de fronteira promoveu o desenvolvimento econômico da região e a exploração dos recursos naturais, contribuindo para a consolidação do território nacional. Ressalta-se que essa iniciativa teve consequências negativas, especialmente, para as populações indígenas que habitavam a região.

¹⁴ É considerado o extremo-oeste paranaense os municípios que compreendem a linha de fronteira com o Paraguai, desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

A ocupação do território por colonos brasileiros resultou em conflitos e deslocamentos forçados de populações indígenas, além de ameaçar a preservação ambiental da região. Conforme detalham Piori *et al.* (2012):

Instalada em Guarapuava, centro urbano mais próximo para suprir as necessidades de abastecimento, a Comissão deveria, dentre outras atribuições, construir estradas e fundar uma Colônia Militar. Após se abrirem picadas na mata e enfrentar condições adversas próprias desse ambiente, se depararam com uma região que estava sendo explorada por estrangeiros, o que envolvia atividades comerciais ilegais de erva-mate e madeira. Responsáveis por esse comércio, os argentinos ultrapassaram suas fronteiras e organizaram o contrabando de reservas naturais brasileiras, utilizando mão de obra paraguaia e o rio Paraná como via de escoamento da produção. Após esse flagrante, o governo brasileiro enviou uma segunda expedição em novembro de 1889, formando a Colônia Militar. (PRIORI *et al.*, 2012, p.61).

No ano de 1889, foi reconhecida a área que atualmente corresponde à região de Foz do Iguaçu, com o estabelecimento efetivo da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Entretanto, mesmo com a instalação da colônia, os trabalhos dos obrageiros argentinos e paraguaios continuaram em diversos portos clandestinos ao longo do rio Paraná, o que perpetuou a exploração ilícita sob domínio territorial argentino¹⁵ da região que compreendia Guaíra e Foz do Iguaçu (COLODEL, 1988).

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi denominada em 1910 como "Vila Iguassu" e pertencia ao município de Guarapuava. No entanto, devido à instituição do município de Foz do Iguaçu pelo Estado do Paraná, emancipado em 1912, a colônia foi extinta. Posteriormente, em 1914, foi criado o município de Vila Iguaçu por meio da Lei n.º 1383/1914, que, em 1918, passou a denominar-se Foz do Iguaçu e incluía toda a região do Oeste do Paraná (PFLUCK, 2021).

A criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu teve um papel importante na presença militar na região e garantiu a posse do território, disciplinou a atividade econômica e promoveu a segurança da população (PFLUCK, 2021). É necessário salientar que a ocupação da região resultou em consequências negativas,

¹⁵ "Na sua interpretação de limites, a Argentina alegava possuir plenos direitos sobre o território. Iniciou-se a chamada 'Questão de Palmas', ou mais conhecida entre os argentinos como La Cuestión de Misiones, na qual a Argentina reivindicava a posse de parte dos atuais territórios do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, por meio de um arbitramento realizado pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, em 1895, o território em litígio foi incorporado ao Brasil". (PRIORI *et al.*, 2012, p.61-62).

especialmente para as populações indígenas que habitavam a área e que foram deslocadas ou tiveram seus modos de vida afetados pela presença dos colonizadores.

Através da presença militar no Oeste do Paraná, Emer (1991) destaca, que houve a desarticulação das obrages. O autor ressalta, que o conhecimento deste sistema de exploração foi detalhado pelos “revoltosos paulistas”, através do convívio com os trabalhadores, durante o tempo em que esperavam a chegada da coluna gaúcha de Prestes. Nesse período, puderam observar os problemas sociais que ocorriam na região e, conseguinte, se iniciaram as denúncias sobre o abandono e a “brutal exploração” que se sucedia no oeste paranaense.

Priori *et al.* (2012) completam que a necessidade de resolver os problemas políticos, presentes na fronteira oeste do Paraná, que foram expostos através das queixas de abandono divulgadas pela Coluna Prestes¹⁶ nos anos de 1925 a 1927, revelou a desnacionalização da região, sobretudo nas línguas predominantes que eram o espanhol e o guarani, e no dinheiro de maior circulação que era o peso argentino.

[...] A partir da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes, houve a divulgação do abandono e miséria que aí se estabeleceram. Militares, intelectuais e jornalistas que se refugiaram na região de Foz do Iguaçu testemunharam a presença deficitária brasileira com autoridades nacionais facilmente corrompíveis e domínio econômico de latifundiários argentinos”. (PRIORI *et al.*, 2012, p.64).

Os aspectos mencionados, sobrepostos por condições de vida miseráveis, indicavam uma vulnerabilidade significativa a uma possível invasão estrangeira. Nesse contexto, as denúncias da Coluna Prestes culminaram no debate sobre a necessidade de nacionalizar a fronteira. Como resultado desse debate, a delimitação, definição e ocupação dos limites territoriais brasileiros tornaram-se uma preocupação para o governo.

Essas notícias foram veiculadas em jornais, chegaram a Curitiba, Rio de Janeiro e tornaram-se debates para muitos intelectuais da época. O sertão do Brasil, ou o interior, estava abandonado, despovoado e indefeso. Foi diante desse cenário que surgiu no governo Vargas a idealização da ‘marcha para o oeste’. (PRIORI *et al.*, 2012, p.64).

¹⁶A Coluna Prestes fez parte do chamado Movimento Tenentista. O movimento que lutava por mudanças políticas e sociais ocorreu no período de 1922 até 1930.

Diante desse panorama, o movimento ‘Marcha para o Oeste’ foi concebido e implementado no governo de Getúlio Vargas¹⁷, instaurando o projeto no decorrer da década de 1930. Wachowicz (1985, p. 113) afirmou que “Esse movimento pela ocupação e nacionalização da fronteira, foi denominado Marcha para o oeste, iniciado por sinal pelo Estado do Paraná e encampado posteriormente pelo governo federal”. De tal modo, iniciou-se uma campanha visando ocupar novas terras em rumo ao oeste do Brasil, com a finalidade de nacionalizar as fronteiras brasileiras preenchendo o vazio demográfico do país de norte a sul. O desenvolvimento dessas áreas contou com políticas que somavam diversas ações do governo, como a criação das colônias agrícolas, infraestruturas urbanas e rurais, através da abertura de estradas, obras saneamento e instalação de hospitais (DINIZ FILHO, 1993).

Esses sertões¹⁸, anteriormente explorados pelos bandeirantes¹⁹, estavam esquecidos, então, foram realizadas campanhas para que as terras “despovoadas” do Brasil fossem ocupadas. Isto, da mesma forma, se consolidou no Oeste paranaense, considerado um sertão devido ao vazio demográfico, claro, desconsiderando as populações tradicionais já residentes (WACHOWICZ, 1988; GREGORY, 2002).

Priori *et al.* (2012) elucidam que os ideais do ‘Marcha para o Oeste’ se configuraram em um projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas, objetivando defender e ocupar efetivamente o território das fronteiras, através do sentimento de pertencimento à nação brasileira, resultando na integração nacional. Para o andamento do projeto, foi criado em 1943 o Território Federal do Iguaçu, por meio do decreto do presidente Vargas.

Todos os territórios federais foram criados ao longo da faixa de fronteiras, também pré-determinada pela Constituição de 1937. Localizando-se na parte centro-ocidental do Sul do Brasil, o Território Federal do Iguaçu apresentava limites com o Território de Ponta Porã e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A fronteira internacional era com Argentina e Paraguai [...]. (PRIORI *et al.*, 2012, p.68).

¹⁷ “Getúlio Vargas assumiu o poder no dia 03 de novembro de 1930, após liderar um movimento político-militar que pôs fim à Primeira República e governou o país sob a forma de Governo Provisório até a promulgação da Constituição de 1934, quando passou a ser o presidente constitucional pelo voto indireto”. (LOPES, 2021, p. 49).

¹⁸ O sentido do termo sertão é referente a terra selvagem, locais sem civilização a serem desbravados e conquistados.

¹⁹ Ressalta-se que: “A Marcha para o Oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que este personagem histórico foi o responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade” (PRIORI *et al.*, 2012, p.65).

Sperança (1992) e Wachowicz (1987) ressaltam que a criação do Território Federal do Iguazu tinha o objetivo estratégico de facilitar a expansão da colonização oriunda do Rio Grande do Sul, uma vez que a ocupação territorial desta região já se encontrava em estágio de saturação. Nesta perspectiva, o governo de Getúlio Vargas demonstrou interesse em estimular a colonização da região oeste, especialmente nos estados de Santa Catarina e Paraná, com o intuito de expandir as fronteiras agrícolas do país. Consequentemente, o discurso de "nacionalização das fronteiras" servia para fundamentar a "expansão do capital" e a "colonização gaúcha".

Entretanto, o Território Federal do Iguazu foi extinto em 1946, sendo suas áreas reintegradas aos estados do Paraná e de Santa Catarina, com o compromisso de atender às necessidades da região. A partir deste entendimento, Lopes, expõe que:

O Território Federal do Iguazu foi extinto no final de 1946. Porém, as bases do processo de ocupação, de colonização e de nacionalização da região do Iguazu estavam lançadas e bem fundamentadas a partir do projeto de nacionalização de fronteiras e do ideário da "Marcha para Oeste". Nesse sentido, pode-se dizer que o Território do Iguazu representa a síntese daquele projeto maior da Era Vargas, no qual se contemplava a ocupação e a integração da região do Iguazu ao restante do país. (LOPES, 2021, p.251-252).

Segundo Emer (1991), o governo brasileiro promulgou a política da Marcha para o Oeste em 1938 com o objetivo de impulsionar a expansão das fronteiras agrícolas. Este movimento estava intrinsecamente ligado à ideologia do Estado Novo²⁰, que buscava unificar as fronteiras econômicas e políticas sob o lema da integração nacional, com a finalidade de mitigar os "vazios econômicos" - áreas de baixo desenvolvimento e exploração econômica. Uma das premissas deste projeto era que a colonização da fronteira oeste deveria ser realizada unicamente por cidadãos brasileiros.

Silva (2010) indica que o discurso colocado em curso pelo Estado Novo, sobre essa região de fronteira, estava atrelado à segurança e à soberania nacional. Similarmente, tratava-se de uma estratégia geopolítica de ocupação e controle da fronteira. Gregory (2002) enfatiza que a ocupação teve uma ação agressiva nas regiões das fronteiras nacionais, como o caso do Oeste paranaense, visto que, a

²⁰ Getúlio Vargas entre os anos de 1930 a 1945 governou o Brasil sob um golpe de Estado, denominado de Estado Novo. Após o período ditatorial foi eleito a presidente no período de 1951 a 1954.

população e a economia local estavam vinculadas com os argentinos e os paraguaios, e isso trouxe a necessidade de ratificar os “sentimentos nacionalistas”.

Outro aspecto relevante desta frente pioneira, era de que a base produtiva se organizava através da pequena propriedade. Conforme descreve Emer (1991):

Nas concepções do Estado Novo, a grande propriedade improdutivo do leste devia ser contraposta a pequena propriedade produtiva do oeste, sem, contudo destruir a grande propriedade ou substituí-la pela reforma agrária. Essa visão política do Estado Novo coincidia com o comportamento típico dos colonos do sul, descendentes de imigrantes. Esgotadas suas condições de reprodução como colonos, não se organizavam socialmente para exigir reforma agrária; preferiam migrar, formando frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Sem exigir medidas governamentais elementares, assumiam o desbravamento de terras novas, criando eles mesmos suas novas condições. Considerando a falta de recursos na conjuntura de guerra, as políticas do Estado Novo de ocupação da fronteira e as características do colono descendente de imigrantes, a ampliação das frentes de expansão sulistas eram favoráveis a seus interesses. Contudo, outros fatores políticos foram determinantes para intensificar a Marcha para o Oeste do Paraná. (EMER, 1991, p.133-134).

Lopes (2021) acrescenta que foi com a revogação das concessões das obrages, por decretos e atos jurídicos na década de 1930, que o Estado recuperou as terras devolutas e as transferiu para empresas e indivíduos, vinculados a função colonizadora no Oeste. Isso deu início a duas frentes de colonização: uma pública, com o loteamento das terras realizado pelo Estado, e outra privada, realizada por empresas de colonização e imobiliárias.

Igualmente pode-se observar uma conexão entre a Marcha para o Oeste e a subsequente colonização. Ambas as iniciativas faziam parte de um esforço maior para expandir a fronteira agrícola e preencher os "vazios econômicos" do país. As políticas do Estado Novo forneceram o quadro para essa expansão, enquanto a disposição dos colonos descendentes de imigrantes para migrar e abrir novas terras facilitou a realização dessas políticas. Simultaneamente, a revogação das obrages permitiu uma nova abordagem para a colonização, envolvendo tanto a ação do Estado quanto a iniciativa privada.

A partir de 1940, iniciou-se um novo processo de ocupação. Nesse sentido, Lopes (2021) enfatiza que:

Embora possa se dizer que já havia um movimento migratório para a região, anterior à criação do TFI, é a partir da década de 1940 e, notadamente, depois da criação do Território do Iguazu, que se desencadeia e se consolida um processo migratório muito mais intenso e contínuo. (LOPES, 2021, p.251).

Gregory (2002) indica que as empresas criadas no Oeste paranaense realizavam a exploração da madeira, a colonização e a mercantilização das terras, sendo esses mesmos grupos, responsáveis pela criação da consolidação do comércio e indústria em seus núcleos populacionais. No período que compreendeu as décadas de 1940 até 1960, o processo migratório foi motivado pelas ações conjuntas do poder estatal e das companhias colonizadoras, por meio da migração de sulistas descendentes de europeus, sobretudo alemães, italianos e poloneses. No Oeste do Paraná, destacam-se as seguintes companhias colonizadoras: Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (MARIPÁ); Pinho e Terras Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; e Colonizadora Norte do Paraná (PRIORI *et al.*, 2012,).

A empresa colonizadora MARIPÁ, criada em Porto Alegre no ano de 1946, adquiriu as terras da gleba chamada Fazenda Britânia²¹, que era de propriedade da companhia inglesa Companhia de Maderas Del Alto Paraná. A colonizadora utilizou-se da mão de obra de grupos nativos para levantar a infraestrutura mínima necessária para a chegada dos pioneiros. Logo após, os grupos indígenas foram retirados destes espaços, forçados a buscarem refúgios nas matas ainda intocáveis ou migrarem para áreas guaranis no Paraguai e Argentina.

A Maripá fixou sede em Toledo e tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores na região. Privilegiou a venda das terras em pequenas propriedades, com tamanho aproximado entre 10 alq. (24 ha). A companhia colonizadora dividiu as terras de modo que cada propriedade tivesse um curso de água. Os compradores eram selecionados rigorosamente. Chama a atenção que a venda desses lotes era feita de preferência para gaúchos e catarinenses, em sua maioria com descendência alemã ou italiana. Em 1951 já se podia notar a presença de algumas famílias na localidade de General Rondon (atual Marechal Cândido Rondon) e em Toledo. Entre 1951 e 1954 foram fundadas vilas como Novo Sarandi, Quatro Pontes, Margarida, Vila Nova, Novo Três Passos, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá, São Roque e São Petrogrado. Muitas dessas vilas ou colônias se tornaram municípios, enquanto outras se firmaram como distritos de Toledo ou Marechal Cândido Rondon. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 83).

O plano de colonização da região Oeste do Paraná se estruturou na pequena propriedade de agricultura familiar, essencialmente com a ocupação dos grupos de

²¹ Atualmente a área da Fazenda Britânia e atuação da MARIPÁ compreende os municípios e o respectivo ano de ocupação da colonizadora: Toledo (sede) (1946); Quatro Pontes (1951); Marechal Cândido Rondon (1952); Nova Santa Rosa (1952); Maripá (1952); Mercedes (1952); Entre Rios do Oeste (1959); Pato Bragado (1959).

descendentes de imigrantes europeus oriundos do Rio Grande do Sul. Isso fez com que a história da região Oeste paranaense, fosse marcada pelas inter-relações fronteiriças nunca interrompidas, gerando uma população com boa articulação composta por diversas nações, capazes de assimilar várias línguas e culturas simultaneamente.

Destarte, o projeto de colonização das terras do Oeste paranaense se consolidou na década de 1960, completando o processo de ocupação da fronteira agrícola em 1970. Isso deu início a uma nova frente migratória para as populações rurais em busca de novas fronteiras agrícolas, sendo uma destas frentes o leste paraguaio, particularmente a região Leste da Bacia do rio Paraguai e a região fronteiriça da Bacia do Rio Paraná.

Em 1961, o governo paraguaio, liderado por Alfredo Stroessner²², implementou um projeto conhecido como "*Marcha para el Este*"²³. Esse projeto visava povoar o leste do Paraguai, com o intuito de promover a modernização agrícola e romper com as práticas agrícolas rudimentares. Nesse contexto, foram realizadas mudanças significativas no estatuto agrário do Paraguai em 1963²⁴.

De modo similar ao ocorrido no Brasil, o governo do Paraguai designou certas áreas como "vazios populacionais". Conforme Albuquerque (2003), isso resultou em abertura da compra de terras por estrangeiros nas áreas fronteiriças. A disponibilidade de terras a preços mais acessíveis despertou o interesse dos colonos sulistas brasileiros, que adquiriram terras para produção agrícola.

Cabe ressaltar que esse processo ocorreu paralelamente à mecanização agrícola implantada na região Sul do Brasil, resultando na expulsão de trabalhadores rurais. Portanto, a "*Marcha para el Este*" paraguaia reflete uma dinâmica similar à "*Marcha para o Oeste*" brasileira, ambos os movimentos buscavam expandir as fronteiras agrícolas e preencher "vazios", sejam eles populacionais ou econômicos.

²² Alfredo Stroessner foi um líder militar e ditador paraguaio. Ele ocupou o poder no Paraguai de 1954 a 1989, tornando-se o ditador que governou por mais tempo na história da América Latina. Durante seu mandato, ele transformou o Paraguai de uma economia amplamente agrária em uma nação industrializada.

²³ Durante a pesquisa foram identificados os seguintes nomes para o mesmo projeto de ocupação do Leste paraguaio: "*Marcha para el Este*", "*Marcha hacia el Este*" "*La marcha para el Este*".

²⁴ O programa foi estabelecido pelo governo paraguaio através do Instituto de Bienestar Rural - IBR, órgão fundiário criado em 1963. O IBR foi responsável por fomentar a colonização oficial das áreas pouco povoadas do país.

No âmbito do projeto "Marcha para el Este", o governo de Stroessner proporcionou incentivos fiscais e crédito acessível com o intuito de atrair investidores estrangeiros para colonizar as áreas de fronteira. Esses incentivos, aliados à desregulamentação das leis de propriedade de terras, foram vistos como uma estratégia para diversificar a economia paraguaia, especialmente no setor agrícola, e como um meio de controlar a instabilidade na região fronteira entre os países vizinhos.

No entanto, o projeto gerou consequências adversas, resultando na expropriação de terras dos camponeses paraguaios e na perda subsequente de suas fontes de sustento. Além disso, a iniciativa foi apontada como responsável pelo aumento da desigualdade social no país. Embora a "*Marcha para el Este*" tenha visado promover o desenvolvimento econômico e a estabilização da região fronteira, suas repercussões negativas sobre a população local e a estrutura social do Paraguai não podem ser ignoradas.

Em outras palavras, o processo de ocupação da região oriental do Paraguai visava desenvolver as áreas periféricas do país, estabelecendo condições para efetivar interesses políticos e econômicos influenciados por forças externas. De maneira específica, esse movimento procurava se adequar à expansão e às demandas da economia brasileira. Destarte, a migração em direção às terras paraguaias resultou na ampliação da fronteira agrícola brasileira, trazendo consigo questões problemáticas como a distribuição desigual de terras (SILVA, 2010).

É válido destacar que os projetos de ocupação da "Marcha para Oeste" no Brasil e da "*Marcha para el Este*" no Paraguai tiveram os mesmos objetivos, e ambos foram determinados e desenvolvidos por governos ditatoriais. De tal modo, Oliveira (2013) aponta que os países, Brasil e Paraguai, influenciaram e intensificaram o processo de migração e o modelo econômico, através de ideais vinculados ao agronegócio exportador.

O poder ideológico como forma de convencimento é fator comum. No caso brasileiro, a Marcha para Oeste era apresentada com uma forte propaganda do próprio Estado, que baseava-se na ocupação de tal região como alternativa que garantiria além do desenvolvimento agrário e econômico a nacionalização do país, a integração entre as regiões, a soberania governamental, a segurança nacional e a transformação da população em um povo e do país em uma grande nação, ou seja, a construção de um novo Brasil forte e moderno e revitalização do seu sentido de "brasilidade" criando com isso uma nova identidade ao povo brasileiro. No Paraguai, este poder ideológico, foi representado não pelo Estado diretamente, mas sim por um

dos seus tentáculos, o Partido Colorado, mais próximo da população apresentava como a alternativa mais adequada para tirar o país do seu “atraso”, a implementação da sua política colonizadora nacional e dava apoio total ao presidente Stroessner, a figura central da efetivação da Marcha del Este, onde os dados apontam a personificação desta política migratória com este governante, assim como a Marcha para Oeste é associada no Brasil à figura, principalmente de Getúlio Vargas, e importante projeto dentro da estrutura do seu governo. (OLIVEIRA, 2013, p.97).

A entrada e a compra de terras facilitada para estrangeiros, permitiu que muitos agricultores brasileiros se mudassem para o Paraguai, aliviando a pressão por mais terras sobre os estados fronteiriços. Além dos camponeses, Albuquerque (2010) destaca que, durante as décadas de 1960 a 1990, houve a inserção facilitada no governo de Stroessner de grandes proprietários, corporações, capital estrangeiro, companhias colonizadoras, entre outros. A atração das empresas brasileiras ocorreu por vários motivos, incluindo os preços baixos de terras, pela mão de obra barata, escassez de legislação ambiental e fundiária, pela proximidade com o Brasil, e sobretudo, o montante de capital investido estava vinculado aos interesses geopolíticos.

Souza (2013) ressalta, que o sucesso em empreender no Paraguai não foi igual para todos, indicando que:

Muitos brasileiros vão para o Paraguai, implementam a agricultura mecanizada, e neste processo de migração sofrem diversas violações de seus direitos em território paraguaio cometidas pela polícia paraguaia principalmente. O fator gerador de tensões são as terras adquiridas pelos brasileiros seriam supostamente utilizadas para a Reforma Agrária. Neste caso alguns desses brasileiros tornaram-se proprietários de largas faixas de terras no lado paraguaio da fronteira e outros não conseguiram o mesmo objetivo e acabam retornando ao Brasil momento em que recebem o nome de brasiguaios. (SOUZA, 2013, p. 05).

Corroborando, Pereira (2016) aborda a questão da concentração fundiária que foi implementada neste processo no Paraguai e indica que:

Observamos uma tendência à concentração da terra, pois existem pequenos produtores, mesmo que brasileiros, vendendo suas pequenas quantidades de terra para grandes empresários e latifundiários. Deste modo, há a necessidade de diferenciar o pequeno produtor brasileiro que comprou terra no Paraguai, pois foi expulso do Brasil pela modernização parcial e conservadora da agricultura, daquele latifundiário e empresário capitalista que busca o Paraguai como alternativa para expansão da produção e acúmulo de capitais, causando grandes impactos, seja social, econômico e ambiental no Paraguai. (PEREIRA, 2016, s/p).

Como consequência, o leste paraguaio teve uma estrutura agrária baseada na exploração dos pequenos agricultores e na concentração de terras nas mãos de cada vez menos proprietários. Nesse contexto, os camponeses paraguaios foram os principais prejudicados com a imigração brasileira, dado que a terra se tornou cada vez mais cara, intensificando a competição por ela. Além disso, a presença dos brasileiros nas cidades do interior paraguaio gerou tensão entre as populações devido a diferenças linguísticas e culturais. A falta de regulamentação sobre a imigração brasileira contribuiu para a crescente desigualdade entre os dois países.

4.4 AS INFRAESTRUTURAS ESTATAIS DE INTEGRAÇÃO: A PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE E A USINA BINACIONAL DE ITAIPU

A partir de uma perspectiva abrangente, visualizando a fronteira como região articulada por infraestruturas, são construídas as inter-relações sociais formuladas pelos processos históricos. Em 1960, quando o Brasil se aproximou do Paraguai, as relações se modificaram e transformaram a região. Silva (2021) evidencia que, de modo paradoxal, o turismo internacional de massa, só se estabeleceu na região a partir da construção da ponte da Amizade, visto que a infraestrutura que integrou o Brasil ao Paraguai promoveu a integração física, alterando a dinâmica fronteiriça e as relações regionais e internacionais na América do Sul.

A ponte internacional da Amizade teve o início de sua construção em 1956 e foi inaugurada no ano de 1965 pelo presidente brasileiro Castelo Branco e o presidente paraguaio Alfredo Stroessner, permitindo a ligação aos países Brasil e Paraguai. A conexão física entre os países favoreceu a mobilidade de pessoas e mercadorias, intensificando os fluxos e modificando a estrutura das cidades.

A iniciativa do projeto da Ponte da Amizade suscitou um interesse recíproco entre os países participantes, visto que, “[...] o Paraguai queria uma saída para o Atlântico, diminuindo sua dependência com a Argentina. O Brasil, por sua vez, queria conquistar novos mercados, além de ampliar a rota continental” (MASCARENHAS, 2020, p.74). A construção da Ponte da Amizade atraiu muitos trabalhadores para a região, alterando a dinâmica populacional e promovendo a necessidade da criação de outras infraestruturas urbanas, em especial no Paraguai.

Conforme Mascarenhas (2020), em 1957 foi criada Ciudad del Este²⁵, visando a instalação da sede da Comissão de Administração e mais tarde, a intendência municipal. A ponte criou uma economia de aglomeração, gerando a necessidade de trabalhadores para o seu funcionamento nas funções de vigilância, segurança, alfândega entre outros. Da mesma maneira, como nos serviços essenciais para a permanência da população, foram sendo construídos mercados, bancos, escolas, hospitais, gerando ainda maior oferta de mão de obra, desde a construção civil, até profissionais especialistas em diversas áreas.

Cury (2010) ressalta que com a concretização do Tratado de Itaipu na década de 1960, emergiu a necessidade de estabelecer redes externas no território, com o objetivo de construir a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Essa iniciativa inaugurou uma fase de crescimento demográfico e urbano acelerado em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, impulsionado particularmente pela migração de trabalhadores.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada na década de 1970, não apenas fortaleceu as relações entre Brasil e Paraguai, como promoveu a expansão da infraestrutura regional e influenciou o aumento demográfico. Isso resultou em uma nova onda migratória, atraída pelas oportunidades geradas por esse projeto de grande escala (CURY, 2010). Enfatiza-se, que a Itaipu Binacional possui um imenso potencial gerador de energia, sendo uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo em termos de capacidade de geração de energia.

A Itaipu Binacional, conforme ilustrado na Figura 4, é uma Usina Hidrelétrica cuja represa atravessa o rio Paraná, demarcando as fronteiras²⁶ entre o Brasil e Paraguai. Além disso, o rio Paraná estende-se, formando a fronteira entre a Argentina e Paraguai, finalmente desaguando no Oceano Atlântico através do rio da Prata.

²⁵ “Ata de Fundação da cidade assinada em 03 de fevereiro de 1957, em cumprimento ao Decreto nº 24.634 de 28 de janeiro de 1957 denominada inicialmente de Puerto Flor de Lis, logo mudou para Puerto Presidente Stroessner, rebatizada de Ciudad del Este após a queda de Stroessner em 1989”. (MASCARENHAS, 2000, p. 102).

²⁶ Itaipu é governada por um tratado firmado pelo Brasil e Paraguai no ano de 1973, denominado Tratado de Itaipu. Os tratados são instrumentos do direito internacional, isto representa que estão estabelecidos com um peso muito mais forte e consolidado, no direito nacional e internacional. Vale indicar, que no ano de 2023, o tratado será revisado pelos dois governos, podendo indicar novos rumos diplomáticos entre os governos de ambos os países.

Portanto, esses rios constituem a Bacia do Rio da Prata, que abrange Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, consolidando-se como a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul.

Figura 4 - Vista aérea da Usina Binacional de Itaipu



Fonte: MARCHETTI; ITAIPU BINACIONAL (2023)

Folch (2019) enfatiza que a propriedade da empresa é compartilhada igualmente entre Brasil e Paraguai, numa proporção "fifty-fifty", indicando que ambos os países detêm direitos iguais na gestão da corporação. Para elucidar as dinâmicas hídricas na região da tríplice fronteira, a autora discorre acerca da interação entre a política e o sistema energético nesse contexto limítrofe. De particular interesse é o fato de a Itaipu estar situada numa região que depende fortemente de energia renovável.

A problemática relativa à divisão das águas do rio Paraná possui implicações que transcendem as fronteiras de dois países e até mesmo dos países atravessados pelo rio. Isso se deve ao fato de o rio Paraná ser uma fonte significativa de recursos hídricos para toda a América do Sul, desempenhando um papel vital no abastecimento de uma ampla parcela da população regional e na geração de energia elétrica (FOLCH, 2019).

Ademais, considerando que as águas do rio Paraná atravessam vários países do continente, existem aspectos de direito internacional que devem ser levados em conta, incluindo questões relacionadas à soberania, segurança e preservação ambiental. Ainda, a questão da divisão das águas do rio Paraná apresenta implicações no âmbito global. A maneira como as águas do rio Paraná é distribuída entre os países, assim como a sua respectiva gestão adequada, podem influenciar significativamente o acesso global à água potável, abordando questões de natureza econômica, política e ambiental.

Segundo Folch (2019), compreender as interações entre nações através das relações fronteiriças nos proporciona uma visão mais perspicaz do que o oferecido pelos centros convencionais de poder. A situação da Itaipu ilustra essa complexidade inerente nas relações internacionais, onde a soberania nacional é primordial, mas simultaneamente confrontada com desafios como os custos de manutenção da usina e a determinação de tarifas. Tais aspectos influenciam as decisões corporativas e repercutem diretamente na vida dos habitantes de ambos os países.

Essa interação é muito ampla e envolve diversos fatores, desde o uso de materiais e recursos naturais para a construção da usina, ao impacto ocasionado na vida das pessoas que vivem na região. A tecnologia empregada em Itaipu traz benefícios substanciais à região, como a geração de energia limpa e acessível, fomentando a modernização e crescimento econômico local. Contudo, acarreta consequências ambientais, exemplificadas pela modificação do curso dos rios e pelo alagamento de áreas rurais, afetando diretamente as comunidades locais (SOUZA, 2002).

Além de toda dinâmica proporcionada pela Usina Binacional de Itaipu, a capacidade da barragem de produzir energia, soberania e segurança cria uma hierarquia de prioridades, que moldam os processos políticos relacionados à infraestrutura e à integração. Folch (2019) aborda que:

A capacidade da barragem de produzir energia, soberania e segurança constitui um conjunto de prioridades concorrentes que regem os processos políticos de infraestrutura e integração. Consequentemente, Itaipu resultou na formação de um novo tipo de território contornado ao longo de fios elétricos e hidrovias (e não apenas fronteiras de estados-nação) e em circulações tão apertadas de carga elétrica e dinheiro que as distinções entre os dois se confundem, sugerindo algo mais como uma eco-moeda. Essas dinâmicas

políticas surgem da base da barragem: a água²⁷. (Tradução nossa) (FOLCH, 2019, p.8).

Como consequência, a construção de Itaipu resultou na formação de um novo tipo de território, para além das fronteiras dos estados-nação. Neste aspecto, com a formação do Lago de Itaipu em 1982, decorrente do término da construção da barragem da Hidrelétrica Binacional Itaipu, a região se reconfigurou. Alvarez (2010) afirma que a construção da Itaipu e a formação de seu reservatório, o Lago de Itaipu, tiveram efeitos sociais adquiridos e sentidos até hoje pela população afetada.

Com efeito, a estrutura social da região sofreu o duplo impacto da construção de um grande projeto com a represa de Itaipu. Este empreendimento, por um lado atraiu numerosos migrantes internos, mobilizados pelo engajamento no grande projeto como força de trabalho, ao mesmo tempo que o enchimento do reservatório implicou a inundação de uma extensa faixa de território e provocou o êxodo de parte desta população rural. Uma parcela considerável desta recebeu indenização pelas terras alagadas e, motivadas pelo preço da terra no Paraguai, migrou para a zona rural do país vizinho. Outros contingentes se somaram a esta corrente migratória, que atraiu também moradores da região sul e sudeste do Brasil. Os cálculos oficiais do censo de Paraguai falam de um contingente de 100.000 brasileiros. Já os dados da igreja e dos movimentos sociais apontam para uma cifra acima dos 300.000 brasiguaios. No debate eleitoral no Paraguai se invoca a cifra de 800.000 elevando o número destes cidadãos híbridos. (ALVAREZ, 2010, p. 11).

A Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu teve um impacto significativo na demografia local, atraindo milhares de trabalhadores de todas as regiões do Brasil e do Paraguai. Posteriormente, os agricultores locais sofreram os impactos da inundação de suas terras para a formação do reservatório da usina. Esta situação contribuiu para um fluxo migratório bilateral entre brasileiros e paraguaios. Após o recebimento de indenizações pelas terras alagadas, muitos brasileiros optaram por adquirir propriedades no Paraguai. Em contrapartida, um contingente de paraguaios decidiu estabelecer-se nas cidades fronteiriças do Paraná. Esses eventos resultaram em um expressivo êxodo rural na região Oeste do Paraná, bem como em uma corrente migratória de brasileiros em direção às áreas rurais do Paraguai. Essas migrações geraram uma fusão cultural que hoje caracteriza a região transfronteiriça de Itaipu.

Após a conclusão da barragem de Itaipu, em 1980, milhares de trabalhadores foram desempregados e passaram a reforçar a problemática dos sem-terra no

²⁷ “The dam`s ability to produce energy, sovereignty, and security constitutes a set of competing priorities that govern the political processes of infrastructure and integration. Consequently, Itaipú has resulted in the formation of a new kind of territory contoured along electrical wires and waterways (and not merely nation-state borders) and in such tight circulations of eletrical charge and money that the distinctions between the two blur, suggestive of something more like an ecocurrency. These political dynamics arise from the base of the dam: water.”

Paraguai, agravando os conflitos fundiários, particularmente na região da fronteira oriental, conforme destaca Silva, (2010):

No início dos anos 1980, quando a barragem de Itaipu já havia sido concluída, milhares de trabalhadores perderam seus empregos e passaram a engrossar a fileira dos trabalhadores sem terra do Paraguai, o que levou a um maior recrudescimento do problema fundiário, aumentando a tensão no campo, sobretudo na região da fronteira oriental (SILVA, 2010, p. 329-330).

As implicações dessas construções foram abrangentes e multifacetadas, alterando significativamente o cenário social, econômico e ambiental da região. Em resumo, ilustram a influência das infraestruturas estatais de integração, como a Ponte Internacional da Amizade e a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, nas dinâmicas territoriais e demográficas da fronteira Brasil-Paraguai. A presença das infraestruturas influenciou decisivamente os processos de ocupação territorial. Essas estruturas, em diferentes temporalidades, moldaram relações dinâmicas caracterizadas por conflitos, interesses e diálogos entre diversos atores sociais, gerando territorialidades específicas.

Além disso, a construção dessas infraestruturas destacou a importância da dinâmica populacional na pesquisa, com populações de ambos os países realizando atividades comuns e integradas, facilitadas pelas várias formas de travessia proporcionadas pelas pontes e pelo Lago de Itaipu.

Nestas fronteiras, os limites políticos são regularmente transgredidos em favor das inter-relações entre nações diferentes, que, através da contiguidade, formam uma identidade que pode ser considerada híbrida, multicultural ou transnacional. Conseqüentemente, revela a complexidade das interações na fronteira Brasil-Paraguai e o papel crucial das infraestruturas de integração na formação dessa complexidade. Essas infraestruturas continuam a moldar a paisagem social, política e econômica da região, enfatizando a importância de uma análise contínua e aprofundada dessas dinâmicas.

Em síntese, o item 4 examinou a formação geográfica e histórica da fronteira Brasil-Paraguai, destacando a importância dos tratados para a definição dessa fronteira, o impacto da influência jesuíta nos séculos XVII e XVIII, a colonização e a expansão das frentes agrícolas no período de 1881 até 1990, e as infraestruturas estatais de integração: a Ponte Internacional da Amizade e a Usina Binacional de Itaipu.

O exame dos tratados que definiram a fronteira entre o Brasil e o Paraguai proporcionou uma compreensão clara dos limites geopolíticos e das relações de poder subjacentes que moldaram a região. A análise da influência jesuíta nos séculos XVII e XVIII permitiu o melhor entendimento de como a religião e a cultura influenciaram a dinâmica e a identidade cultural da fronteira.

A investigação da colonização e da expansão das frentes agrícolas de 1881 até 1990 revelou o impacto de políticas estatais e mudanças econômicas na transformação da paisagem e da demografia da região. Finalmente, a análise das infraestruturas estatais de integração, como a Ponte Internacional da Amizade e a Usina Binacional de Itaipu, evidenciou a maneira como essas estruturas influenciaram e continuam a moldar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da fronteira. Cada um desses elementos não só contribuiu de forma significativa para a formação da fronteira Brasil-Paraguai, mas se entrelaçou de maneiras complexas para criar uma região marcada por sua dinâmica múltipla e de inter-relações.

Posto que, todos os processos de ocupação territorial na fronteira do Brasil e do Paraguai, em diferentes temporalidades, moldaram as relações que tornam este espaço dinâmico, visto que, é marcado pelos conflitos, interesses e diálogos, entre diferentes atores sociais, gerando territorialidades específicas, moldadas por tratados, acordos, projetos e práticas sociais. Mediante esses fatores, a porosidade nas fronteiras foi contínua, uma vez que, os laços afetivos permaneceram em ambos os territórios, constituindo novas territorialidades. A compreensão dessas dinâmicas colabora para a análise das questões que serão abordadas nos capítulos subsequentes.

5 MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A migração ultrapassa o âmbito das trocas populacionais e compreende várias relações entre os lugares, dinamizando as formas urbanas e a expansão da fronteira agrícola, pois, vai indicar a direção para a especialização e o crescimento das relações de trabalho e moradia. Assim, é exercida uma configuração do nível de centralidade, de atração ou de repulsão populacional, conforme as relações sociais e os fluxos promovidos pelos fixos, representados pela infraestrutura de serviços na área de saúde, comércio e educação.

Considerando que a migração é o deslocamento de pessoas, de um lugar para o outro, tanto no movimento interno como externo dos países, Bauman (1999) argumenta que a mobilidade para a sociedade atual permite as trocas de experiências, ampliam as oportunidades e quebram barreiras culturais, nesse sentido, a migração pode ser voluntária ou forçada, e isto é, resultado da adaptação das pessoas frente aos desafios impostos pela globalização.

No contexto do fenômeno da imigração²⁸, Sayad (1998), relata que ocorre uma dissimulação sobre a própria condição de imigrante, sendo considerada como um estado provisório. Esse sentimento de provisoriedade oscila conforme as circunstâncias, por causa de uma dupla interpretação que envolve sua situação de instalação prolongada ou no fato de ignorar a presença do imigrante, especialmente quando a questão envolve o caráter sobre quais são seus direitos, portanto, é relativa à forma como essa sociedade os recebe. Corroborando Sassen (1993), indica que o processo de imigração, consiste em um desafio para os governos, principalmente na elaboração de políticas públicas, pois isto, envolve uma nova visão que a sociedade tem dos migrantes, baseada na integração.

A partir das causas da migração internacional, definidas por Gomez Walteros (2010), podemos identificar em sua classificação a influência dos seguintes aspectos: “socioeconômico”, “político”, “psicológico”, “cultural” e “específico da condição humana”. Embasado nesses fatores, pode-se elucidar a motivação de migração e mobilidade entre transfronteiriços brasileiros e paraguaios.

Nesse sentido, o fator econômico está relacionado em diferenças salariais, comércio desigual entre países, demanda de emprego, busca por serviços, estímulos

²⁸ A imigração é o movimento de pessoas que chegam a um país para viver permanentemente.

que garantem vantagens para empresas como isenção de taxas e impostos, acesso à oferta de terras, serviços subsidiados entre outros. No que se refere à causa geográfica, a migração internacional está determinada pela proximidade da fronteira. O fator histórico está ligado aos processos de colonização e ocupação de antepassados, reforçado por afinidades culturais, linguísticas, de convivência entre outras. Já o fator sociológico é motivado a partir do encontro entre descendentes de famílias nos países de destino.

Mesmo agrupando fatores e causa sobre as migrações internacionais, Gomez Walteros (2010) alerta que as teorias que abordam a migração internacional não podem ser empregadas de modo reducionista e ambíguo, através de generalizações. O ideal é que as explicações sejam acompanhadas de uma checagem das informações sobre os processos migratórios, visto que as causas por trás desses processos são diversas, além de estarem em constante mudança, o que traz uma dinâmica peculiar. É fundamental considerar a metodologia, fontes, critérios de avaliação, espaço geográfico e período de análise ao observar discrepâncias tanto nos países de origem quanto nos de destino. Além disso, resultados obtidos no curto prazo podem não ser garantidos no longo prazo, inclusive durante períodos de prosperidade ou crise. Isso denota a dificuldade em estabelecer de maneira quantitativa e qualitativa dados sobre a mobilidade populacional entre países diferentes.

Neste aspecto, a população presente na fronteira paranaense, entre Brasil e Paraguai, é caracterizada por intensos processos de migração nacional e internacional, além de uma população migrante representada por trabalhadores, turistas, estudantes e indígenas. Os fluxos de população e de mercadorias, são reforçados por relações de prestação de serviços públicos e privados que se complementam. Essas dinâmicas não seguem padrões previsíveis, dificultando as ações de planejamento nas cidades. Quanto à integração territorial, promovida pelo ato migratório internacional, o contexto dessa integração revela a vivência, a partir das conexões duradouras entre os lugares. Desse modo, o fluxo de informações e de recursos pelo território são facilitados e intensificados.

5.1 MOBILIDADE POPULACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA

A mobilidade populacional transfronteiriça nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu é determinada pela busca de diversos serviços. Lini (2014, p. 176) descreve isso como uma cidadania fluida, que é formada pela interação transfronteiriça, indicando que:

O “sacoleiro”, o taxista e o mototaxista, o ambulante, as empregadas domésticas e o “pasero” são peças fundamentais na engrenagem econômica da fronteira, porém, como sua cidadania é fluida, e seu sentimento de pertencimento é ambíguo – vive parte do tempo em um país, mas obtém sua renda em outro – é um desafio aos Estados o atendimento das demandas desta parcela da população que vive na informalidade (LINI,2014, p.176).

Para promover o desenvolvimento da população de fronteira, é necessário que os estados estabeleçam políticas públicas mais abrangentes, levando em consideração o constante trânsito entre os países. Destaca-se que deve haver colaboração entre os estados para a regulamentação do mercado informal, o que permitiria a obtenção de dados confiáveis sobre as atividades desenvolvidas, assim como, a arrecadação de impostos, como forma de regularização dos trabalhadores fronteiriços. Além disso, é essencial melhorar o acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança, que são fundamentais para a qualidade de vida dos trabalhadores, que muitas vezes são precários na região.

Muitos dos trabalhadores fronteiriços não possuem documentação para trabalhar no país vizinho, o que os impede de acessar direitos trabalhistas e frequentemente os coloca em situações de exploração e precariedade. Uma maneira de melhorar a situação dos trabalhadores seria a implementação de programas que permitam a regularização de sua situação e garantir seus direitos trabalhistas no âmbito de uma colaboração internacional. Ademais, é fundamental que os governos dos países envolvidos assegurem o acesso à informação e serviços básicos à população da fronteira.

Referente às necessidades mais básicas da população de fronteira, no ano de 2010, foi criado o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (2010)²⁹. Em seu Plano de Ação constavam como principais objetivos: (I) implementação de política de livre circulação de pessoas na região; (II) igualdade de direitos e liberdades civis, sociais,

²⁹ O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, criado em 2010, teve suas atualizações realizadas nos anos de 2017 e 2021, reafirmando as ações e os grupos de trabalho na discussão das temáticas da integração fronteiriça.

culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e (III) igualdade de condições para acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

O Estatuto também estabeleceu mecanismos de apoio à população de fronteira, referente a circulação de pessoas, integração fronteiriça, cooperação judicial e consular, trabalho e emprego, seguridade social, educação, transporte, comunicações, defesa do consumidor, direitos políticos e acesso do cidadão ao órgão do MERCOSUL. No entanto, o cumprimento do Estatuto ainda é um desafio para os países membros do MERCOSUL, em virtude de que os direitos reconhecidos não possuem peso supranacional, em razão de que a implementação é com base nos interesses nacionais. Por fim, destaca-se que a participação efetiva dos Estados-membros no MERCOSUL, contribui para o acompanhamento e o cumprimento do Estatuto, o que é essencial para o desenvolvimento do bloco.

Portanto, são necessárias ações que beneficiem amplamente os moradores da fronteira, como no caso do Brasil e do Paraguai. Essas ações estão contempladas no plano de ação do Estatuto, mas, na prática, muitas vezes não são efetivamente implementadas. Isso destaca a necessidade de esforços legais e políticas mais específicas, tanto ao nível local quanto regional, para desenvolver legislações e políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento integral da região fronteiriça e garantam o pleno acesso aos direitos dos migrantes.

As fronteiras são locais de interação social e a troca de habilidades, conhecimentos e serviços influenciam, o que influencia a cultura e cria vínculos entre os países. Devido às características geográficas distintas das fronteiras, os ambientes nesses limites são dinâmicos e promovem mesclas culturais e econômicas, além de compartilhar problemas. Conforme Becker (1996), são os valores culturais e sociais que valorizam o território, sendo expressos de forma autônoma e alternativa pela população local. Desse modo, o grande desafio está na gestão do território, alocando investimentos por meio de infraestrutura enquanto respeita e reconhece as diferenças, para produzir informações articuladas sobre o território.

Conforme Moura e Cardoso (2013), seria necessário apagar as linhas divisórias da fronteira para tornar esse um espaço único, uma vez que as fronteiras pertencem a quem vive nelas, quem faz o seu uso. Dessarte, não se deve haver políticas de vigilância, mas políticas que captem suas peculiaridades. Nesse intuito, propostas de cooperação devem ser consideradas para a integração entre regiões separadas por

fronteiras nacionais que compartilham determinados problemas e podem ser resolvidos por meio de medidas comuns.

Carneiro Filho (2013) indica que o desenvolvimento em áreas de fronteira deve ser estimado, a partir da integração regional, através do cooperativismo e da complementaridade, permitindo que os estados fronteiriços se reorganizem internamente e tornem as relações jurídicas locais e extraterritoriais mais competentes. Moura e Cardoso (2013), consideram que o meio acadêmico deve analisar a fronteira como uma nova categoria teórica, devido às diferenças que esses espaços abarcam. De tal modo, a fronteira torna-se um desafio empírico uma vez que ao comparar dados entre os países, há que se considerar que os métodos e escalas dos Estados Nacionais são distintos, exigindo dados que sejam compatíveis e comparáveis.

Nesse cenário de problemas e desafios, as responsabilidades se diluem e os povos das fronteiras se veem privados dos direitos essenciais, ao mesmo tempo em que construções simbólicas emergem da justaposição diversidade e conflito. (MOURA; CARDOSO, 2013, p. 14).

A percepção da existência de uma fronteira ocorre a partir da identificação de diferenças significativas em âmbito linguístico, cultural, legal e monetário (salvo no caso de moeda única para vários países). Nesse viés, a percepção de uma fronteira não apenas deriva do reconhecimento do que difere, bem como, da afirmação daquilo que fundamenta uma identidade. É por meio dessa dinâmica que as áreas de fronteira se tornam locais de encontro de conceitos e de preconceitos, contribuindo para a formação de uma nacionalidade. De acordo com Machado (1998), o termo “fronteira” remete-se a um fenômeno da vida social espontâneo e que indica a margem do mundo habitado. Hobsbawm (1990, p. 14 - 15) explica que:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram ‘nações’ e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais (HOBSBAWM, 1990, p. 14-15).

Viver entre as fronteiras remete os sujeitos à condição de estarem à margem de duas ou mais culturas. Para Bhabha (1998), a identidade de uma nação é reconhecida a partir de suas margens, as fronteiras culturais. É fundamental compreender como se constrói o sujeito nacional, que é configurado por meio de

diversos fragmentos presentes na sociedade, observados pelos conflitos sociais e pela vivência das minorias.

Quanto às situações de desigualdades enfrentadas pelas populações nas fronteiras, Santos (1993, p.123) explica que:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considera todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam (SANTOS, 1993, p.123).

O tratamento das desigualdades sociais deve incorporar o reconhecimento das desigualdades territoriais e a formulação de políticas que incluam as particularidades locais. Torna -se necessário, desse modo, observar a dinâmica social na qual uma comunidade está inserida, considerando os desdobramentos sociais que afetam a sociedade: “Processos relacionados à globalização e fragmentação, redes e fluxos, concentração populacional em áreas urbanas, entre outros, mudaram as formas de adoecer e morrer” (SANTOS, 2003, p.39).

A fronteira, enquanto um "significante de separação", não deveria existir, uma vez que não reflete as realidades culturais e econômicas dos países, nem suas relações internacionais. No entanto, ela persiste e representa, para muitos Estados Nacionais, um mecanismo de proteção e estabelecimento de uma identidade nacional. Neste sentido, Arruda (2001, p.23) ressalta que:

A fronteira sempre representou um sinal de debilidade entre culturas, entre civilizações humanas. Ela sempre conviveu com a ideia de ser uma criação, antes de mais nada, discursiva cuja direção e objetivos permanece manipulável. É preciso perguntar aos povos da América Latina se já chegou a hora de reverter este simbolismo tão maléfico para nossa emancipação. Seguimos pensando na necessidade de desmascarar a inutilidade da fronteira como sinal de exclusão de cidadania, de negação do outro, de distanciamento cultural. Até quando a fronteira deterá este significante de separação, de perda da proteção do Estado Nacional? A fronteira ainda permanece como o lugar de outras ideologias “não civilizadas”, uma criação artificial político-simbólica para delimitar e homogeneizar gostos, costumes, interesses e desejos (ARRUDA, 2001, p.23).

O contexto da migração entre Brasil e Paraguai apresenta uma linha divisória muito tênue, conseqüentemente, a condição de provisoriedade apresentada neste espaço se repercute em questões sociais e econômicas complexas. Nos municípios de linha de fronteira, a migração ocorre de forma periódica, enquanto nas cidades contíguas, como Foz do Iguaçu com Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguassu (AR),

bem como Guaíra com Salto del Guairá (PY), a migração é uma ocorrência diária. Nesse cenário, às condições de moradia, trabalho e consumo são diretamente influenciadas pela disponibilidade de serviços e pelas oportunidades ofertadas pelos países contíguos. Desta forma, as relações entre o Brasil e o Paraguai se fortalecem a cada dia, à medida que as pessoas buscam melhores condições de vida, mesmo que de forma não oficial. A proximidade geográfica e as oportunidades econômicas dos países vizinhos acabam unindo as comunidades fronteiriças, criando uma dinâmica de interdependência e colaboração que transcende as fronteiras nacionais.

5.2 A FRONTEIRA E SUAS INTERAÇÕES

As áreas fronteiriças proporcionam uma visão da dinâmica da sociedade com o território. Neste sentido, é importante destacar que o conceito de fronteira apresenta múltiplos significados, que são ressignificados e reinterpretados, de acordo, com as novas características que compõem os territórios. A região fronteiriça do Lago de Itaipu é complexa, visto que ocorrem diferentes dinâmicas entre as cidades-gêmeas e os outros municípios onde os movimentos migratórios existem, embora sejam menos aparentes. A fronteira é marcada pela vivência dos moradores dos dois países, Brasil e Paraguai, que estabelecem nestes espaços sua territorialidade.

Para exemplificar os conceitos anteriormente apresentados, eles podem ser relacionados com a região fronteiriça do Lago de Itaipu. Um fato interessante neste recorte regional é que do lado brasileiro, as municipalidades apresentam dinâmicas distintas em relação ao país vizinho, no caso, o Paraguai. Vale indicar que o município de Foz do Iguaçu também compreende a região denominada de tríplice fronteira, que envolvem relações fronteiriças com a Argentina.

A região deste estudo alterou sua dinâmica fronteiriça devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que represou as águas do rio Paraná, criando o reservatório denominado de Lago de Itaipu em 1982. A formação do Lago alterou os limites territoriais dos países, já que parte das terras foram alagadas tanto nas margens brasileiras, quanto nas margens paraguaias. A criação do lago também mudou a dinâmica hídrica, permitindo uma navegabilidade facilitada entre as margens do Brasil e do Paraguai.

Neste contexto, Gimenez *et al.* (2018) indicam que na tríplice fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, as relações observadas são constituídas por características de uma região internacional, na medida em que apresentam duas dimensões, uma local e outra global. A primeira a dimensão, a local, consiste em uma dinâmica internacional, através de fluxos de pessoas e mercadorias em larga escala. A segunda dimensão, a global, caracteriza-se na geopolítica mundial como uma região periférica, onde estão presentes as discussões e ações dos temas do comércio e segurança internacional.

A partir de Moura; Cardoso (2016), a região da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu pode ser classificada por “aglomerações transfronteiriças – também chamadas de cidades gêmeas³⁰, cidades-pares, cidade binacional, entre outras; ou seja, cidades em ocupação contínua, que se estendem de um ao outro lado da fronteira” (MOURA; CARDOSO, 2016, p. 205). Dado que são espaços caracterizados por uma grande variedade de costumes, línguas e crenças, tornando as relações entre povos nesses contextos, únicas:

São as portas de entrada – e saída – de contingentes de pessoas em movimento, seja por mudança de domicílio – os migrantes –, seja em deslocamentos cotidianos para trabalho, estudo ou outras atividades ligadas particularmente ao consumo, acesso a serviços, lazer, ou, ainda, para a realização de atos ilícitos (tráfico, contrabando e fuga do – para o – país) (MOURA; CARDOSO, 2016, p. 205).

Além das relações evidenciadas entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguaçu e Ciudad del Este, também vale indicar que os outros municípios paranaenses que pertencem à faixa de fronteira do Brasil e têm seus limites com fronteira do Paraguai estabelecem relações fronteiriças de maior ou menor visibilidade. Neste sentido, configuram-se as dinâmicas fronteiriças da linha de fronteira na margem brasileira do Lago de Itaipu, que inclui, nomeadamente, os municípios de Guaíra, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguaçu.

³⁰ O conceito de cidades-gêmeas nacionais foi estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional de acordo com a Portaria nº 125 de 21 de março de 2014: Art. 1º Serão consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL, 2014).

Fazendo uso deste recorte espacial, é possível analisar que a região da fronteira do Brasil e do Paraguai, nas margens do Lago de Itaipu, apresenta diferentes funções e interações que ocorrem, representadas pelos municípios paranaenses da linha de fronteira internacional, e que constituem relações de contato entre os povos. No caso, são estabelecidos dois tipos de relações, as mais intensas que ocorrem nas cidades gêmeas e as que apresentam um fluxo oficial de mobilidade populacional e de mercadorias não aparente, porém, que contraditoriamente são identificados pelos moradores dos municípios adjacentes, através das travessias pelo Lago de Itaipu.

Os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, estão incluídos na categoria de cidades gêmeas, devido a suas características de maior aproximação e interação com os demais distritos paraguaios, as interações que acontecem nos centros comerciais de Ciudad del Este e Salto del Guairá, são diferenciadas e intensas. Nestes casos, é perceptível uma migração maior de brasileiros ao lado paraguaio, e isto reflete na maior dinâmica urbana e na busca de serviços que se expandem para as respectivas cidades gêmeas brasileiras.

Nas cidades gêmeas, as relações são cotidianas, tanto exercidas por turistas de compras, como por trabalhadores e proprietários que residem no Brasil e que exercem atividade laboral nas lojas do Paraguai. O fluxo inverso ocorre na busca por supermercados, essencialmente do ramo atacadista. Neste sentido, é possível indicar que ocorre uma migração constante, viabilizada pela Ponte da Amizade e pela Ponte Airton Senna (ligação entre Mato Grosso do Sul e Paraná).

Cabe indicar que os municípios de Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu apresentam outros tipos de dinâmica fronteira de pouco fluxo aparente. Nestes casos, o lago tem um papel fundamental na garantia de acessibilidade entre os dois lados da fronteira, não obstante, com fluxos de mobilidade populacionais reduzidos, se comparados com as cidades gêmeas. A maior parte destas travessias não ocorrem de modo legalizado, considerando os trâmites de migração oficiais. E ainda, nesta região, ocorrem os fluxos de comércio ilegal, caracterizando uma migração paralela entre os dois países, principalmente vinculada à travessia de mercadorias, como drogas, armas, pneus, agroquímicos entre outros, porém, que não são alvo de discussão desta tese.

Nestas localidades, o Lago de Itaipu é o elo com os distritos do Paraguai e nestas áreas em específico, ocorre a predominância das atividades agrícolas,

portanto, são áreas não urbanizadas, o que dificulta o controle migratório e alfandegário. De acordo com Bade (2019) os dois lados da fronteira possuem realidades muito distintas, onde os indicadores sociais nos distritos da linha de fronteira do Paraguai, tem maiores relações de desigualdades sociais e, se comparados com os níveis nacionais do país e, se comparados com os níveis dos indicadores do lado brasileiro. Este apontamento se revela importante, pois justifica a migração de moradores do Paraguai para terem acesso a serviços básicos, os quais eles buscam do lado brasileiro.

Estes serviços são variados, como no setor de comércio, na área da saúde e na educação. De acordo com Azevedo (2015), as buscas por serviços de saúde do lado brasileiro ocorrem pela proximidade, pois a travessia do lago é mais rápida e facilitada, do que, por exemplo, se os moradores fossem buscar os mesmos serviços no seu país, já que o acesso até os centros de saúde localizados em cidades mais estruturadas, é feito por estradas, na maioria das vezes não pavimentadas. Outro fator na busca por serviços do lado brasileiro é o cultural, principalmente por migrantes brasileiros e seus descendentes, pelo fato de sentirem maior segurança nos serviços e na facilidade de comunicação nos estabelecimentos brasileiros. E assim, também se tem a motivação pela oferta dos serviços gratuitos via o Sistema Único de Saúde – SUS, onde as estratégias são diversas para o acesso aos serviços que são conseguidos por uma rede de solidariedade, a qual é formada por moradores dos municípios brasileiros que mantêm o contato com os moradores dos distritos do Paraguai.

Nestes municípios e distritos, onde ocorre o fluxo pelo Lago de Itaipu, feito através de pequenas embarcações, se observa uma migração predominante de moradores do Paraguai em direção aos municípios brasileiros, sobretudo na busca por serviços básicos (comércio, saúde, educação), haja visto a facilidade da travessia. A mesma interação, no entanto, não ocorre na direção contrária, pois se observa que a migração de moradores brasileiros ao Paraguai, é delimitada em função das atividades agrícolas, sendo realizada por proprietários de terras paraguaios, ou prestadores de serviços, como agrônomos. Também há migração esporádica em virtude de atividades de pesca, turismo e para a visita de parentes e amigos. Salvo isso, não há interesse significativo de brasileiros em realizar a travessia para o Paraguai via Lago de Itaipu.

Ao analisar a região fronteiriça do Lago de Itaipu é notória a complexidade de caracterização e gestão de uma fronteira. Nas cidades gêmeas, os fluxos de pessoas e mercadorias são maiores e ocorrem principalmente por via rodoviária. Nos outros municípios fronteiriços, a dinâmica é mais lenta e difusa, ocorrendo através do Lago de Itaipu. Nos municípios fronteiriços que não possuem ligação seca via ponte, as migrações consistem na busca pelos acessos a serviços, motivados pela rapidez da travessia e pela inexistência de núcleos mais urbanizados e desenvolvidos nas adjacências da margem paraguaia. Como anteriormente mencionado, esses fluxos foram caracterizados como não aparentes, uma vez que envolvem estratégias ilegais de migração que não podem ser comprovadas com dados oficiais, mas são percebidas pelos pesquisadores e vivenciadas pela população fronteiriça.

Nas questões apresentadas, é substancial descrever as principais formas de travessias utilizadas pelos moradores da população lindeira do Lago de Itaipu.

5.3 PRINCIPAIS FORMAS DE TRAVESSIA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Existem diversas formas de travessia entre o Brasil e o Paraguai, considerando como ponto de partida o estado do Paraná, tais como:

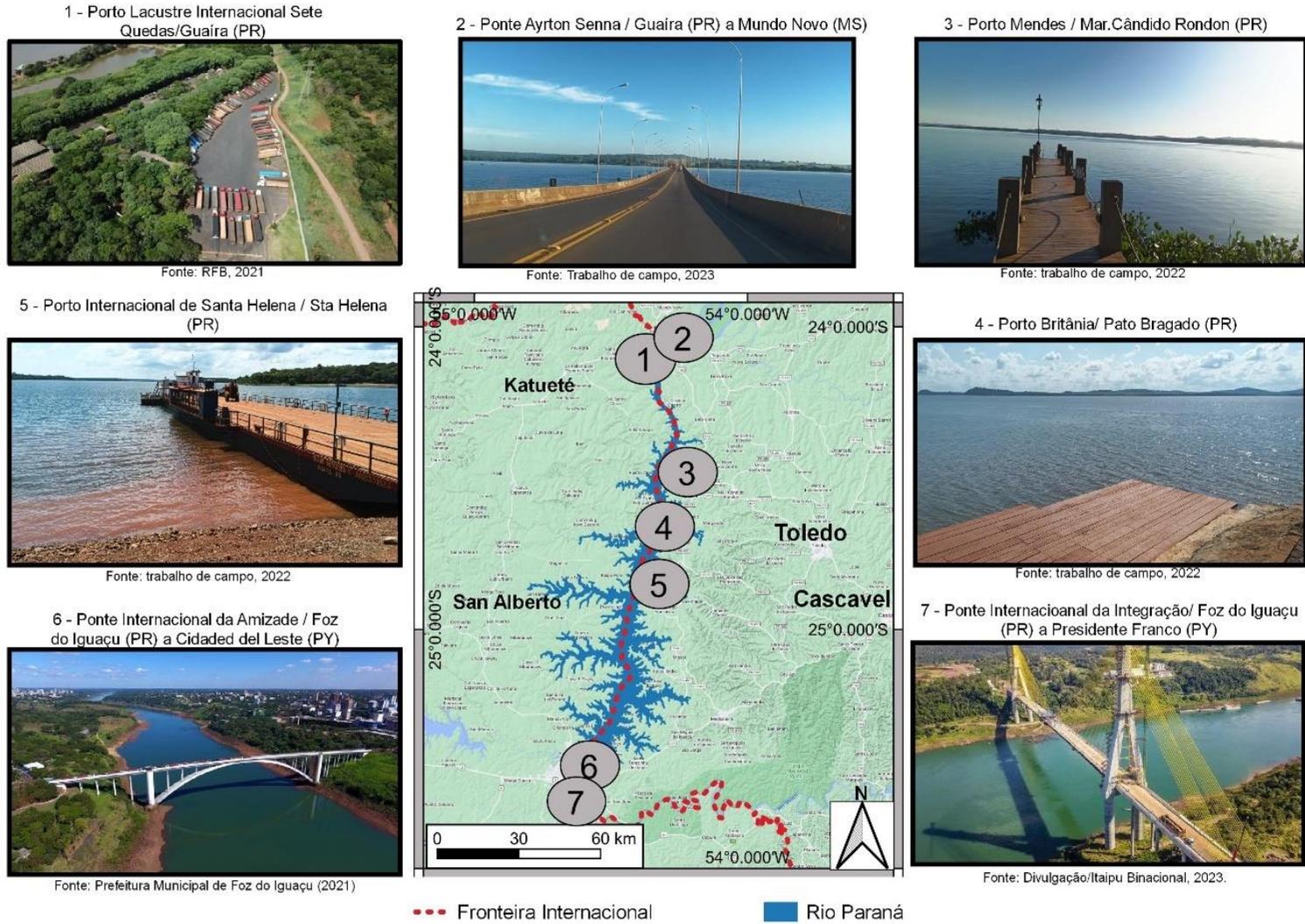
- Travessia por pontes: realizada no município de Foz do Iguaçu, na Ponte Internacional da Amizade e na Ponte internacional da Integração. E no município de Guaíra, através da Ponte Ayrton Senna, que se liga os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo um ponto de fácil acesso para a chegada ao Paraguai.

- Travessia por balsa: que ocorrem no Porto Internacional Lacustre Sete Quedas, no município de Guaíra e no Porto Internacional Santa Helena, no município de Santa Helena.

- Travessia por embarcações: as localidades com oferta de serviços coletivos e autorizadas pela Marinha são realizadas em pontos do distrito de Porto Mendes, no município de Marechal Cândido Rondon e no distrito de Porto Britânia, no município de Pato Bragado.

Na Figura 5 são identificados os locais onde ocorrem as travessias mais utilizadas pelos fronteiriços na área de estudo, e na sequência, elas serão detalhadas individualmente.

Figura 5 - Localização das pontes nacionais e internacionais, portos internacionais e pontos de travessias fluviais, margem brasileira.



Fonte: Elaboração própria (2023)

É relevante indicar, que é possível fazer a travessia entre os dois países de avião, através de voos que partem do aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu em direção a Assunção, a capital do Paraguai. Essa forma de travessia é menos comum e é geralmente utilizada para fins turísticos ou de negócios, por isso, não será discutida neste trabalho a travessia através de serviços aéreos.

5.3.1 Ponte Internacional da Amizade

A ponte Internacional da Amizade (Figura 6) liga os municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai. Construída sobre o rio Paraná, foi inaugurada em 1965 e oferece diversas formas de travessia. Possui uma estrutura rodoviária para a passagem de automóveis, motocicletas, caminhões e ônibus, além de contar com uma passarela para a passagem de pedestres e bicicletas.

Figura 6 - Ponte Internacional da Amizade Brasil-Paraguai



Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2021)

A ponte se estabeleceu como a primeira ligação terrestre entre os países, modificando completamente a dinâmica e tornando-se uma das passagens de maior fluxo de pessoas e mercadorias. Além de ser essencial para o comércio, desempenha um papel significativo no turismo e na integração de culturas. A Ponte da Amizade é um símbolo de

amizade e cooperação entre Brasil e Paraguai, o que justifica seu nome. Ela também simboliza a união entre os povos brasileiro e paraguaio, que compartilham a mesma região.

5.3.2 Ponte Internacional da Integração

A ponte Internacional da Integração liga o município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e o distrito de Presidente Franco, no Paraguai. Construída sobre o rio Paraná, seu principal propósito é o transporte de cargas, contando com uma estrutura rodoviária para a passagem de caminhões e veículos leves. A construção da ponte teve início em agosto de 2019, como resultado de uma parceria entre o Governo do Estado, a Itaipu Binacional e o Governo Federal. A obra da ponte foi finalizada em dezembro de 2022, entretanto, os gargalos de acesso em ambos os lados da fronteira ainda estão em execução. Devido a essa situação, não há data prevista para a inauguração e o funcionamento no ano de 2023.

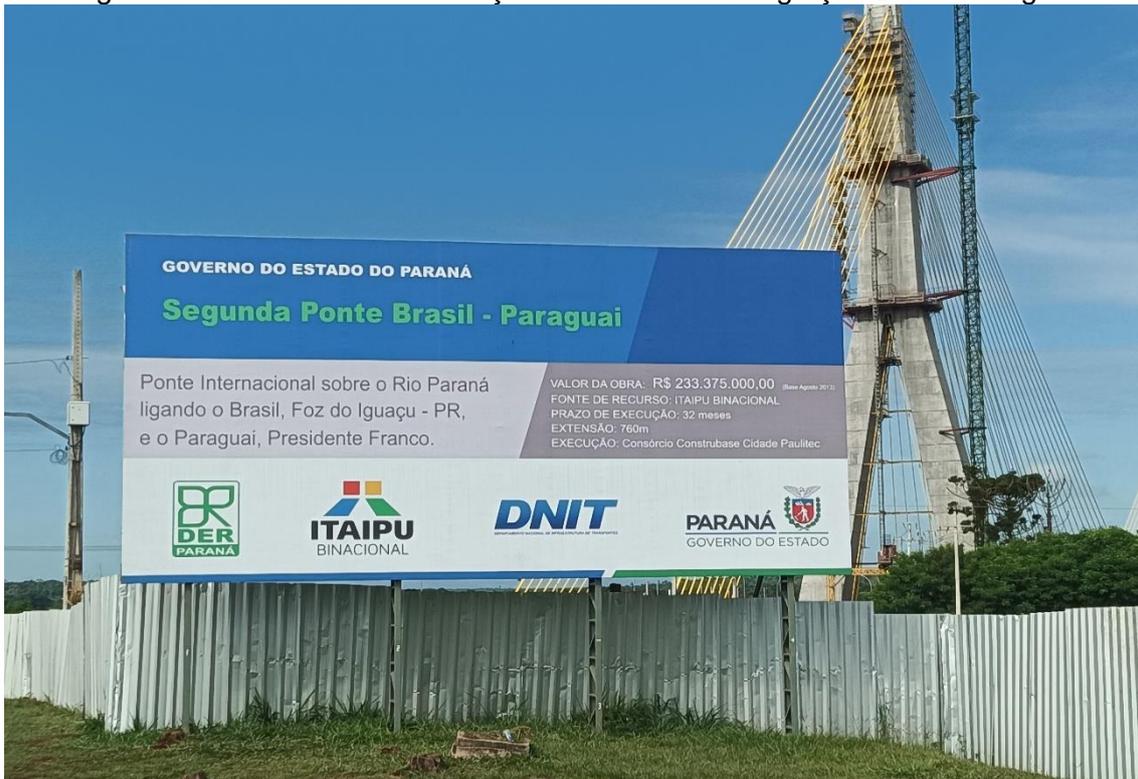
Na Figura 7, Figura 8 e na Figura 9 é possível visualizar a ponte na fase final de sua construção no ano de 2022.

Figura 7 - Ponte Internacional da Integração Brasil-Paraguai em fase de construção.



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Figura 8 - Placa com as informações da Ponte da Integração Brasil-Paraguai



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Figura 9 - Vista completa da Ponte da Integração Brasil-Paraguai



Fonte: DER (2022)

5.3.3 Ponte Ayrton Senna

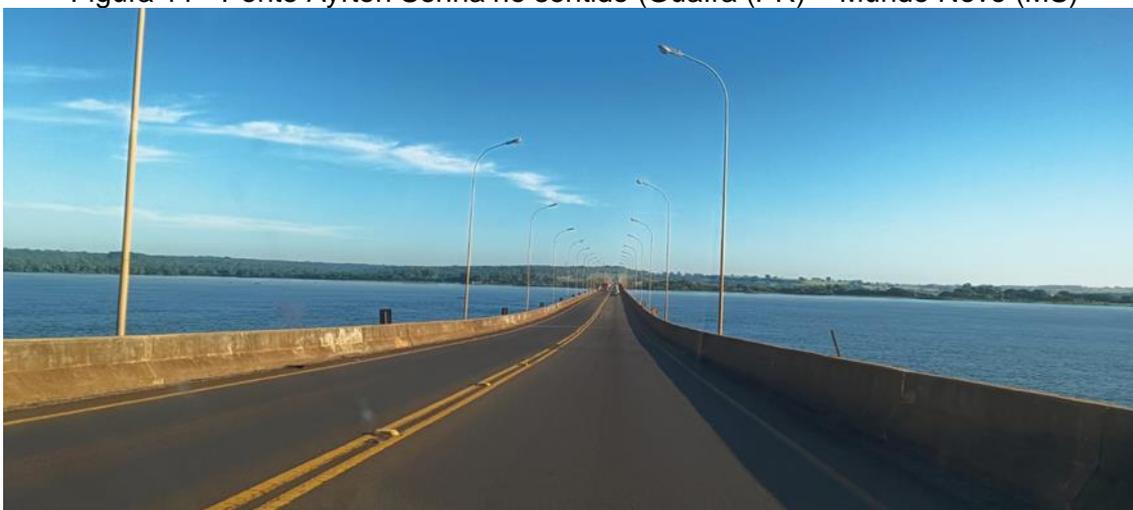
A Ponte Ayrton Senna liga os municípios de Guaíra, no Paraná, e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul (Figura 10 e Figura 11). Construída sobre o rio Paraná, foi inaugurada em 1998 e oferece várias opções de travessia. Possui estrutura rodoviária que permite a passagem de automóveis, motocicletas, caminhões e ônibus. A ponte desempenha um papel importante ao facilitar a travessia terrestre entre os municípios do oeste do Paraná e os distritos do Paraguai. Ela também é fundamental para o fluxo entre o município de Guaíra e o distrito paraguaio de Salto del Guairá e suas áreas circundantes.

Figura 10 - Vista parcial da Ponte Ayrton Senna (Guaíra (PR) – Mundo Novo (MS))



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Figura 11 - Ponte Ayrton Senna no sentido (Guaíra (PR) – Mundo Novo (MS))



Fonte: Trabalho de campo (2023)

A Figura 12 apresenta algumas imagens referentes ao trajeto realizado pelos municípios do Oeste paranaense até o Salto del Guairá e região. O trajeto se refere no sentido Guaíra, com a travessia da Ponte Ayrton Senna passando pelo município de Mundo Novo até a chegada no limite da fronteira do Paraguai. Na imagem “A”, é possível observar a entrada ao território do estado do Mato Grosso do Sul após a travessia da ponte. Na Figura “B”, após percorrer alguns quilômetros de rodovia, chega-se à fronteira do Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Para entrar no país vizinho, é necessário passar pela Receita Federal do Brasil, como demonstrado na Figura “C”. O prédio da Receita Federal do Brasil tem como objetivo o controlar o fluxo na fronteira.

Figura 12 - Acesso para o Paraguai ao cruzar a ponte Ayrton Senna.



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Para exemplificar, a distância da região central de Guaíra até Salto del Guairá é de aproximadamente 20 km, e o percurso da travessia geralmente leva cerca de 25 minutos. A travessia é relativamente fácil de ser realizada, o que leva a um fluxo diário de migrantes

nos dois sentidos Guáira-Salto del Guairá, através da Ponte Ayrton Senna. Nesse caso, o acesso para o Paraguai é evidenciado a partir da concepção de uma fronteira como um local de controle de pessoas e de produtos, visto que a entrada aos países é mediada pela estrutura alfandegária.

5.3.4 Travessias Fluviais Internacionais no Lago De Itaipu

O Lago de Itaipu é um lago artificial formado pela hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai. O lago artificial de Itaipu compreende uma área com 1.350 km² de área inundada (ITAIPU, 2010). O Lago foi formado a partir da construção da barragem no rio Paraná, que deu origem ao reservatório. A usina foi construída com o objetivo de gerar energia elétrica para o Brasil e o Paraguai.

Segundo Miskiw (2005) a fronteira na região Oeste do Paraná é caracterizada pelo rio que serve como limite territorial entre os países. Neste viés, a representação do rio se apresenta como elemento de integração e/ou separação de costumes. Isso, implica nas percepções e usos que são moldados por essa divisão geográfica. Em sua tese, Arroyo (2001) discute como a fluidez territorial pode ser percebida de acordo com a qualidade que os territórios nacionais possuem e como isso promove uma aceleração crescente dos fluxos que os estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e acondicionados para garantir a realização desse movimento.

Atualmente, o Lago de Itaipu desempenha um papel importante na vida das populações lindeiras, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Além de atrair visitantes interessados nas atividades de pesca e turismo, em seu entorno, foram desenvolvidas praias artificiais e áreas de camping em suas margens. O Lago também é fonte de renda para pescadores da região, e suas águas facilitam a travessia de moradores entre os distritos do Paraguai e municípios brasileiros próximos. Nesse contexto, várias passagens foram criadas para facilitar a mobilidade das pessoas que vivem nas áreas fronteiriças. Para entender melhor essas dinâmicas e relações entre os moradores, são necessários trabalhos de campo que permitam a observação direta das práticas e interações locais. Isso proporciona uma compreensão mais profunda de como as populações estabelecem

conexões e contatos em regiões de fronteira e como percebem as práticas de aproximação locais.

5.3.5 Porto Lacustre Internacional Sete Quedas

O Porto Lacustre Internacional Sete Quedas, que pode ser visto na Figura 13, está localizado no município de Guaíra e opera as travessias pelo Lago de Itaipu com destino ao distrito paraguaio de Salto del Guairá. Até o ano de 2020, antes da pandemia do Coronavírus, o porto realizava a travessia de pedestres, veículos de passeio e carga. No entanto, a partir do período de *lockdown*³¹, somente veículos de carga puderam transitar pelo porto. Essas medidas foram implementadas como parte dos esforços para conter a propagação da pandemia e garantir a segurança dos moradores fronteiriços.

Figura 13 - Porto Lacustre Sete Quedas, em Guaíra



Fonte: RFB (2021)

³¹ O *Lockdown* consiste em uma estratégia de isolamento social que busca controlar a disseminação de doenças. A medida foi utilizada durante a pandemia do Coronavírus, evitando a e controlando a circulação de pessoas.

Na Figura 14, pode-se observar o acesso à balsa onde os veículos realizam a travessia até o Salto del Guairá, no Paraguai. O Porto Internacional Sete Quedas conta com unidade de despacho aduaneiro brasileira e tem um importante papel na movimentação de cargas entre os países. Essa infraestrutura é essencial para o comércio e o transporte de mercadorias na região fronteiriça, facilitando o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Paraguai.

Figura 14 - Local do embarque e desembarque da balsa



Fonte: Trabalho de campo (2023)

5.3.6 Porto Internacional de Santa Helena

O Porto Internacional de Santa Helena é outro ponto de travessia, via Lago de Itaipu, entre o Brasil e o Paraguai. Sua travessia é feita entre o município de Santa Helena e o Porto Índio, localizado no distrito Mbaracayú, no Paraguai. O porto é administrado pela prefeitura municipal de Santa Helena e conta com 5 balsas, como da Figura 15, que operam diariamente.

O Porto é bem estruturado, contando com alfândega, onde o trabalho referente aos dois países é integrado. O processo de migração, importação e exportação é realizado todo no território brasileiro, por funcionários tanto do Brasil quanto do Paraguai. O porto oferece atendimento tanto da aduana paraguaia como da Receita Federal brasileira, como pode ser visto na Figura 16.

Figura 15 - Balsa do Porto Internacional de Santa Helena a Puerto Índio



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Figura 16 - Aduanas do Porto Fluvial Internacional de Santa Helena



Fonte: Trabalho de campo (2022)

De acordo com informações obtidas durante o trabalho de campo efetivado em dezembro de 2022, o Porto Internacional de Santa Helena realiza a travessia de balsa de pedestres e veículos entre o município de Santa Helena, no estado do Paraná, Brasil e Porto Índio, atendendo os distritos de Mbaracayú, San Alberto e Minga Porã, localizados no Alto Paraná, Paraguai. As informações coletadas no setor administrativo da prefeitura do município de Santa Helena, no Paraná, indicaram que anualmente circulam em média 20 mil caminhões carregados para importações e exportações. Destes, em média, 10 mil caminhões circulam vazios, geralmente retornando ao Paraguai. No que se refere aos produtos transportados, o Brasil recebe, em sua maioria, importações de milho e soja, que são adquiridos pelas Indústrias Agropecuárias do município de Santa Helena e região. Já

os produtos que mais são exportados ao Paraguai são insumos agrícolas, como fertilizantes.

Referente ao fluxo de automóveis de passeio, em média, 1.500 veículos realizam a travessia no sentido Brasil-Paraguai, e aproximadamente 4.700 pedestres, ambos anualmente. Já no sentido Paraguai-Brasil, são em torno de 1.300 veículos e 6.358 pedestres, ao ano.

Durante o período do fechamento da fronteira Internacional do Paraguai, as atividades do porto ficaram restritas à travessia de caminhões para escoar a produção agrícola, sendo permitida somente a migração do motorista do caminhão, sem a permissão da travessia de acompanhantes. Isso reduziu temporariamente o fluxo de pessoas realizando a travessia durante os 7 meses de fechamento da fronteira. O fluxo foi normalizado após a reabertura das fronteiras internacionais, e em 2022, o porto passou a ter a mesma quantidade de fluxo de pessoas e veículos que nos anos anteriores à pandemia.

Além dos portos que fazem a travessia de pessoas e cargas, o Lago de Itaipu também abriga outras travessias que visam o transporte diário de pessoas em pequenas embarcações.

5.4 OUTROS PONTOS DE TRAVESSIA NO LAGO DE ITAIPU

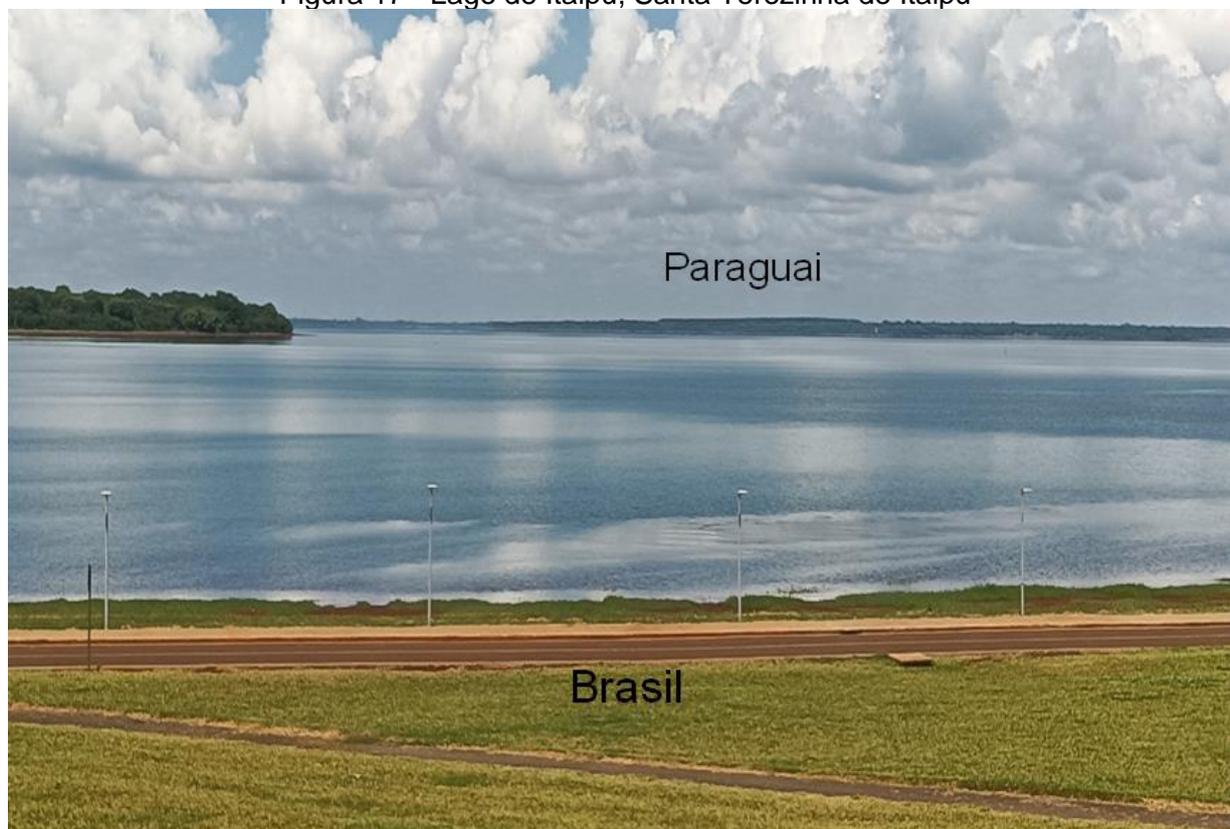
Ademais das possibilidades da travessia proporcionada pelas pontes, o rio Paraná já era muito utilizado para navegabilidade, tendo papel preponderante para a mobilidade regional. Cabe citar, que mesmo com a proximidade ao território do Paraguai proporcionada pelo Lago de Itaipu, não são todos os municípios, das margens brasileiras, que possuem travessias regulares para os distritos do Paraguai. Nas localidades próximas de Foz do Iguaçu, onde o acesso à Ponte da Amizade é facilitado, não existe travessia fluvial, os trapiches, localizados nas praias artificiais ao longo do Lago de Itaipu, servem para embarcações de pesca e lazer.

Em Santa Terezinha de Itaipu, apesar da proximidade com o território paraguaio, não há travessia oficial de barco entre o Brasil e o Paraguai. Os residentes no Paraguai chegam até o município pela ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, visto que a facilidade pela travessia pela ponte é maior. Além disso, os residentes do Paraguai também procuram os municípios do Oeste do Paraná para atividades de lazer, proporcionadas pela estrutura das

praias artificiais do Lago de Itaipu. Os parques de lazer são um atrativo para os moradores da região de fronteira.

A Figura 17 apresenta o parque de lazer de Santa Terezinha de Itaipu, onde é possível visualizar o Lago de Itaipu, e ao horizonte, o território do Paraguai.

Figura 17 - Lago de Itaipu, Santa Terezinha de Itaipu



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Nesse sentido, o trajeto entre Brasil e Paraguai é realizado nas seguintes localidades: Porto Britânia (Pato Bragado-PR à Marangatú - PY); Travessia Internacional de Santa Helena (Santa Helena-PR à Porto Índio e Sanga Funda - PY); Porto Mendes (Marechal Cândido Rondon - PR à Porto Adela - PY); Porto Lacustre Internacional Sete Quedas (Guaíra - PR à Salto del Guairá - PY).

Como opção de acesso aos ribeirinhos, a migração é realizada via fluvial, por meio de pequenos portos na extensão do Lago de Itaipu, o que promove um fluxo constante dessa população e facilita o trânsito entre os dois países. Os portos fluviais internacionais destacados são autorizados pela Marinha do Brasil (2015) para realizar o transporte de pessoas no Lago de Itaipu. Este caminho é utilizado por pessoas que residem no Paraguai e que atravessam o Lago até a margem brasileira, motivados por diversas questões,

incluindo os serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS (AZEVEDO, 2015).

É importante relatar que, antes da pandemia em 2020, no lado brasileiro, empresas de transporte coletivo rodoviário tinham pontos de embarque/desembarque nos pequenos portos, visando facilitar a mobilidade dos migrantes pelo território brasileiro. Contudo, no período da pesquisa de campo entre os anos de 2021 e 2022, a demanda pelo transporte hidroviário coletivo diminuiu devido ao aumento das embarcações particulares, que se tornaram uma alternativa para a travessia durante o fechamento da fronteira. Como resultado, os serviços oferecidos pelas empresas de ônibus para o traslado do porto até a área urbana e os municípios próximos foram interrompidos. Atualmente, os migrantes precisam se deslocar de a pé até o ponto de ônibus mais próximo, contratar serviço de táxi ou depender de parentes e conhecidos para realizar o deslocamento até os centros comerciais das cidades.

5.4.1 Porto Mendes – Porto Adela

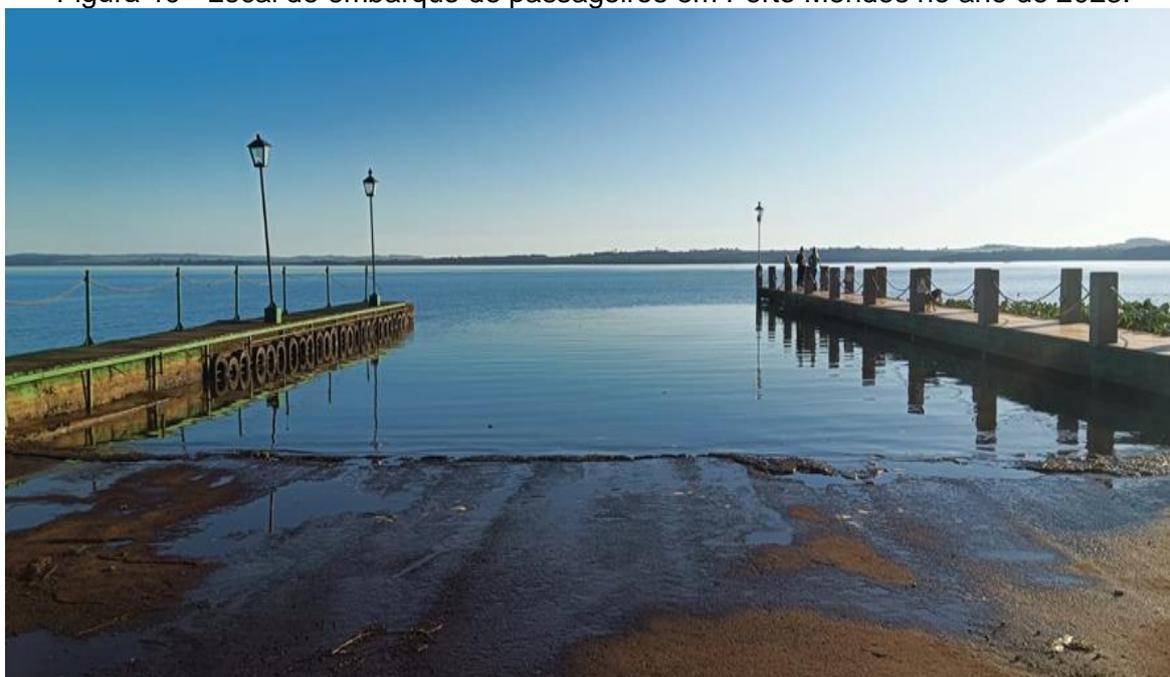
No distrito rural de Porto Mendes, situado no município de Marechal Cândido Rondon, existe um ponto de travessia fluvial até o distrito de *Puerto Adela*, no Paraguai. A Figura 18 mostra o local de embarque em Porto Mendes, que se interliga a *Puerto Adela*. No primeiro plano da imagem, pode-se observar a margem brasileira e, no horizonte, é possível visualizar o território paraguaio, com o Lago de Itaipu servindo de mediador entre os espaços. A Figura 19 representa um dos portos oficiais de embarque para a população que se utiliza dos serviços oferecidos para a travessia fluvial no Lago de Itaipu.

Figura 18 - Lago de Itaipu, Porto Mendes



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Figura 19 - Local de embarque de passageiros em Porto Mendes no ano de 2023.



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Na Figura 20 é observado em Porto Mendes, o momento de desembarque de pessoas vindas do distrito de Puerto Adela no Paraguai.

Figura 20 - Momento do desembarque em Porto Mendes de passageiros oriundos do Paraguai.



Fonte: Trabalho de campo (2023).

5.4.2 Porto Britânia – Porto Marangatu

No distrito rural de Porto Britânia, localizado no município de Pato Bragado, há um ponto de travessia fluvial até o distrito de *Marangatu*, no Paraguai. A Figura 21 mostra o Porto Britânia, que se interliga com o distrito de *Marangatu*. Esse ponto do lago apresenta uma travessia curta, com apenas quatro quilômetros de distância entre a margem brasileira e a margem do Paraguai. Ao visualizar a imagem, pode-se notar a proximidade entre os países, a partir da margem brasileira, em direção ao horizonte, avistam-se as terras do Paraguai.

A Figura 22 apresenta o modelo de embarcação que era utilizado para o transporte coletivo de passageiros antes do fechamento da fronteira ocasionado pela pandemia. Essa embarcação, especificamente, realizava a travessia do Porto Britânia (Pato Bragado) até *Marangatu*, no território do Paraguai.

Figura 21 - Lago de Itaipu, Porto Britânia



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora.

Figura 22 - Embarcação que era utilizada para o transporte de pessoas na travessia Porto Britânia/Porto Marangatu.



Fonte: Azevedo (2015).

Antes da pandemia, ainda era possível visualizar uma placa que mostrava os horários disponíveis para a travessia, a qual estava fixa no Porto Britânia. Como se observa na Figura 23, a travessia era realizada diariamente, incluindo fins de semana e feriados, o que possibilitava a mobilidade rotineira para os passageiros. O tempo médio da viagem era de 30 minutos, o que não apenas confirma a proximidade entre os locais, mas demonstra o fluxo cotidiano de transfronteiriços viabilizado entre os países. Infelizmente, a placa não está mais no local, de acordo com populares, foi destruída por atos de vandalismo. Portanto, durante o trabalho de campo, foi necessário perguntar aos moradores próximos sobre o funcionamento do transporte para a travessia.

Com o período de fechamento da fronteira do Brasil e do Paraguai, e a interrupção da travessia por 7 meses, o modo de atravessar a fronteira via Lago de Itaipu sofreu mudanças. Desde o ano de 2021, com a diminuição de passageiros em decorrência dos impactos ocasionados pela pandemia, a embarcação da Figura 22 foi substituída por um barco a motor de menor capacidade de passageiros, como pode ser visto na Figura 24.

Figura 23 - Placa que informava os horários de travessia entre Brasil e Paraguai Fonte: Azevedo (2015).



Fonte: Azevedo (2015).

Figura 24 - Momento do embarque de passageiros no Porto Britânia



Fonte: Trabalho de campo (2022)

A disponibilidade de horários para a travessia também diminuiu para apenas 2 horários, e o tempo da travessia foi reduzido para 5 minutos. A diminuição na demanda de passageiros ocorreu porque muitos moradores do Paraguai adquiriram barco próprio durante a pandemia, permitindo-lhes continuar realizando a travessia para suas atividades cotidianas, mesmo com a fronteira fechada e a proibição da travessia. Isso resultou em uma menor procura pelo transporte coletivo oferecido pelo marinho, alterando as formas de atravessar a fronteira e dificultando para que pesquisadores e gestores dimensionem o fluxo migrantes.

Em Porto Mendes, ocorreu a mesma alteração à observada em Porto Britânia, onde a travessia é atualmente realizada por embarcações menores e com capacidade de passageiros reduzida, idênticas à situação do que foi encontrado no Porto Britânia.

A observação da circulação de pessoas, estimuladas pelas embarcações que realizam o serviço de travessia fluvial, permite verificar que há um movimento periódico de passageiros, já que as travessias são realizadas pelo menos duas vezes ao dia, o que garante que os migrantes possam chegar pela manhã, realizar suas atividades na cidade e retornar à tarde para o destino de origem.

5.5 TRAVESSIAS INVISÍVEIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REDES ILEGAIS NO LAGO DE ITAIPU

Os portos clandestinos, utilizados para as atividades ilícitas, estendem-se pelas margens do Lago de Itaipu em diversos pontos. A fiscalização por parte dos órgãos de segurança é dificultada devido à localização desses portos em Áreas de Preservação Permanente (APP), vinculadas a mata ciliar do Lago de Itaipu (SCHONS, 2020; ALVARES, 2018; HORII, 2014; GEMELLI, 2013). Os portos clandestinos são construídos com o objetivo de facilitar o contrabando, permitindo o transporte de mercadorias do lago até as estradas rurais. Posteriormente, essas mercadorias seguem o trajeto para outras localidades, na maioria das vezes extrapolando a zona de fronteira com destino a outros estados brasileiros.

Schons (2020) exemplifica que o fluxo das mercadorias ilícitas é facilitado no aproveitamento das infraestruturas para escoamento da produção agrícola nas áreas rurais do Oeste do Paraná. O autor destaca o caso do porto clandestino localizado no interior de Guaíra, conhecido como Porto Tigre. Para explicar como ocorre o processo de contrabando e tráfico de ilícitos, o autor discorre que:

No Porto Tigre, assim como em outros “portos” ao longo da barragem de águas da Hidrelétrica de Itaipu, é comumente realizado o transbordo dos produtos das embarcações para veículos de carga e também através pessoas – carretas, caminhões, vans, ônibus, caminhonetes, automóveis, motocicletas e pedestres, que fazem o transporte a pé ou procuram outros meios para se locomover. Após o carregamento, os veículos e/ou indivíduos utilizam-se de vias de acesso que conectam as estradas rurais utilizadas para o escoamento da produção agrícola local. Essas malhas rudimentares compostas por estradas rurais, caminhos criados em meio à mata e até mesmo picadas são utilizadas para a realização do transporte de ilícitos para outros locais (barracões, casas destinadas para depósito, propriedades rurais, etc.). De lá são levados para outros locais e ocultados na vegetação, onde é realizado o transbordo das mercadorias para veículos que normalmente seguem diretamente para as rodovias transportando os ilícitos até seu destino final. (SCHONS, 2020, p. 84-85).

A partir de sua infraestrutura, as redes de criminalidade permitem a prática de atividades ilegais, independentemente de sua localização. Isso inclui o tráfico de drogas, o contrabando de eletrônicos, agrotóxicos, cigarros, bebidas, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas, a pirataria e outras ações que afetam direta ou indiretamente a segurança e a economia de um país. Como resultado, “os sujeitos do contrabando aproveitam da extensão e dos pontos obscuros que o Lago de Itaipu e o rio Paraná oferecem, para proporcionar a expansão do poder e da configuração do território” (ALVARES, 2018, p. 87).

As redes de criminalidade geram um impacto profundo na segurança pública, pois facilitam a comunicação entre os membros, a troca de informações e a coordenação de ações ilegais. Neste sentido, o “tráfico é a forma operacional da economia ilegal, sendo que, para as diversas fases da atividade ilegal, são necessárias determinadas articulações pelo território” (GEMELLI, 2013, p.75). Neste aspecto, Horii (2014, p. 102) adverte que “o esquema é difícil de ser derrubado, pois existem agentes públicos envolvidos e a lei muitas vezes dá brechas dificultando o trabalho”.

Na escala local, as atividades ilícitas estão relacionadas com a economia urbana, uma vez que, na perspectiva dos moradores, há benefícios para o comércio. Para muitos residentes, o contrabando é visto como oportunidades de renda e trabalho. Alvares (2018) também afirma que há famílias inteiras incorporadas nas atividades do contrabando, e indica que:

A atuação do contrabando em Guaira-PR, apresenta ligação com a economia urbana, gera a movimentação financeira no comércio. Constata-se que os contrabandistas fronteiriços gastam parte de seus lucros no comércio local. Nesse sentido, a reflexão acerca do comércio ilegal que ultrapassa as linhas de fronteira e ignora as legislações do Estado nacional pela busca incessante do lucro, cria circuitos que proliferam redes ilegais e articula diferentes técnicas e escalas. (ALVARES, 2018, p. 95).

A gestão das relações no território, sobretudo nas fronteiras, é fundamental no estabelecimento de um fluxo eficiente de informações e mercadorias. Ao estabelecer parcerias e criar alianças entre os atores envolvidos, torna-se possível construir um sistema de intercâmbio eficaz. Isso envolve a criação de canais para a circulação de informações e mercadorias, a definição de regras para o uso do território e a implantação de medidas como sistemas de vigilância, que são fundamentais para garantir a segurança e o êxito das atividades. Neste aspecto, algumas políticas públicas específicas para a segurança das fronteiras foram efetivadas, como é o caso do Batalhão da Fronteira – BPFron³².

O BPFron é responsável por realizar operações de vigilância, prevenção e repressão aos delitos praticados na área de fronteira, bem como ações de controle, fiscalização de trânsito, fiscalização de mercadorias e ações de apoio ao controle de imigração. Além disso, o BPFron implementa ações de prevenção e combate à criminalidade, contribuindo para a segurança da população local e das estruturas de fronteira. O Batalhão opera em conjunto com outras instituições, como as Forças Armadas, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

³² Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) foi criado em âmbito estadual pelo decreto-lei nº 4.905 de 06 de junho de 2012 (BPFron, 2012).

Na Figura 25, é possível observar o trabalho de patrulhamento aquático realizado pelo BPFロン nas margens do Lago de Itaipu. Na imagem “A” da Figura 25, é possível observar uma abordagem realizada em onze de março de 2023 na região de Marechal Cândido Rondon. Durante a fiscalização uma embarcação foi apreendida em um atracadouro clandestino. A barcaça de ferro, com 12 metros de comprimento, estava carregada de cigarros contrabandeados. Na imagem “B” da Figura 25, tem-se outra apreensão ocorrida em primeiro de março de 2023 pelo BPFロン e Polícia Federal. A embarcação, localizada nas margens do lago em Pato Bragado, estava carregada com drogas, contendo substâncias análogas à maconha. Por fim, na imagem “C” da Figura 25, constam três embarcações apreendidas pelo BPFロン e pela Polícia Federal em Mercedes, contendo cigarros contrabandeados. Essa operação aconteceu em sete de fevereiro de 2023.

Figura 25 - Operação do BPFロン nas margens do Lago de Itaipu



Fonte: BPFロン (2023).

A partir das ideias de Haesbaert (2002), podemos afirmar que as territorialidades desenvolvidas pelas atividades ilícitas resultam da interação entre diversas forças econômicas, políticas e sociais, que podem ser legais ou ilegais. O espaço social é,

portanto, utilizado de forma criativa para apropriação e construção de territórios, com o objetivo de obter vantagens econômicas e/ou políticas.

Com o avanço da globalização e do capitalismo, diversos mercados e dispositivos territoriais passaram a se relacionar de diferentes formas. Essas relações vão desde a intercambialidade entre diferentes estratégias territoriais, como a modificação do uso do solo para a produção de alimentos para à exportação, até a transferência de tecnologias, conhecimentos e práticas entre diferentes regiões. Além disso, a globalização ampliou as fronteiras comerciais, permitindo que empresas e indústrias de diferentes regiões se conectem para aumentar suas receitas e lucros.

As travessias ilegais pela fronteira do Brasil e do Paraguai, também não aparecem no registro oficial, a não ser quando são publicitadas a partir da ação policial. Nesse caso, reconhecer a existência dessas atividades é fundamental para entender as redes de interações fronteiriças. Destarte, as atividades ilícitas representam um fenômeno que movimenta atividades do nível local até o global.

6 VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOS MORADORES E O COTIDIANO NA FRONTEIRA

Neste item, discute-se a fronteira como um espaço onde ocorre a socialização e o desenvolvimento de identidades múltiplas. Além disso, abordam-se as diversas funções que as fronteiras podem exercer, desde a separação de grupos sociais e culturas até o estabelecimento de relações de poder e controle de fluxo de pessoas. Também se expõe como a condição fronteira é um produto histórico que varia de acordo com as relações construídas pelas populações em diferentes espaços e setores.

Destaca-se a relevância de refletir sobre a fronteira como um espaço privilegiado de produção de antagonismos e laços de solidariedade. As relações entre território e povo devem ser entendidas a partir das práticas imanentes que são específicas dos transfronteiriços. Ainda, será abordado como a pandemia colocou à prova os estudos fronteiriços ao apresentar a dinâmica das fronteiras com seu fechamento, reabertura e vigilância. Serão analisados os impactos do fechamento das fronteiras na vida da população transfronteiriça, incluindo as consequências econômicas e sociais para os trabalhadores informais.

Os resultados baseiam-se em relatos pessoais que refletem a percepção dos moradores que vivem próximos à fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Esses relatos abordam o vínculo que essas pessoas estabelecem com o lugar onde vivem e como observam as relações entre os dois países. A análise busca entender como as experiências individuais ajudam a compreender a construção dos laços afetivos e da identidade das pessoas que vivem em regiões de fronteira. Para atingir esse objetivo, abordam-se as histórias de vidas impactadas pela pandemia e o fechamento da fronteira internacional.

6.1 A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: VIVÊNCIAS E DESAFIOS

A fronteira, enquanto lugar, constitui um espaço de convívio entre diferentes, um espaço de socialização, atribuindo certa coesão à comunidade fronteira e proporcionando o desenvolvimento de identidades múltiplas, sendo a identidade justamente um dos fatores a atribuir unicidade a uma comunidade nacional. Dorfman (2013), ressalta a importância de entender a condição fronteira, explicando que:

A diversidade das fronteiras concretas é constantemente ofuscada pela eloquência dos discursos nacionais, que as práticas fronteiriças frequentemente se afastam das normas nacionais, não sendo por elas descritas e que a fronteira apresenta dinâmicas aceleradas. (DORFMAN, 2013, p. 7).

Vargas (2017) identifica a fronteira também como o lugar onde ocorre a socialização e o convívio, por isso, surge uma identidade, marcada pelas identidades múltiplas que apresentam uma certa coesão, caracterizada pela fronteira, tornando possível identificar uma relação de comunidade, visto que:

Estabelecer identificações na fronteira constitui o primeiro passo para a formação de uma comunidade imaginada fronteiriça, com peculiaridades que a diferenciam das comunidades nacionais à margem das quais veio a se constituir. “Identificação” é o ato de identificar, isto é, reconhecer como idêntico, e também o ato pelo qual um indivíduo se torna idêntico a outro ou dois seres se tornam idênticos entre si, seja em pensamento ou de fato. [...]

A comunidade fronteiriça, quando atinge um nível de coesão expressivo, vem a desenvolver uma identidade (em sentido político) própria, singular, caracterizada ainda assim pela diversidade, num espaço de convívio geograficamente marcado não pela fronteira como limite do território, mas sim pela fronteira como lugar, um espaço de convívio e de socialização. (VARGAS, 2017, p. 50 - 51).

Para Dorfman (2009), a condição fronteiriça resulta de um “saber passar” que vai sendo desenvolvido pelos fronteiriços. Nessa condição a população vai assimilando as diferenças e semelhanças desempenhadas em mais de um país, o que lhe garante vantagens locais.

Assim, a experiência de vida na fronteira fornece aos seus frequentadores os instrumentos necessários para articular as diferenças identitárias, instrumentalizando as pessoas para tornarem-se portadores/passadores dos bens simbólicos ou materiais que expressam tais contradições e diferenças manifestas no lugar. A condição fronteiriça é entendida aqui como um *savoir passer* (saber passar) adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. A fronteira é o lugar em que as diferenças têm encontro marcado. (DORFMAN, 2009, p.3).

A partir da autora mencionada, é possível compreender que não há uma condição fronteiriça universal, uma vez que as relações construídas pelas populações fronteiriças são originais e variam entre os diferentes espaços e setores. Isso ocorre porque as regiões de fronteira ao serem observadas se mostram “vivas e vividas”. Nesse pensamento, a condição fronteiriça é um produto histórico que possui camadas que são construídas, reestruturadas e ressignificadas ao longo do tempo, garantindo novas invenções e composições modificadas pela vida social, econômica e política, tanto no campo interno

como externo, reforçando a dicotomia entre diálogo e conflito. Como contribuição, Vanderlinde (2009) indica que:

Fronteira, enfim, é aquilo que cada um representa, criada por aquele que a transpõe diariamente, esporadicamente ou nunca. Refletir na, e sobre a fronteira, é levar em conta um espaço privilegiado da produção de antagonismos, mas também laços de solidariedade, da afirmação e de negação de identidades, da (re)elaboração de representações, da (re)invenção de lendas e tradições, do (des)encontro dos homens, dos conflitos e das conquistas materiais. (VANDERLINDE, 2009, p. 26).

A possibilidade dessas condições é o que caracteriza o modo de vida na fronteira, portanto, as relações entre território e povo devem ser entendidas a partir das práticas imanentes que são específicas dos transfronteiriços. Assim, a fronteira é percebida também como uma construção social. Isso ficou evidente durante a pandemia da Covid-19, quando o cotidiano das fronteiras foi alterado, impactando na vivência e na percepção da fronteira por parte da comunidade local.

6.2 A QUESTÃO FRONTEIRIÇA E A PANDEMIA DO COVID-19

As relações entre a saúde e o espaço são inseparáveis, tornando a Geografia uma ciência potencialmente importante para intervenção e abordagens sobre as questões de saúde pública. Um aspecto inerente ao trabalho do geógrafo é a análise sobre a dinâmica espacial das populações, planejamento e gerenciamento. Os debates relacionados ao componente territorial e a importância ao lugar tornaram-se essenciais no mundo globalizado.

Os estudos sobre as fronteiras, no ano de 2020, foram colocados em um novo patamar. A pandemia do novo coronavírus, que causa a Covid-19, colocou à prova os planos epidemiológicos de todos os países. Na América do Sul, o desafio em conter os picos de disseminação da doença perpassou também o contexto da mobilidade transfronteiriça. Pela primeira vez no século XXI, houve o fechamento oficial de todas as fronteiras internacionais do Brasil, com o objetivo de mitigar a propagação do vírus causador da Covid-19.

A Geografia da Saúde corroborou com estudos inéditos sobre a Covid-19, promovendo uma análise abrangente da propagação da doença no território e como as medidas de mitigação afetam as dinâmicas espaciais, políticas, sociais e econômicas, especialmente nas áreas fronteiriças. O fechamento das fronteiras entre países durante a

pandemia se tornou um evento significativo para o avanço dos estudos fronteiriços e geográficos.

Usualmente, os estudos fronteiriços objetivavam comprovar a mobilidade e a porosidade nas fronteiras. Neste entendimento, se tornou inédita a compreensão da dinâmica das fronteiras com o seu fechamento, reabertura e vigilância, fatos que ocorreram durante a pandemia.

Conforme apontado por Santana (2004), os métodos de gerenciamento e planejamento nas questões sobre a saúde pública dispõem da Geografia como uma importante ferramenta para elucidar as problemáticas enfrentadas pelas questões territoriais. Dessa forma, pela Geografia da Saúde perpassa uma compreensão global atuando em problemas pluridisciplinares, pois, é uma ciência nodal ao incidir na convergência de fenômenos naturais com sociais.

A propagação de doenças é um obstáculo que as zonas de fronteira enfrentam cotidianamente. Em meio a uma pandemia, relacionada a uma doença com riscos elevados como a Covid-19, o enfrentamento acontece de modo mais radical, como observado nas medidas de isolamento efetivadas pelo Brasil e Paraguai em suas fronteiras.

As primeiras ações de contenção e monitoramento da população foram realizadas pelo governo do Paraguai. No dia 14 de março de 2020, as pessoas que cruzaram a fronteira no sentido Brasil ao Paraguai, via Ponte Internacional da Amizade, foram submetidas a um monitoramento padrão de prevenção à propagação do vírus, realizado pelos agentes da Cruz Vermelha e da Vigilância Sanitária de Alto Paraná, em Ciudad del Este (PY). As medidas realizadas consistiram em abordar os migrantes, higienizar suas mãos e realizar testes de temperatura corporal. Aqueles que apresentavam sintomas, como febre ou sinais gripais, foram encaminhados ao pronto atendimento (PARAGUAI, 2020).

Foram determinantes os decretos paraguaios nº 3.458 que instituiu o fechamento parcial e temporário dos postos de controle migratório das fronteiras do Paraguai (PARAGUAY, 2020a), e nº 3.465, que ordenou o fechamento total das fronteiras a partir do dia 24 de março de 2020 (PARAGUAY, 2020b).

O Brasil, por meio da Portaria nº 120 de 17 de março de 2020, estabeleceu a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela (BRASIL, 2020a). Esse foi o primeiro passo para o início do fechamento das fronteiras, em decorrência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em função da infecção humana pelo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

O governo brasileiro, pela Portaria nº 125 de 19 de março de 2020, abrangeu os protocolos de isolamento total e declarou a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros com os seguintes países: I – República Argentina; II – Estado Plurinacional da Bolívia; III – República da Colômbia; IV – República Francesa (Guiana Francesa); V – República Cooperativa da Guiana; VI – República do Paraguai; VII – República do Peru; e VIII – República do Suriname (BRASIL, 2020b). Em sequência, a Portaria nº 132 de 22 de março de 2020 estabeleceu a restrição excepcional e temporária de entrada no país, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai (BRASIL, 2020c).

Com o prolongamento do isolamento social, no dia 9 abril de 2020, a Marinha do Paraguai instalou uma barreira de ferro, similar a um portão, no corredor de pedestres na Ponte Internacional da Amizade, que liga os municípios de Ciudad del Este no Paraguai a Foz do Iguaçu, no Brasil. Administrado pela aduana paraguaia, o objetivo do portão móvel foi evitar a passagem de estrangeiros e paraguaios em Ciudad del Este. As restrições foram realizadas apenas do lado paraguaio, sendo que a aduana brasileira continuava com o sentido livre de mobilidade para pedestres (CORONAVÍRUS, 2020). O simbolismo de um portão isolando um dos lados da fronteira foi muito representativo, visto que emergiu a ideia das estratégias geopolíticas de guerra, onde se colocam barreiras para isolar o inimigo, neste caso, na busca por isolar o vírus, que se personificou na figura do estrangeiro.

A emergência em realizar o isolamento em suas fronteiras é compreendida pelo fato de áreas fronteiriças serem territórios dinâmicos, constituídos por unidades epidemiológicas onde os problemas de saúde são compartilhados e demandam atenção e controle para garantir uma saúde pública de qualidade à população de ambos os países. Com a finalidade de conter a propagação da doença, na qual as próprias pessoas são as disseminadoras do vírus, as barreiras fronteiriças correspondem em uma estratégia fundamental para isolar a população contaminada e impedir novos avanços da doença para a população saudável.

Ao estabelecer o fechamento de suas fronteiras, os países enfrentaram diversos impactos que apresentaram consequências locais, regionais e globais. O primeiro impacto foi referente à mobilidade de trabalhadores, estudantes e turistas, seguido dos fatores econômicos gerados pela interrupção das atividades não essenciais e pela restrição dos fluxos de entrada e saída de pessoas, mercadorias e serviços. No caso do Brasil e do Paraguai, os fluxos e a circulação de pessoas sempre foram de relevante intensidade, por isso, os danos se distribuíram em ambos os lados da fronteira. Para garantir o

abastecimento de mercadorias essenciais, tanto o Brasil como Paraguai, continuaram com o livre tráfego do transporte rodoviário de cargas.

Os impactos do agravamento das medidas contra a Covid-19 foram imediatos e afetaram a vida da população transfronteiriça, indicando a ruptura das antigas relações entre os dois países e formulando novas dinâmicas que precisam ser analisadas. Silva; Dorfman (2020) destacam que este controle rompeu com a territorialidade transfronteiriça que já existia, e promoveu na população local a noção da materialidade da fronteira, que desencadeou dinâmicas de ilegalidade devido ao rompimento do livre-trânsito e de diversas atividades praticadas entre os residentes da Argentina, Brasil e Paraguai. Os impactos econômicos imediatos em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu foram descritos por Agulló (2020):

Em Ciudad del Este, por exemplo, a passagem limítrofe mudou repentinamente a vitalidade turística do Microcentro (área comercial) que se tornou uma zona fantasma por meses, enquanto o rio Paraná, em meio a uma forte seca em maio, revelou em seu leito de rio mercadorias enferrujadas despejadas por contrabandistas ao longo dos anos. Durante o período de lock-down, a região tornou-se quase apocalíptica. Em julho de 2020, cerca de 30.000 empregos foram perdidos ou interrompidos na área, muitos com uma ligação direta e trágica com o fechamento da fronteira: cerca de 8.000 moradores de Foz do Iguaçu não puderam voltar a trabalhar no Paraguai (tradução nossa)³³(AGULLÓ, 2020, p. 23).

Agulló (2020) também revela que pequenas empresas faliram em ambos os lados da fronteira. Muitos argentinos e paraguaios ficaram presos do lado brasileiro, e aqueles que residiam no Brasil e perderam seus empregos não foram autorizados a retornar para seu país de origem. Isso afetou principalmente os trabalhadores informais, que se sustentavam das atividades transfronteiriças interrompidas, levados a recorrer à caridade pública ou até mesmo a mendigar.

De acordo com Silva e Dorfman (2020), o fechamento da fronteira e as estratégias utilizadas pelos migrantes para realizarem suas atividades cotidianas fizeram surgir o conceito de refugiado sanitário, que descreve uma nova categoria de “imigrante ilegal”. As práticas ilícitas também se tornaram mais sofisticadas, em virtude de um maior controle e vigilância dos migrantes.

³³ In Ciudad del Este, for example, the borderscape changed suddenly: its vital tourist Microcentro (commercial area) became a ghost zone for months while the Parana River, in the midst of a severe drought, revealed in May rusty goods in its riverbed, dumped by smugglers over the years. During the lock-down period, the region became almost apocalyptic. In July 2020, some 30,000 jobs were lost or disrupted in the area, many with a direct and tragic link to the border closure: some 8,000 residents in Foz do Iguaçu were not able to return to work in Paraguay (AGULLÓ, 2020, p.23).

Após sete meses de fechamento, os dois países adotaram medidas sanitárias específicas referentes a entrada de migrantes, sendo realizado um acordo entre o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai e o governo brasileiro em setembro de 2020, o que possibilitou a reabertura da fronteira.

Silva-Sobrinho *et al.* (2021) apontaram que na região Oeste do Paraná, houve a influência do fechamento das fronteiras internacionais com aspectos negativos sobre a renda da população local e a perda de emprego. Na mesma proporção, também é considerado que, se as fronteiras não tivessem sido fechadas o número de população acometida pelo Coronavírus seria maior, gerando impactos ainda mais negativos para a população da fronteira.

A falta de mobilidade durante o fechamento da fronteira causou dificuldades para os gestores públicos brasileiros e dos países vizinhos, incluindo problemas diplomáticos, obstáculos jurídicos e operacionais. As alterações no cotidiano, provocadas pelo fechamento e subsequente reabertura da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, foram percebidas pela população fronteiriça de modo individual. Por esse motivo, os relatos contribuem para uma compreensão qualitativa de como a pandemia afetou a população residente na fronteira.

6.3 OS RELATOS DOS MORADORES SOBRE A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA E A PANDEMIA DA COVID-19

Os relatos pessoais são fundamentais para compreender o processo de vínculo dos moradores com o solo, onde o território passa a ser vivido e visto como lugar. A partir da perspectiva de Tuan (1983), o lugar é uma representação da estabilidade, onde se encontra a segurança e o reconhecimento do espaço de vivência através da segurança do amparo.

Segundo Relph (1976), o lugar está relacionado às experiências e sensações individuais e coletivas. Para o autor, o "lugar é um centro de experiência", ou seja, é a partir da vivência cotidiana que os indivíduos criam uma relação afetiva com o lugar. Essa relação é fortemente influenciada pelos aspectos culturais, históricos e sociais. Desse modo, o lugar é uma construção simbólica que resulta da interação humana com o meio físico.

Para Merleau-Ponty (1999), a percepção é o fundo sobre o qual todos os outros atos se destacam, e o mundo percebido não é um objeto controlado. O referido autor também relaciona a percepção com a ciência baseada no mundo vivido. A percepção do espaço

exprime sempre a vida total do sujeito e sua energia para o futuro através do corpo e do mundo.

Neste aspecto, para Tuan (1983), através das experiências, o indivíduo estabelece seus aprendizados, e deste modo a realidade é construída. É possível conhecer apenas uma realidade, resultado da experiência, uma construção de sentimentos e pensamentos. A produção do lugar surge da familiaridade, da identidade e dos laços afetivos construídos por aqueles que ali vivem. Destarte, é possível afirmar que o lugar é muito mais do que uma simples área física delimitada por fronteiras geográficas, é uma construção social e cultural, marcada pelas experiências, memórias e valores dos indivíduos que o habitam.

As interpretações individuais sobre o lugar denotam a realidade vivida e sentida pelos transfronteiriços, e os relatos através das entrevistas indicam que os olhares se cruzam e, ao mesmo tempo, se afastam, dependendo das alterações cotidianas que afetam esses espaços. Ao entender a percepção dos participantes da pesquisa, é possível entender a sua vivência neste ambiente tão peculiar e desafiador que é a fronteira, isto é, o ponto de encontro com “o outro”, “o estranho” e “o vizinho”, “o irmão”.

Sobre a percepção de proximidade dos municípios analisados com a fronteira do Paraguai, as narrativas demonstram que os participantes vivenciam a fronteira a partir do que já foi mencionado como “condição fronteiriça”, evidenciando as vantagens em viver na fronteira. Ainda, foram registradas histórias de vivências impactadas pela pandemia, principalmente pelo fechamento da fronteira internacional.

6.3.1 As Interações entre os Territórios: Educação, Trabalho, Turismo, Serviços, Saúde, Cultura e Aspectos da Pandemia

É necessário indicar sobre a percepção dos participantes referente à forma como visualizam as relações entre os moradores dos dois países, Brasil e Paraguai, e como eles observam a proximidade e facilidade de travessia. Cabe ressaltar que esta percepção pode variar significativamente, uma vez que as entrevistas tiveram como objetivo captar vivências distintas de cada sujeito, e que cada um deles possui um olhar próprio sobre o assunto.

Em relação à questão de perceber a fronteira, a participante 3 descreveu as relações entre Foz do Iguaçu e os países vizinhos, Paraguai e Argentina:

(...) eu percebo uma interação, um fluxo, na verdade até uma certa desconsideração em termos de linha de fronteira, entendendo a linha de fronteira

enquanto uma separação geográfica, então é como se fosse que existe a compreensão, o entendimento e ele está posto, de que a gente está em um outro espaço, né com suas características, mas que esse espaço ele meio que complementa, ele meio que faz parte, desse espaço geográfico de Foz do Iguaçu, principalmente em relação ao Paraguai, eu acho que a Argentina menos, até pelas barreiras alfandegarias que a gente tem. Mas do Paraguai, é como se o morador de Foz do Iguaçu já compreende o Paraguai enquanto uma territorialidade de Foz do Iguaçu. (PARTICIPANTE 3).

Neste trecho, é possível inferir que existe uma interação entre Foz do Iguaçu e as cidades paraguaias do entorno, demonstrando o quão próximas às relações entre esses países são. É possível entender que para muitos moradores, o Paraguai é visto como parte da territorialidade de Foz do Iguaçu, criando uma ideia de apagamento das linhas de fronteira e traçando laços de cordialidade, que diferenciam e aproximam as relações nas zonas de fronteira.

O participante 08 relata que, em sua percepção, a proximidade com a fronteira é total, tanto física quanto humana, e que isso vem sendo construído historicamente, consoante as suas experiências familiares. Isso decorre das interações que ocorrem desde a década de 1970, quando seus ascendentes, oriundos do Rio Grande do Sul, vieram para o Paraná e, em seguida, buscaram adquirir terras no Paraguai atraídos pelas oportunidades da época.

Nós principalmente na década de setenta mais ou menos, aí né?! Muitos agricultores saíram aqui no Brasil foram adquirindo terras do Paraguai. Meu pai teve terra do Paraguai, né. Parentes no Paraguai, produtores rurais vieram do Rio Grande do Sul, né, e se instalaram aqui na fronteira e depois foram residindo no Paraguai, adquirindo terras e tal (PARTICIPANTE 8).

De forma semelhante, o relato do participante 10, retrata a influência do processo histórico da ocupação da região Oeste do Paraná e o posterior processo de emigração para o Paraguai, isso é evidente na mobilidade contínua de pessoas entre os territórios, que persiste até os dias atuais.

Nós tivemos um fluxo maior a alguns anos atrás de brasileiros que foram pra lá e que hoje tem terra lá e tudo mais, constituíram família lá. Mas hoje que vão pra lá, não consigo perceber, dos que vão pra lá, pra fixar residência, pra buscar algo lá. Nós temos esses fluxos aí, das famílias que foram pra lá, que já estão fixas lá, e que ainda vem pra cá, as vezes pra passear enfim. (PARTICIPANTE 10).

A fala do participante 10 indica que, em sua percepção, até o ano de 2022, não houve um fluxo significativo de brasileiros buscando fixar residência no Paraguai, e que isso ocorreu durante as décadas de 1970 até 1990, na fase em que houve incentivos para brasileiros adquirirem terras e realizarem a produção agrícola.

O Participante 12 relatou que a migração se modificou ao longo das décadas. Para o entrevistado, que trabalha há 31 anos como marinheiro autorizado pela Marinha Brasileira e é responsável por realizar a travessia via embarcação entre Porto Marangatu (PY) e o Porto Britânia (BR), localizado no município de Pato Bragado, o fluxo de pessoas que utilizam o transporte fluvial coletivo se alterou. Nas décadas de 1980 e 1990, as embarcações faziam a travessia de uma média de 130 passageiros por dia, com 4 horários diferentes de embarque, tanto na margem brasileira, como na margem paraguaia.

O participante 12 indica que a maioria dos passageiros era composta por agricultores brasileiros que adquiriram terras no Paraguai. Após o ano de 1991, muitos deles passaram a retornar ao Brasil, na esperança de integrarem o Movimento dos Sem Terra – MST e conseguirem um pedaço de terra para voltarem a morar no Brasil. Muitos que venderam suas propriedades no Paraguai ao retornarem para o Brasil não conseguiram comprar outras terras. Além disso, os valores das terras no Paraguai já haviam aumentado, então não puderam retornar ao Paraguai e acabaram ficando no Brasil.

O participante 12 aponta que este foi um dos motivos da diminuição do fluxo de passageiros após o ano de 1991. Depois desse período, o fluxo se manteve reduzido, com corte de horários para o embarque de 4 para 3 por dia, o que ocorreu também na travessia em Porto Mendes. Nesses casos, a travessia diária era motivada para a compra de mercadorias no lado brasileiro, visitação de familiares, busca de serviços de saúde, serviços bancários e passeio. Em 2023, a disponibilidade de horários para a travessia   de 2 horários, em uma embarca o pequena com capacidade para aproximadamente 12 pessoas. O tempo da travessia   de 5 minutos, sendo possível a ocorrência de maior número de viagens durante um horário, em caso de maior demanda de passageiros.

Corroborando com os relatos dos participantes 8, 10 e 12, o participante 13 relata que:

A gente percebe um fluxo de mudanças de pessoas, que foram para o Paraguai a alguns anos atrás. Conseguiram fazer um certo dinheiro l , só que se arrebatam com a saúde, com as condi oes de vida l , aí voltam pra cá, já com uma grana, pra viver aqui no Brasil, mas arrebatado geralmente. D  essa impressão clara de que a pessoa consegue juntar dinheiro, mas se arrebatam no processo,   a sensa o que a gente fica com todo mundo que conta as histórias e volta pra cá. A busca também   por conseguir o direito a uma aposentadoria, para ter mais tranquilidade. (PARTICIPANTE 13).

Neste sentido, conforme a percep o do participante 10 e do participante 13, observa-se uma liga o entre os brasileiros que fixaram residência no Paraguai nas

décadas de 1970 e 1980 com o território brasileiro. Por esse motivo, o contato se mantém com a finalidade de visitar familiares e amigos, buscar alguns tipos de serviços, ou até mesmo no retorno, quando fixam residência novamente no Brasil. O retorno para os municípios brasileiros é motivado, principalmente, pela busca de serviços de assistência social, serviços previdenciários e de atendimento à saúde. O participante 10 ressalta que atualmente não há um fluxo intenso de brasileiros que buscam residir no Paraguai.

O participante 13 indica que no sentido do fluxo contrário, moradores do Brasil que atravessam para o Paraguai, ocorrem as travessias de agricultores que possuem terras do “lado de lá” e moram do “lado de cá”. Eles trabalham e voltam no final de semana para ficar com a família. Referente aos migrantes fronteiriços, o participante 13, detalha que em Santa Helena: *“Tem alguns agricultores aqui, que tem terras pra lá, e moram pra cá, então trabalham e voltam no fim de semana pra ficar com a família, agrônomos, esse é o pessoal que a gente vê mais aqui, fora os caminhoneiros.”*

Sobre as relações que indicam a condição fronteiriça, o participante 08 destaca a importância do turismo de compras, afirmando: *“Atualmente é a relação de compras, né? O Paraguai é o nosso shopping center”*. O fluxo constante de moradores dos municípios brasileiros em relação ao Paraguai é observado pelo entrevistado com uma *“certa dependência do comércio”* do Paraguai, visto que nas lojas em Ciudad del Este e Salto del Guáira, a maioria dos consumidores são brasileiros. O entrevistado também menciona que o oposto também acontece, observa-se uma frequência dos residentes do Paraguai no comércio dos municípios brasileiros da área de fronteira.

Para a participante 1 e a participante 5, na cidade de Foz do Iguaçu, a proximidade com o Paraguai é percebida diariamente, sendo observada em momentos de normalidade, por veículos com placas do Paraguai circulando pelas ruas e pela frequência da população paraguaia nos supermercados de Foz do Iguaçu. A participante 1 indica que, *“no dia a dia aqui em Foz, se você vai ao supermercado ou mesmo dirigindo pelas ruas, é muito comum você observar carros de placa paraguaia”*. A referida participante, ainda, observa que, ao contrário, residentes em Foz do Iguaçu trabalham em Ciudad del Este, no Paraguai.

O participante 11 constata a proximidade entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina através do fluxo de pessoas, das diferentes línguas faladas e da aparência das pessoas. O fluxo constante de sujeitos entre os países é perceptível pelas placas de carro do Paraguai e da Argentina, bem como pela moradia, uma vez que ele conhece indivíduos que moram em um país e trabalham em outro.

O participante 10 destaca a notável proximidade do município de Mercedes com o Paraguai, principalmente pela facilidade de travessia proporcionada pelo Lago de Itaipu. Ele relata que o lago facilitou a travessia, já que antes da formação do lago, havia relatos de que atravessar o rio Paraná era mais difícil devido às correntezas do rio.

O participante 10 traz reflexões sobre a questão dos fluxos migratórios das pessoas que chegam ao Brasil, principalmente via Lago.

Não sei até que ponto tem essa legalidade de você vir de você fixar residência, sem você passar por uma fronteira, onde você tem claro que você está ingressando num país. Nunca parei pra pensar, de que forma que são as leis brasileiras que elas permitem todo esse fluxo, porque se a gente for as vezes pra Argentina. Você precisa de identificar quando você entra no país e se identificar quando você sai do país, passando pelo aduana por exemplo. Aqui no Brasil já fica um pouco diferente essa questão de fronteira, essa questão de legalidade enfim, então a questão da fronteira ela permite esses fluxos, essa proximidade. (PARTICIPANTE 10).

Para o participante 10, a própria extensão do Lago dificulta a fiscalização, o que promove a facilidade da travessia e, da mesma forma, a desconsideração da linha de fronteira para os moradores do Paraguai e do Brasil.

Sob o aspecto da educação formal, alguns dos moradores da fronteira passam por experiências diferenciadas. Neste sentido, ocorrem relatos sobre a própria experiência de ter estudado em um ou outro país, bem como sobre o relacionamento cotidiano de estudantes migrantes. Isso pode ser analisado pela experiência transfronteiriça relatada pela participante 1, que já residiu tanto no Paraguai quanto no Brasil,

Sim, eu mesma já residi lá. Eu sou filha de imigrantes, né. Minha mãe é paraguaia. A gente ficou nesse trânsito entre Ciudad del Este e Foz há algum tempo, né. E a última vez que moramos lá foi antes do ano 2001, que foi quando a gente retornou pra cá em definitivo. (PARTICIPANTE 1).

Sobre sua própria história de migrante, a participante 1 declara que o que motivou sua família a migrar constantemente entre os dois países foi o fato de sua irmã ter nascido surda. Em função da disponibilidade de educação especializada e o ensino de libras ser oferecido com mais facilidade no Brasil, a família optou por fixar residência em Foz do Iguaçu, pois, enquanto moravam em Ciudad del Este, no Paraguai, também estudavam no Brasil. O trajeto para estudar era feito diariamente de ônibus, porém, mesmo com a distância curta, a travessia pela Ponte da Amizade muitas vezes era demorada.

“Quando a gente morava lá a gente fazia esse trajeto diário de ida e vinda e era bem na época que tinha bastante fila na Ponte da Amizade, assim a ponto de sair daqui para voltar para casa meio-dia e meia e chegar três da tarde”. (PARTICIPANTE 1).

A participante 1 aponta também para o trânsito de estudantes que residem no Paraguai e estudam nas universidades públicas e privadas de Foz do Iguaçu. Ela indica que esse trajeto realizado pelos estudantes é muito comum e frequente, estabelecendo a dinâmica transfronteiriça na busca de serviços especializados como o ensino superior.

No mesmo sentido, na opinião do participante 11, a travessia entre o Brasil e o Paraguai é fácil de ser realizada, o que dificulta é apenas o trânsito, devido ao intenso fluxo de veículos na Ponte da Amizade. Os meios de transporte mais utilizados pela travessia são carro, moto e a pé. O entrevistado indica que, durante o ano letivo, se desloca diariamente até Ciudad del Este para estudar. Ele também frequenta o curso de medicina e observa que em sua faculdade, 90% dos alunos são brasileiros. Alguns optam por ir morar no Paraguai, e outros fazem a travessia diária de van, carro ou moto. Além dos estudos, o entrevistado disse que vai uma vez ao mês ao Paraguai para compras.

Assim, percebe-se o fluxo de estudantes brasileiros presente em Ciudad del Este e Salto de Guairá em virtude da atração de estudantes para a oferta de vagas nas faculdades de medicina. O participante 14, referindo-se aos moradores de Santa Helena e outros municípios da região, afirma que *“Muitos daqui, vão para as faculdades pra lá por causa do custo.”*

O participante 8 também indica a busca pelo ensino superior, principalmente do curso de medicina, nas faculdades do Paraguai

“eu tenho amigos que estão indo fazer medicina lá porque é o custo da graduação é menor né? Tipo, é mais pelo que eu percebia, mais fácil de ser aprovado né? Nas instituições do Brasil é muito difícil conseguir a aprovação no curso de medicina, né?”

Na educação primária, também foram relatadas a experiência e o contato com as crianças migrantes. O participante 10 indica que no município de Mercedes é observado a presença de crianças oriundas do Paraguai nas escolas do município. Na questão educacional, o Participante 10 relata que:

“nós temos fluxos constantes na chegada de alunos que vem e nem sempre são fluxos permanentes. Essas pessoas nem sempre permanecem as vezes elas estão por um determinado período aqui no município e acabam saindo e procurando outros locais, então dentro da área educacional nós temos, nós constatamos essa realidade”. (PARTICIPANTE 10).

Outra situação mencionada pelo participante 10 é a importância dos serviços assistenciais oferecidos pelo município, em virtude de muitas vezes a escola percebe que

as famílias recém-chegadas do Paraguai estão passando por situação vulnerabilidade social.

“E além da educação nós temos dentro da assistência social também, porque muitas dessas famílias elas necessitam de uma ajuda, um apoio da assistência social e também na área da saúde, porque o município fornece todo atendimento de saúde, tudo que é possível ele fornece e muitas dessas famílias também buscam esse apoio na saúde, né. Através de consulta, através de exames e atendimento odontológico também. (PARTICIPANTE 10).

Entre as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar em se tratando de estudantes migrantes, está a falta de documentação do aluno, tanto pessoal como da situação escolar. Algumas vezes, é necessário a intervenção do Conselho tutelar do município para auxiliar na regularização e garantia dos direitos da criança. Segundo o participante 10:

Alguns alunos vêm com documentação, mas são poucos que vem com documentação, vem com histórico, outros já é preciso buscar. Muitas vezes nós conseguimos e é feito o contato da escola onde ele estudava, e através desse contato que é feito pela escola daqui, com a escola do Paraguai, que é possível buscar essa documentação, pra saber qual que é o nível de escolaridade dessa criança. E tem momentos em que também é acionado o próprio conselho tutelar. O conselho tutelar ele consegue ir buscar essa documentação. Então o conselho tutelar ele serve como um apoio muito grande para a educação nesses momentos, pelo menos aqui no nosso município é assim. Em vários momentos o próprio conselho tutelar levou pais em alguns locais dentro do Paraguai pra buscar essa documentação, então tem esse apoio também. (PARTICIPANTE 10).

As trocas de informações entre as instituições dos países conferem em uma paradiplomacia³⁴ que ocorre para resolver casos específicos de cada localidade. Observa-se que nas escolas municipais da fronteira isso é uma realidade, visto que há um esforço para resolver as questões burocráticas dos migrantes na busca por uma qualidade de vida para a família.

Foi perguntado ao participante 10 se ele sabia de quais localidades do Paraguai as crianças eram oriundas. Ele relatou que esses detalhes geralmente não são observados e ocorre uma generalização, só se fala que “veio do Paraguai”, e complementa que “nós temos crianças que vem de mais próximo da divisa, como outros locais mais distantes dentro do próprio Paraguai”. O participante 10 ainda detalha indicando que muitas famílias são migrantes e possuem relações entre os dois países. Por isso, ocorre uma

³⁴O significado da paradiplomacia surgiu de forma empírica na política, em especial na teoria renovada do federalismo: “O prefixo ‘para’ designaria além de algo paralelo, algo associado a uma capacidade acessória ou subsidiária, referindo-se à atuação ‘diplomática’ dos governos subnacionais” (RIBEIRO, 2009, p.33). A paradiplomacia apresenta um caráter evolutivo, caráter evolutivo no qual, inicialmente, são inseridas ações pontuais e, posteriormente, racionalizam-se até efetivarem uma política institucionalizada entre entes subnacionais e o seu amadurecimento pode tornar-se definitivamente uma política globalizada.

desconsideração do local de onde os alunos vieram, por serem considerados no aspecto cultural como brasileiros, a partir de sua descendência.

“e as vezes a gente fala né, da criança do Paraguai. São realmente nascidos lá mas em algumas situações são filhos de brasileiros que foram pra lá, e constituíram família lá e hoje, muitas vezes retornam pra buscar algo aqui no Brasil. Vem em busca de algo, de algum apoio aqui novamente. Muitas vezes tem família aqui, outras vezes não, outras vem realmente em busca somente desse suporte que o município ele fornece. (PARTICIPANTE 10).

Sobre as relações de convivência, entre os moradores da fronteira, foi mencionado que existe um grande distanciamento cultural, que se manifesta na percepção do preconceito, sendo isso exacerbado em questões banais, como no trânsito e na convivência escolar, por exemplo. O participante 2 relata que, por ser filho de uma paraguaia com um brasileiro, percebeu desde muito cedo as manifestações de preconceito, o que lhe trouxe um sentimento de distanciamento gerado por situações cotidianas entre os moradores dos países.

Eu percebo certa proximidade, e ao mesmo tempo, eu percebo certo distanciamento, certa hostilidade. Como eu falei, eu nasci em Foz do Iguaçu e vivi ali até 1978 quando eu tinha 6 anos, bem próximo da fronteira, na rua Tarobá. E assim, como minha mãe é paraguaia na minha infância, adolescência, tô falando coisas particulares. A gente sofreu muito bullying, na escola era assim “chiru chiru e tal”. Meu pai é brasileiro, minha mãe é paraguaia, daí o sobrenome é espanhol ainda, e dá essa classificação de paraguaio. Eu vejo certos hábitos no cotidiano desta hostilidade, eu não acredito nessa ideia de união. Essa questão, principalmente no trânsito quando isso se manifesta, em qualquer questão simples, assim do cotidiano, em questões simples! (PARTICIPANTE 2).

O participante 10 relata que existe uma dificuldade cultural principalmente no relacionamento escolar.

São crianças, são alunos com uma outra bagagem cultural, diferente da nossa. Além da questão da própria língua, o professor as vezes ele não consegue compreender direito, e as vezes ele não consegue atender essas crianças no mesmo nível que atende uma criança residente aqui, que nasceu aqui, por conta da questão da língua, né de estar compreendendo essa criança. (PARTICIPANTE, 10).

Neste aspecto, as dificuldades das crianças migrantes ocorrem pela barreira cultural e aos entraves na comunicação, tornando necessário que os professores das escolas localizadas em região de fronteira identifiquem e auxiliem o aluno até a sua adaptação no meio escolar. Para isso, é importante o reconhecimento da existência de uma dinâmica diferente ocasionada pelo contato fronteiriço.

O participante 4 corrobora indicando algumas situações que considera também como preconceito entre brasileiros e paraguaios. Em sua percepção, o que existe é:

Uma certa tendência a xenofobia, não vou colocar que é realmente xenofobia, porque não chega a ser tão agravante. Mas um preconceito, sim, principalmente de brasileiros que são de Foz do Iguaçu com os paraguaios. E de paraguaios com Foz, imagino que seja mais em resposta. Eu percebo que a maioria dos conflitos quando tem essa questão de difamação, de reclamação, é mais na defensiva do lado paraguaio, do que realmente do lado atacante. (PARTICIPANTE, 4).

Essas relações ambíguas que transparecem na fronteira, sendo designadas como preconceito, *bullyng* ou até mesmo ditas como “tendência a xenofobia”, são motivadas, de acordo com o participante 2, pela própria singularidade, visto que “*a nossa identidade é construída a partir da diferença, então isso sempre de procurar aquilo que me diferencia do outro, e isso muitas vezes fica exacerbado*”. (PARTICIPANTE 2).

Para a participante 09, o entrosamento entre brasileiros e paraguaios é primordial para a boa relação entre os dois países, sendo interessante, que as pessoas se conheçam, se respeitem e compartilhem suas culturas, e isso se torna um diferencial para essa região.

A parte de entrosamento é bem saudável, assim você frequentar uma loja no Paraguai você é bem tratada, eles falam português com a gente. Eles aqui também são muito bem tratados. Eles vêm fazer compra. E vão em barzinho né? Lazer. Então é todo mundo um acostumado com o outro. A gente, costuma ver carro paraguaio aqui. Como eles também acostumaram ver placa brasileira lá. E é uma coisa que a gente não verifica, né? Em outras regiões. (PARTICIPANTE 09).

Como as relações na fronteira são complexas, contraditórias e ambíguas, principalmente, no que se refere ao relacionamento entre transfronteiriços, a questão da convivência entre os fronteiriços é percebida de forma diferente entre os entrevistados. Para alguns, as relações são muito próximas e amigáveis, enquanto para outros, são relações de estranhamento e distanciamento cultural.

Neste aspecto, é possível compreender, na fala do participante 04, que em sua percepção, essa relação mais próxima entre brasileiros e paraguaios não é evidente. Para ele, as relações baseiam-se essencialmente em interesses nas vantagens econômicas que cada país apresenta:

Você não percebe uma certa integração dos brasileiros que moram em Foz do Iguaçu com as pessoas do Paraguai. O Paraguai, ele funciona mais como se fosse uma cidade shopping, as pessoas conhecem lá, mas só para poder fazer as compras, nas questões culturais eu vejo pouca questão de influência e mesmo de integração. (PARTICIPANTE 04).

Quando questionado sobre a sua percepção de existência de fluxos constantes entre os moradores dos dois países, o Participante 4 relata:

Há muitos paraguaios em Foz. Há muitas pessoas de Foz que trabalham no Paraguai, mas parece que tem essa barreira cultural, onde parece que não há interesse de um lado e do outro de aprender e conviver, tanto que é bem difícil você achar pessoas em Foz do Iguaçu que falam espanhol. (PARTICIPANTE 4).

Já para a participante 7, o ato de atravessar a fronteira e conviver com a população de outro país traz em si uma necessidade de adaptação, para que as relações de convivência e vínculos se fortaleçam. Isso representa um desafio para os povos de fronteira, constituídos de formação socioespacial distinta. Para a referida participante:

Você atravessava a ponte, você mudava de personalidade, parecia. Porque você estava em outro ambiente com pessoas que apesar de entenderem, não falam seu idioma, então é muito complexo, porque a vivência cultural é diferente. É só uma ponte! Você atravessa a ponte, você está ali, é igual atravessar a rua. Mas, as pessoas que estão do outro lado da rua, são e cresceram de forma diferente, foram educadas de forma diferente, então até você começar a se situar.... Então, eu acho mesmo que a gente devia ter um manual de boas práticas quando chega aqui, para aprender a conversar com o pessoal dos outros países. Porque na convivência você fala coisas e você acaba às vezes magoando, deixando as pessoas irritadas, e a gente não entende o que realmente aconteceu. (PARTICIPANTE 7).

No que diz respeito a aspectos históricos relacionados aos dois países, a participante 7 indica que, no pouco tempo em que trabalhou em Ciudad del Este, compreendeu que existem questões mal resolvidas sobre a Guerra do Paraguai, que passam despercebidas pelos brasileiros, mas que tem significância para a memória da população paraguaia.

Eu vejo que tem muita mancha ainda, um ressentimento muito grande e presente com relação à guerra do Paraguai porque, não sei, talvez seja uma percepção boba da minha cabeça, mas você conversa com as pessoas e elas se sentem inferiores que você, e quando você fala alguma coisa diferente, elas acham que você está julgando a cultura ou alguma coisa nesse sentido. Então são tradições e vivências muito diferentes. E eu tive muita dificuldade assim, de fazer um círculo de amizades. Está bem que foram só 20 dias, mas foi difícil estabelecer um nível de confiança dentro do ambiente onde eu trabalhava, porque eu não entendia o modo de ser, o modo de funcionar das pessoas que eu estava convivendo [...]. (PARTICIPANTE 7).

As relações de aproximação ou distanciamento entre os povos da fronteira dependem da vivência que cada morador possui com os moradores do país vizinho, seja pelas condições e vantagens disponibilizados por cada espaço, ou mesmo pelas relações sociais que vão sendo construídas histórica e geograficamente.

A participante 9 relata que já trabalhou em um hotel no município de Guaíra, e durante o período de férias o fluxo de pessoas de diversas regiões do estado do Paraná era muito intenso, objetivando o turismo de compras no Paraguai. Pelo convívio com os turistas, a percepção era de que eles eram bem recebidos e atendidos nas cidades de fronteira.

Entre os serviços mais procurados por residentes do Paraguai no Brasil, o participante 11 indica que estão saúde, e no Paraguai os brasileiros buscam trabalho. No Brasil, também existe uma busca por trabalho pelos residentes no Paraguai, sobretudo em serviços na construção civil. Já no Paraguai, os brasileiros buscam trabalho no comércio, especialmente nas lojas. Para o referido entrevistado, a busca é motivada pelas oportunidades e pelo valor da mão de obra³⁵.

Contudo, as relações de trabalho nem sempre são saudáveis, como demonstram os registros de trabalho análogos à escravidão que, estão presentes nos municípios da fronteira, principalmente gerados pela falta de documentação por parte de migrantes oriundos do Paraguai, que buscam oportunidades de serviço, na maioria das vezes, serviços braçais, como nos setores agrícolas, construção civil e serviços domésticos, e lhes são negados direitos básicos trabalhistas.

A participante 03 indica que há a existência de uma migração pendular, de ambos os fluxos, de brasileiros e paraguaios, que atravessam a ponte diariamente. No caso dos brasileiros, atravessando a ponte até o Paraguai, buscando oportunidades de trabalho. Ela também indica uma busca de serviços por paraguaios na casa do migrante em Foz do Iguaçu, a fim de regularizar a situação documental para a fixação de moradia e trabalho, ou seja, “*ambos se cruzando e buscando no território vizinho oportunidade de trabalho.*” (PARTICIPANTE 3).

A participante 3 enfatiza o trabalho da Casa do Migrante³⁶, em Foz do Iguaçu, que auxilia na regulamentação de estrangeiros para a moradia ou atividades de trabalho do lado brasileiro.

Na casa do migrante onde as pessoas, elas vêm em busca de uma condição de legalidade, que é a regulamentação da documentação pra poder fixar a residência ou pra poder trabalhar, né, e ter a sua condição regular do trabalho. Ou por um outro lado, ai já para um problema, na condição de uma pessoa que é dispensada do trabalho, e que ficou muito tempo trabalhando de uma forma ilegal, ou exploratória do ponto de vista do tráfico de pessoa, e que ela vai tentar buscar, ou recuperar algum tipo de direito que ela talvez, que ela não teve, né, quando ela veio trabalhar do lado de cá. Então, existem esses vários vieses, e são problemas que a gente foi apontando, vendo dentro desse aspecto laboral, por exemplo do processo, do contexto mais social. (PARTICIPANTE 3).

³⁵ Para fins de comparação, em julho de 2022 o salário-mínimo brasileiro era de R\$ 1.212,00 e o salário mínimo no Paraguai era de G\$ 2.550.307 (R\$ 1.914,62). Cabe indicar que o salário pode variar de acordo com a função exercida, comissões, hora-extra e benefícios oferecidos ao trabalhador.

³⁶ “A Casa do Migrante foi inaugurada no dia 20 de junho de 2008 e está localizada próxima à Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu/Pr. A mesma é fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o Consulado Brasileiro de Ciudad del Leste/Py e o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Conselho Nacional de Imigração. Foi criada como centro de referência para brasileiros residentes na região da tríplce fronteira, bem como para imigrantes residentes no Brasil”. (MEZZALIRA, 2010).

Um dos aspectos apontados nas entrevistas foi a exploração de pessoas, fato comentado por alguns participantes. Cabe indicar que este tema será abordado com limitações, visto que não foi realizada uma pesquisa aprofundada. Entretanto, será exposto a partir da visão dos participantes. É esperado que este tema seja gerador de debates e futuras pesquisas. Para melhor entendimento do assunto, alguns conceitos serão apresentados.

De acordo com Organização das Nações Unidas (ONU), no Protocolo de Palermo (BRASIL, 2004b), em seu artigo terceiro, o tráfico de pessoas é definido como o:

Recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração (art.3º, BRASIL, 2004b).

Além disso, as Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023) indicam que o tráfico de pessoas visa a exploração sexual, prostituição, os trabalhos forçados, escravidão, remoção de órgãos humanos, entre outros meios de exploração. De forma diferente, o contrabando de migrantes é caracterizado pela entrada ilegal de pessoas em outro Estado que não é de sua residência ou naturalidade, na qual se obtém benefício financeiro ou material através desta condição.

É válido destacar que tanto o tráfico de pessoas como o contrabando de migrantes são considerados atos criminosos. Ambos se diferenciam pelos seguintes aspectos: no tráfico de pessoas, o consentimento da vítima não interfere nas ações de exploração, o mesmo pode ocorrer dentro do próprio país ou internacionalmente. Essa exploração ocorre após a chegada da vítima e é contínua, gerando lucro ou benefícios para o traficante. Já o contrabando de migrantes ocorre com o consentimento da pessoa contrabandeada, mesmo que ela esteja sob condições degradantes e perigosas. Sob o aspecto da exploração, a ação do contrabando é finalizada com a chegada do migrante ao local de destino, ressaltando seu caráter transnacional. (UNODC, 2023)³⁷.

Ao expor o tema, a participante 3 relata que em seu cotidiano profissional, como jornalista, observa algumas questões negativas que ocorrem na fronteira, como o caso do tráfico de pessoas, maiormente nas questões trabalhistas, onde as pessoas não têm seus direitos plenamente atendidos pelas leis trabalhistas brasileiras. O participante 2 também

³⁷ <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>

indicou este problema em seu relato, principalmente referente às trabalhadoras domésticas, que vem do Paraguai designadas a trabalhar em casas de família.

A participante 3 cita como exemplo:

O movimento exploratório de meninas, que são exploradas, são trazidas do Paraguai, que passam por aqui são arregimentadas aqui, e são enviadas pros grandes centros urbanos, para serem exploradas sexualmente, por exemplo. Essa é uma realidade que a gente acompanha, que a gente percebe, então é aí, nesse problema, a gente entende que tem a visão do brasileiro, é que tem como se o Paraguai fosse um depósito de pessoas, e essas pessoas são trazidas, e pela necessidade que lá, em determinados aspectos essa demanda por trabalho, por condição social, condição social eu acho que é menos favorecida do que a brasileira, faz com que essa, essa parcela, vamos dizer assim, veja no Paraguai um depósito. (...) Então é o quadro do depósito humano, e ali você tem, e ali as pessoas chegam e elas acham que podem servir pra poder atender lá as suas necessidades econômicas. (PARTICIPANTE 3).

Outro assunto apontado nas entrevistas é referente à mão de obra associada ao contrabando, que também gera condições trabalhistas ilegais. O participante 10 observa a questão do trabalho ilegal, caracterizado pelo contrabando que ocorre via Lago de Itaipu.

Nós temos percebido a própria questão, do que nós tratamos do contrabando. Que seria, não seria algo legal, geraria algum problema sim. Mas nós temos por outro lado muitas famílias sobrevivendo desse trabalho, dito ilegal, o que seria essa ilegalidade. Nós temos uma cobrança muito grande de cobrança de impostos, é sobre as mercadorias do Brasil para o Paraguai. Né, então quando essa mercadoria do Paraguai, não sendo cobrado tantos impostos como no Brasil, essa mercadoria entra no Brasil por vias ilegais e ela é vendida com uma diferença de valores, então a margem de lucro ela é diferenciada, tendo em vista essa questão de cobrança de impostos aqui no Brasil. Então a fronteira ela permite isso, ela permite esses fluxos aí, sendo de grande parte ilegal. (PARTICIPANTE 10).

Na perspectiva dos habitantes de zonas rurais localizadas nas margens do Lago, em que as perspectivas de empregabilidade são limitadas, e o deslocamento para o centro urbano ou municípios vizinhos é necessário, o comércio ilícito apresenta-se como uma oportunidade de trabalho, substancialmente, para os mais jovens. Nesse sentido, a visão positiva dos impactos econômicos e sociais locais respaldam a continuidade dessa prática sem a interferência da comunidade. Isso ocorre em razão da ausência de investimentos nas áreas mais remotas, o que perpetua a proteção dessa atividade legalmente vedada como um meio de sobrevivência para os residentes.

Sobre a questão dos fluxos de pessoas existentes, o participante 6, observou que os serviços mais procurados por residentes no Paraguai, do lado brasileiro, são os serviços médicos. Na sua percepção, a travessia ao Paraguai é feita mais por turistas do que por moradores de Foz do Iguaçu. Nesta situação, a proximidade com o Paraguai traz mais

“benefícios do que problemas” nas oportunidades de trabalho. Ele relata que “é o Paraguai fechar que para tudo aqui” (PARTICIPANTE 6). Neste entendimento, é notado uma relação de interdependência econômica entre Foz do Iguaçu e o centro comercial de Ciudad del Este, visualizado pelo comportamento de consumo cotidiano dos moradores, que usufruem das possibilidades oferecidas por ambos os países.

O mesmo pode ser observado pelo participante 11. Sobre a fronteira o entrevistado indica que gera alguns problemas, porém, existem mais benefícios, especialmente no sentido do turismo e da economia, e outro fator positivo é conhecer pessoas diferentes, não só do Paraguai ou Argentina, mas também de outros países que frequentam a região pelo turismo. Para ele, existe uma boa relação entre os moradores do Brasil e do Paraguai, e essa proximidade faz bem para a questão do turismo, comércio, saúde, “é uma relação saudável e boa para as duas partes” (PARTICIPANTE 11).

O participante 13 aponta que percebe a proximidade da fronteira com o Paraguai, principalmente de pessoas que vivem no Paraguai e vem para Santa Helena utilizar serviços no Brasil. Segundo o entrevistado, a motivação é a falta de infraestrutura do lado paraguaio, visto que nas localidades rurais próximas dos locais onde existe ponto de embarque de balsa, não há posto de saúde, farmácia ou mercado, fazendo com que muitos paraguaios venham semanalmente à Santa Helena para a realização de serviços básicos. Alguns fronteiriços fazem a travessia da balsa como pedestres, mas a maioria faz a travessia de carro. O participante 13 ainda relata que não há disponibilidade de transporte público municipal nas proximidades do porto de Santa Helena, o que faz com que os fronteiriços precisem utilizar serviços de taxi para chegar até ao centro da cidade, visto que o porto é distante das áreas comerciais.

O participante 8 explicita que a atração pelas mercadorias encontradas no Paraguai não se reduz ao quesito preço, mas também sendo um referencial de inovações tecnológicas que não estão disponíveis nos municípios do interior, ou seja, as relações de consumo desempenham uma função de benefício mútuo para os residentes da fronteira.

Então eu a meu ver como fronteiriço eu acho comércio com o Paraguai muito importante pra nós, né! Então é a maneira, por exemplo, como nós alcançamos outras escalas geográficas, né! Então assim, se eu tô adquirindo um produto hoje no Paraguai, muitas vezes esse produto ele foi lançado, ele se encontra primeiro no Paraguai do que que foi lançado no Brasil então até um menor custo né? Então não é só a questão do preço, né, individual a questão fiscal. Mas é também a disponibilidade e variedade de produtos que que existem lá em detrimento aqui. (PARTICIPANTE 8).

Outro destaque, realizado pelo participante 8, são mecanismos utilizados pelos moradores dos municípios fronteiriços em obterem as vantagens alfandegárias do país vizinho. Ele relata que muitos brasileiros compram produtos pela internet de outros países, como os Estados Unidos, e os importam com destino a uma caixa postal em Salto del Guairá, onde o produto pode ser retirado.

E agora, inclusive, tem importações diretas dos Estados Unidos, né. Você adquire a caixa postal e compra por exemplo lançou lá, por exemplo, é uma jaqueta daí eu já consigo comprar pela internet e retirar no Paraguai. Então pra nós o Paraguai ele é extremamente importante, né. Pra nós que somos do interior longe de grandes centros, né. Eh nós temos essa facilidade. (PARTICIPANTE 8).

Dentro do que já foi apresentado como condição fronteiriça, ressalta-se que existe uma troca, onde os residentes do Paraguai também garantem vantagens ao comprar no comércio brasileiro. “*Sim é uma relação de troca né? É na verdade a relação ela é ampla né, muito ampla, tanto eles vêm por exemplo em Guaira mesmo*”. (PARTICIPANTE 8)

Sobre aproveitar as vantagens econômicas de cada país, a participante 9, residente em Guaíra, relata que vai com frequência a Salto de Guairá e que sempre observa as melhores oportunidades, como, por exemplo, ao escolher onde vai abastecer seu carro.

Agora que o nosso combustível baixou eu mesmo estou abastecendo aqui, mas desde então, já uns seis anos seis sete anos que eu abastecia só no Paraguai. Então aí eu ia constantemente lá pra abastecer. Ia lá já comia um lanchinho, já fazia comprinhas. (...) Então, justamente nesse momento que a gente está vivendo mudou, né? Como a gente ia pra lá abastecer, agora são eles que vem pra cá abastecer. Eles fazem compra no mercado porque eles dizem que a mercadoria é mais barata aqui então tem sempre essa troca, né? Parte de dinheiro mesmo, todo mundo conhece a moeda do Paraguai, né? E eles conhecem muito bem o nosso real, tanto que eles recebem lá, os comércios deles recebem real também, né. Então nesse sentido assim de comércio de interação é bem presente. (PARTICIPANTE 9).

O entrevistado 8 indica que percebe o fluxo de residentes no Paraguai no supermercado, em farmácias, na busca por terapias holísticas e medicina alternativa, como a homeopatia. “*Há uma simbiose, né? Dessas relações aí, né? De comerciais econômicas, né? E a questão também dos laços, né? Parentescos, né?*”. (PARTICIPANTE 8).

Quando questionados sobre costumes e culturas compartilhados entre os países, os entrevistados mencionaram a questão alimentar. Indicaram que nos locais em que vivem, existe uma variedade de comidas e bebidas, que fazem parte da cultura do Paraguai, como o tereré, uma bebida gelada a base de erva-mate tomada em cuia e bomba. Na culinária, os alimentos mais consumidos são: a chipa, que é um pão a base de polvilho, queijo e ovos, podendo conter especiarias como a erva-doce, é semelhante ao pão de queijo brasileiro. A

sopa paraguaia (chipaguaçu), que se trata de um bolo salgado a base de milho. Esses alimentos citados são encontrados na maioria dos mercados e padarias das cidades que abrangem a área de estudo. Na questão alimentar, em cidades comerciais como Ciudad del Este e Salto del Guairá, a presença de restaurantes de comida brasileira é comum, em especial, relacionados à comida mineira e gaúcha.

Já a influência da cultura brasileira nas cidades da fronteira do lado do Paraguai são os canais de rádio e televisão, visto que o sinal é captado pela proximidade territorial. Assim, a cultura e os costumes são compartilhados através dos programas de tv e músicas. No trajeto entre as cidades brasileiras e paraguaias, também foram observados *outdoors* publicitários referente a oferta de serviços de ambos os países.

É válido destacar a importância da tolerância e do respeito para se estabelecer uma boa convivência entre os fronteiriços, pois é necessário que haja compreensão e aceitação das diferenças culturais existentes para que se possa construir uma relação harmoniosa e saudável. Neste sentido, muitos dos entrevistados afirmaram que as relações fronteiriças são construídas diariamente, através da troca de experiências e do conhecimento mútuo. O intercâmbio de informações e de conhecimentos entre os fronteiriços pode contribuir para a ampliação de horizontes e para o desenvolvimento de uma cultura de coexistência pacífica entre as populações.

Outro ponto a ser destacado é que os relatos dos participantes indicaram uma realidade que precisa ser observada pelos países a partir de uma abordagem da cooperação transfronteiriça, devendo ser considerado como um tema relevante, assim como são tratados os temas do contrabando e o tráfico de ilícitos. É considerável observar que as questões relacionadas às ilegalidades, conjuntamente, estão relacionadas com as questões sociais e econômicas dos países. As atividades ilícitas ou de vulnerabilidade, como, por exemplo, dos direitos trabalhistas, são observadas como estratégias de sobrevivência ou vistas como oportunidades de trabalho para os moradores, acima de tudo, nas localidades rurais.

Sobre as consequências causadas pelo fechamento da ponte, o participante 6 observou que maiores impactos foram sentidos na questão do turismo e do comércio, com ênfase em lojas atacadistas do ramo de alimentos de Foz do Iguaçu. De acordo com o participante, no lado paraguaio, os alimentos têm um custo mais elevado quando comparado lado ao brasileiro, dessa forma, a compra de produtos alimentícios pelos residentes no Paraguai é realizada no Brasil, e com o fechamento da ponte, este fato implicou na vida dos residentes paraguaios.

Cabe enfatizar que todos os participantes indicaram que moradores do Paraguai frequentam diariamente os supermercados e lojas atacadistas de alimentos em Foz do Iguaçu. Isso demonstra a mobilidade cotidiana e a existência das relações da “condição fronteiriça”, sendo observada pelos moradores como algo positivo. Vale indicar que essa migração constante foi amplamente afetada durante o fechamento da fronteira, sendo observado como algo que prejudicou economicamente os residentes de ambos os países.

Para o participante 2, a aproximação e o distanciamento entre brasileiros e paraguaios são algo que estão sempre mudando, “*depende do momento, uma vai se mostrar mais presente, ou outra não*” (PARTICIPANTE 2). O exemplo disso foi referente ao fechamento da fronteira, especificamente para os entrevistados, o fechamento da Ponte da Amizade. Assim, este período provocou o debate em torno de dois discursos, um deles que indica a ligação fronteiriça como um aspecto negativo, e o outro com o discurso de interdependência, que estabelece a fronteira com um espaço de oportunidades. Nesta relação o Participante 2 indica que:

Quando houve o fechamento da ponte, a gente viu alguns casos de discursos também sobre que deve fechar mesmo, porque eles vêm aqui utilizar o sistema de saúde, ou que vai contaminar. E eles também, que os brasileiros não cuidam. Então aí, a gente viu como este discurso da diferença se inflamou. Alguns gostaram deste fechamento da ponte, outros já não gostaram. Lógico que daí tem as particularidades de cada um, muitas vezes, ligada a questão socioeconômica de sobrevivência, aí o discurso vai se amparar nisso. Mas assim, de uma forma ou de outra eu vejo que isso se inflamou com a pandemia, em certos momentos isso acontece mesmo de mais digamos assim, “normalidade” entre aspas, e momentos de mais tensão de ruptura de aproximação. (PARTICIPANTE 2).

Consoante as vivências e observações do participante 2, referentes aos impactos do fechamento da Ponte da Amizade, ele indica que as atividades comerciais se mantiveram, dizendo que “*a ponte fechou, mas a fronteira não*”. O mesmo complementa que:

À noite, eu sei que a fronteira nunca esteve fechada, assim, esses portos clandestinos continuaram à todo vapor. Tipo, mercadorias, quem trabalha (libanês), assim tô falando de várias pessoas que tem loja lá no Paraguai, assim, acabaram continuando trabalhando de forma online e recebendo mercadoria. Eu sei disso, porque eu tinha uma pessoa, agora a pessoa mudou, mas eu tinha um vizinho que era libanês, e ele trabalhava com essa questão de vender antena que faz a fusão do sinal pirata. E eu conversava com ele de vez em quando, e ele continuou trabalhando normal, só que ele continuou trabalhando de forma remota e a mercadoria dele vinha. Quer dizer, vinha dessa forma, tipo como vem o cigarro, vem outras coisas à noite, nesses portos clandestinos que a gente tem como o Jupira nas margens do rio (PARTICIPANTE 2).

Sobre a questão do trabalho informal, referindo-se ao comércio de mercadorias ilegais, o participante 2 indica que, na sua percepção, os fluxos de pessoas e objetos não

foram modificados durante o fechamento da fronteira ocasionado pela pandemia. Ele entende que foram utilizadas estratégias para contornar o fechamento da ponte:

Minha percepção é que, a fronteira em si, ela não fechou. Fechou pra alguns. Mas pra alguns “tipos de trabalho”, aqui entre aspas, de modos de sobrevivência, das pessoas que trabalham com essas mercadorias, talvez só mudou a rotina. Trabalhavam de dia, e passaram a atuar mais a noite. Mas, essas mercadorias continuaram. (PARTICIPANTE 2).

O participante 3 relata que quando a ponte fechou, para alguns de seus conhecidos que residem em Foz do Iguaçu, o impacto foi grande, visto que até então, do outro lado da ponte, tanto do Paraguai como da Argentina, a ida para estas regiões era comum e frequente.

Eles manifestavam muita vontade de ir ao Paraguai, que é uma coisa que você faz comumente, que é como se fosse um bairro de Foz e de Argentina. Então esse ir e vir, esse fluxo, é como se o território, e a territorialidade ela é estendida, e o território que ele fizesse parte, o espaço fizesse parte do território de Foz do Iguaçu. (PARTICIPANTE 3).

Ou seja, as pessoas também tiveram que mudar suas rotinas e hábitos, como encontros com amigos, familiares, viagens, etc. Dessa forma, o distanciamento social teve um impacto significativo nas relações interpessoais.

O relato da participante 7 reflete as dificuldades que o fechamento da ponte ocasionou para os trabalhadores que atravessavam a fronteira diariamente. A mesma, vinda de outro estado, chegou até Foz do Iguaçu para trabalhar em um *Shopping* em Ciudad del Este no mês de fevereiro de 2020. Sua motivação para trabalhar no Paraguai foi devido as melhores condições salariais, visto que o salário-mínimo estabelecido no Paraguai é maior que o brasileiro. O fato de os trabalhadores receberem os valores com base no dólar também motivou a travessia diária para o trabalho em Ciudad del Este. A participante relatou que optou por fixar residência em Foz do Iguaçu por considerar a facilidade da travessia, e pelas questões culturais e burocráticas. Quando a ponte fechou, o impacto ocasionado afetou diretamente o seu trabalho e sua renda, conforme o relato:

A pandemia me pegou de surpresa, eu estava desempregada em São Paulo já fazia um bom tempo. E aí eu sou voluntária de uma instituição aqui de Foz do Iguaçu e eu pedi pro pessoal ficar atento se achasse alguma coisa. E uma pessoa me indicou para uma vaga no Paraguai, aí eu vim, eu trabalhei uns vinte dias mais ou menos, e aí fechou a fronteira (...). (PARTICIPANTE 7).

A participante 7 indicou que dois dias antes do fechamento da fronteira, a dona da loja em um *Shopping* no Paraguai, onde estava trabalhando, pediu para a ela e a outros

funcionários que residiam no Brasil que não viessem trabalhar nos próximos dias. A alegação era de que estava ocorrendo alguma situação estranha e os funcionários deveriam permanecer no Brasil até a compreensão do que estava acontecendo, visando à manutenção da sua própria segurança. Posteriormente, de fato, culminou no fechamento da fronteira internacional do Paraguai devido à pandemia da Covid-19.

Após o decreto do fechamento das fronteiras do Paraguai, a participante 7 relatou que seu vínculo trabalhista foi mantido por alguns meses. O trabalho era realizado de modo remoto, e o pagamento via uma importadora, porque ela ainda não tinha a carteira de trabalho internacional. Com a demora para a abertura da ponte e a quebra econômica enfrentada pela região, que provocou instabilidades, a participante foi demitida.

Já o participante 11 relatou a dificuldade de estudantes brasileiros que moravam no Paraguai e não puderam retornar aos seus municípios de origem pelo fechamento da ponte.

Eu tinha o meu amigo que mora lá, ele ficou preso por muito tempo. Na pandemia ele não teve aula presencial, então ele poderia vir pra família no Brasil, e não conseguiu porque estava nesse momento, então, teve essas dificuldades pra eles. (Participante 11).

Neste caso, observa-se a questão dos vínculos familiares afetados pela interrupção do fluxo de pessoas. Isso significou, para muitos, prejuízo em seus laços afetivos ocasionado pela distância física de suas afeições, uma vez que a relação entre os moradores dos dois países vai além dos aspectos econômicos.

Portanto, o distanciamento social imposto pela pandemia afetou as relações interpessoais dos fronteiriços, impedindo que as pessoas com familiares e amigos em ambos os países mantivessem contato direto e físico. Isso impactou a qualidade dessas relações, levando muitos a se sentirem solitários e desconectados. Além disso, dificultou em aspectos ligados a incapacidade em resolver situações, como, por exemplo, auxiliar algum familiar em caso de vulnerabilidade de saúde. Essa circunstância vivenciada na fronteira afetou também nos aspectos psicológicos ocasionados devido às incertezas sobre o futuro, no caso a abertura da fronteira e a volta à normalidade.

Neste contexto, verificou-se que a pandemia teve impactos diversos na vida dos fronteiriços, principalmente devido ao fechamento das fronteiras internacionais, que interrompeu o fluxo cotidiano de mercadorias e pessoas, ocasionando estratégias diversas para que algumas destas atividades pudessem se manter.

Para o entrevistado 11, os municípios da região de fronteira tiveram impactos econômicos, majoritariamente, relacionados ao turismo, mas, no ano de 2022, já se observou uma normalidade.

A partir dos relatos expostos, percebe -se que, para os moradores das cidades fronteiriças, a fronteira se apresenta como ponto de ligação e não de separação. As narrações pessoais são exemplos de como a fronteira, antes fluida e porosa, se transformou em uma barreira durante parte do período da pandemia. A materialidade da fronteira se apresentou como um empecilho para as relações cotidianas que anteriormente aconteciam.

No conjunto das percepções dos participantes, entende-se que o fechamento da fronteira indicou duas situações: uma que apresentou os vínculos cotidianos que os fronteiriços têm ao atravessar a ponte e realizar sua migração entre o Brasil e o Paraguai; outra, indicando que mesmo com a ponte fechada, foram criadas estratégias para a travessia de pessoas e mercadorias via rio Paraná. Neste sentido, os fluxos transfronteiriços se apresentaram mesmo com a ponte fechada de forma clandestina. Além disso, observa-se que há uma relação de condição fronteiriça muito presente, vista no âmbito das relações de trabalho, das ofertas de serviços e no comércio, principalmente o de alimentos.

Deste modo, é possível averiguar que os participantes desta pesquisa têm uma visão similar referente à existência de fluxos de pessoas e interações entre os territórios dos países. Constata-se que essa dinâmica se altera de acordo com momentos históricos distintos. As migrações e o ato de fixar residência, em um ou outro país, ocorrem por diversos motivos como a busca por oportunidades de trabalho, assistência previdenciária e médica, entre outros, visando melhores condições de vida.

A fronteira, a partir das condições ofertadas de um e/ou do outro lado, se apresenta para os moradores como um aspecto positivo, visto como espaço de oportunidades e vantagens. Há também o aspecto da proximidade que orienta e molda, as relações históricas e culturais, proporcionando o compartilhamento de serviços e costumes. O fechamento das fronteiras internacionais durante a pandemia da Covid-19, como uma das medidas para conter o avanço da doença, demonstrou como a mobilidade entre os países é um fator relevante para o desenvolvimento dos espaços fronteiriços.

As percepções dos moradores que participaram da pesquisa, indicaram que existem relações de convivência cotidiana entre os fronteiriços. Ainda assim, a vivência é complexa,

no sentido de que, mesmo com a aproximação geográfica, ocorrem choques culturais que se diluem, mas que podem ser percebidos pelas experiências individuais.

O período da pandemia e o fechamento da fronteira ocasionaram impactos em vários aspectos, alterando as relações cotidianas de mobilidade, tão comuns e banais para quem vive nesses espaços. Ademais, foram relatados os impactos econômicos que promoveram desemprego, aumento das atividades ilegais e criação de estratégias de comunicação que, do ponto de vista epidemiológico, foram prejudiciais para o controle da pandemia da Covid-19. Neste sentido, os espaços fronteiriços apresentam características complexas, e isto deve ser considerado no planejamento e na necessidade de integração entre as ações realizadas pelos órgãos oficiais, buscando considerar as vivências e interações que estão presentes e que moldam a vida dos transfronteiriços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira se representa pelos sujeitos políticos que nela convivem. Ao caracterizar com maior aprofundamento a dinâmica entre espaço e as inter-relações sociais promovidas, é possível conhecer e interpretar a sociedade transfronteiriça. Assim, a sobreposição de modos de vida identifica estes ambientes como peculiares, pois as influências são representadas pelo constante movimento entre seus limites.

Através do exposto, fica evidente que os estudos fronteiriços estão em constante evolução, seja com a definição dos termos ou via de novos significados para os conceitos já utilizados. Conceber estudos teóricos sobre as fronteiras auxilia na compreensão dos espaços periféricos que são as regiões fronteiriças.

Neste entendimento, identificamos que o conceito de fronteira é visualizado a partir do contexto físico-político que envolve a soberania na formação dos Estados-Nações, representado pelos limites e áreas de separação onde as relações de poder são evidenciadas. E outro, onde o significado ora se sobrepõe da concepção anterior, ora ultrapassa, que é a fronteira a partir de um espaço de contato entre povos, onde a diversidade de culturas e de hábitos acontecem pela aproximação, e destaca a fronteira como um espaço de trocas, caracterizado pela territorialização.

De fato, as fronteiras evoluem, assim como seu significado, o que depende de onde se localizam, da escala temporal, dos fatores geopolíticos que as influenciam, enfim, as fronteiras são construções sociais que podem ou não coincidir com os limites naturais. Entender o conceito de fronteira é fundamental para caracterizar as especificidades que representam cada um desses espaços e assim compreender as relações sociais que ali se estabelecem.

A situação indígena na região de fronteira foi envolvida por diversas frentes de ocupação, motivadas pelo extrativismo e pela colonização. A presença dos povos guaranis nem sempre esteve atrelada a conflitos, mas também a parcerias, ou seja, quando o indígena não era mais prestativo ou simbolizava o perigo para os novos moradores, eram expulsos de seus territórios, devendo constituir uma nova territorialidade em outros espaços, constituindo novas fronteiras entre nativos e colonos.

Destacou-se a importância histórica da intervenção dos jesuítas na formação de uma cultura híbrida na região Guarani, através da absorção mútua de costumes e tradições, os nativos e os missionários criaram um ambiente culturalmente diverso. Os jesuítas desempenharam um papel fundamental como catalisadores dessas transformações,

estimulando uma composição cultural e uma reestruturação social na comunidade indígena. A capacidade de adaptação do povo Guarani ao processo de reterritorialização foi fundamental para sua sobrevivência. As formas de aculturação promovidas pela Companhia de Jesus resultaram em uma construção social que ainda é analisada e prestigiada hoje.

Através da percepção dos participantes sobre as relações entre Brasil e Paraguai, é possível inferir que há variações na percepção de cada indivíduo. No geral, os entrevistados parecem ter uma visão positiva e até mesmo entusiasmada sobre as relações entre os dois países. A facilidade de travessia é frequentemente destacada como um dos principais fatores positivos, além da proximidade geográfica entre as principais cidades brasileiras e paraguaias, o que permite a troca de ideias e de proveitos materiais, o que foi conceituado como condição fronteiriça. Além disso, os participantes tendem a acreditar que as relações entre os dois países podem melhorar ainda mais, ajudando a promover o desenvolvimento econômico e social.

A relação entre brasileiros e paraguaios é baseada em um forte sentimento de cooperação, que está relacionado ao intercâmbio comercial entre os dois países. Algumas das principais áreas de cooperação são o comércio, a agricultura, a infraestrutura e a energia. Além dos benefícios econômicos, a relação entre brasileiros e paraguaios tem se intensificado com a cooperação no campo da educação.

As relações transfronteiriças se evidenciaram de modo diferente entre os municípios, conforme a intensidade dos fluxos populacionais. Por exemplo, para alguns dos moradores de Foz do Iguaçu que participaram da pesquisa, o Paraguai é percebido como parte da territorialidade da cidade, indicando relações cotidianas que se estabelecem nas duas direções. Também se constata há uma frequência evidenciada pelos fluxos de moradores dos dois países nos comércios das cidades fronteiriças.

Além das vantagens econômicas, observou-se que muitos moradores atravessam as fronteiras em busca de diversos serviços. Segundo os relatos coleados, entre os serviços mais procurados pelos residentes do Paraguai no Brasil está o atendimento à saúde, em seguida, comércio de produtos cotidianos. Já os brasileiros no Paraguai buscam trabalho nas áreas do comércio e turismo. Há o entendimento de que o centro comercial de Ciudad del Este e de Salto del Guairá são campos de acesso à inovação tecnológica, mediante produtos diferenciados e de menor valor aquisitivo.

Sobre a questão da procura por oportunidades de trabalho, observa-se que o fluxo é estabelecido pelos moradores dos dois países. Cabe indicar que a busca por

oportunidades de trabalho é motivada pelo valor da mão de obra e quantidade de vagas oferecidas em ambos os países. Isso denota aspectos positivos, pois proporciona acesso a mais oportunidades. No entanto, também são registrados aspectos negativos, como a existência dos trabalhos análogos à escravidão, presentes nos municípios da fronteira. Assim, ressalta-se a importância de políticas públicas específicas que visem orientar os migrantes e coibir práticas ilegais. Por exemplo, a Casa do Migrante em Foz do Iguaçu auxilia na regulamentação de estrangeiros para moradia e trabalho no lado brasileiro. Ademais, o conselho tutelar e a assistência social das prefeituras municipais auxiliam os migrantes, fornecendo informações e suporte para questões escolares, de saúde e acolhimento de família em situação de vulnerabilidade social.

Conforme os relatos e as pesquisas precedentes sobre a área de estudo, as questões relacionadas a ilegalidades estão vinculadas com às questões sociais e econômicas dos países. Neste aspecto, um dos problemas da fronteira citados refere-se ao tráfico de pessoas, especialmente no que diz respeito aos direitos das trabalhadoras domésticas e dos trabalhadores da construção civil, bem como à exploração sexual. Portanto, a cooperação transfronteiriça é necessária para lidar com as questões relacionadas à migração e trabalho na fronteira, e novas pesquisas devem ser estimuladas para explorar essa temática.

Pelos relatos das entrevistas, foi possível afirmar o fator histórico presente na vida dos residentes. Na década de 1970 até 1990, muitos brasileiros adquiriram terras no Paraguai, o que fez com que o relacionamento entre amigos e familiares, assim como a questão cultural, promovesse o trânsito contínuo entre os países por diversos motivos. Ressalta-se que atualmente não há um fluxo grande de brasileiros buscando fixar residência no país. Outro contexto é a facilidade de travessia proporcionada pelo Lago de Itaipu, que aproxima os municípios brasileiros do Paraguai.

Entretanto, a proximidade e os fluxos que geram um ambiente de aparente harmonia, também pode representar situações contrárias. O contato com o outro, o diferente, algumas vezes gera o estranhamento e as situações de preconceito não podem ser ignoradas. Assim, a partir das experiências individuais e observadas pelos participantes, para alguns existe um distanciamento cultural entre os moradores da fronteira que se manifesta na percepção de preconceito, ou, como indicado por um participante, uma "tendência a xenofobia", presente nas questões cotidianas, como no trânsito e na convivência escolar. Fato reforçado pelo participante 2, que enfrentou preconceito na infância e adolescência

por ser filho de uma paraguaia com um brasileiro. Ou seja, mesmo com a proximidade territorial, o processo de reconhecimento referente a miscigenação é um desafio.

Essas dificuldades culturais e de comunicação são presenciadas no relacionamento escolar de crianças migrantes, e cabe à identificação e o auxílio dos professores para ocorrer a adaptação dos alunos. Evidenciando a necessidade de ações e mecanismos para a troca de informações entre escolas dos países para resolução de problemas burocráticos e treinamento de professores em todos os municípios da linha de fronteira, para que os alunos recebam um atendimento digno na fase escolar.

Deste modo, foi destacada a singularidade da fronteira e a dinâmica ambígua das relações, assim como o entrosamento entre brasileiros e paraguaios para uma boa relação entre os países. E tolerância e respeito para construção de uma relação harmoniosa e saudável entre os fronteiriços. Indicando que o intercâmbio de informações e conhecimentos pode contribuir para a ampliação de horizontes e para o desenvolvimento de uma cultura de coexistência pacífica entre as populações.

Outro fator de impacto nas relações fronteiriças durante o período em que esta pesquisa foi realizada, foi a pandemia do novo coronavírus e como as estratégias epidemiológicas mudaram a dinâmica territorial de mobilidade fronteiriça entre países. O fechamento da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, anunciado em março de 2020 como medida para conter a disseminação do novo coronavírus, teve impactos significativos nas relações comerciais e no movimento migratório entre os dois países. Embora tenha sido uma medida necessária para a contenção da pandemia, trouxe desafios econômicos e sociais para as duas nações.

O fechamento das fronteiras internacionais foi uma medida fundamental para conter a disseminação do vírus. A interrupção dos fluxos entre os países afetou o cotidiano transfronteiriço e as relações socioeconômicas entre eles. As medidas de controle impactaram a mobilidade de trabalhadores, estudantes e turistas. O fechamento afetou a economia de cidades transfronteiriças como Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Nesse período, o refugiado sanitário surgiu como uma nova categoria de "imigrante ilegal". Após sete meses de fechamento, a fronteira Brasil e Paraguai foi reaberta com medidas sanitárias específicas. O fechamento e a reabertura da fronteira tiveram impactos negativos e positivos na população local.

Quanto à migração, a suspensão do tráfego de pessoas entre o Brasil e o Paraguai afetou a vida cotidiana de várias famílias que residem em um dos lados da fronteira. Famílias que vivem em Ciudad del Este, no Paraguai, e trabalham em Foz do Iguaçu, no

Brasil, ou vice-versa, dependem do tráfego na fronteira para trabalhar e estudar. Com o fechamento da fronteira, muitos ficaram sem renda e sem a possibilidade de pagar pelos serviços básicos, como água, eletricidade e alimentos. Embora tenha sido uma medida importante para a contenção da pandemia, o fechamento da fronteira afetou negativamente as economias do Brasil e do Paraguai, bem como a vida cotidiana de muitas pessoas.

Os participantes das entrevistas indicaram que os moradores do Paraguai frequentam diariamente os supermercados e lojas atacadistas de alimentos em Foz do Iguaçu, e que essa migração constante foi amplamente afetada durante o fechamento da ponte. Além disso, o distanciamento social imposto pela pandemia afetou as relações interpessoais dos fronteiriços, pois impediu que as pessoas mantivessem contato direto e físico com seus familiares e amigos. No entanto, mesmo com a ponte fechada, foram criadas estratégias para a travessia de pessoas e mercadorias via Rio Paraná, o que indica que os fluxos transfronteiriços se apresentaram mesmo com a ponte fechada, de forma clandestina. No conjunto das percepções dos participantes, é possível entender que a pandemia teve impactos diversos na vida dos fronteiriços, principalmente devido ao fechamento das fronteiras internacionais, que interrompeu o fluxo cotidiano de mercadorias e pessoas, ocasionando estratégias diversas para que algumas destas atividades pudessem se manter.

Durante o fechamento da fronteira do Brasil e do Paraguai, que perdurou por sete meses em 2020, os fluxos diminuíram, mas o contato entre os transfronteiriços permaneceu, ou seja, de modo remoto, por atividades permitidas consideradas essenciais ou por meio de estratégias ilegais para transpor o impedimento das travessias. Logo após a reabertura das fronteiras, já se observou a normalidade dos fluxos. Isso comprova que, para os migrantes da fronteira Brasil-Paraguai, este é um espaço contíguo, confirmando as características de um território que se sobrepõe aos limites políticos. O fechamento da fronteira comprovou a interdependência dos serviços e das relações dos moradores da região de estudo. Em suma, a cooperação entre os povos de fronteira leva a uma maior integração e a uma melhor compreensão das questões territoriais

Pelo exposto, a pesquisa revelou diversas temáticas que fazem parte do cotidiano dos moradores da fronteira. Ficou evidente que os espaços de fronteira apresentam relações diferenciadas e complexas. Isso corrobora com o ponto central da tese, que “os fluxos transfronteiriços apresentam influência mútua intensa, o que constrói uma territorialidade específica verificada por meio das vivências e interações que ocorrem nesses espaços”.

A dinâmica transfronteiriça aponta para relações que estimulam os interesses regionais, diretamente relacionados com as populações locais. Ao compartilhar vivências, a busca por serviços revelou questões específicas que merecem maior aprofundamento, seja em novos trabalhos acadêmicos ou em ações institucionais realizadas pelo Estado. É válido considerar a necessidade de criar uma gestão territorial por um conjunto de instrumentos que reconheçam a importância dos atores sociais e valorizem a territorialidade expressada. Isso pode apontar caminhos para o rompimento das barreiras e estimular o desenvolvimento nas regiões de fronteira. Além disso, é fundamental promover a cooperação e a integração entre os povos de fronteira e incentivar o diálogo entre as diferentes partes interessadas.

REFERÊNCIAS

- AGULLÓ, Juan. A The Tri-Border Area of Parana and COVID-19: a tale of two bridges in the south american hinterland. **Borders In Globalization Review**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 21-24, 15 dez. 2020.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n.17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. 268 p.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Identidades e fronteiras nacionais: conflitos e representações simbólicas entre imigrantes brasileiros e população paraguaia na região fronteiriça. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 1-15.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu, Mg. **Anais [...]**. Caxambu, Mg: Anpocs, 2014. p. 1-30.
- ALVARES, Lília. **A rede transfronteiriça do contrabando de cigarros: entre Salto del Guairá-Paraguai e Guaíra-Brasil de 1970 a 2016**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.
- ALVAREZ, Gabriel. Identidades migrantes, fronteira e cidadania. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém. **Anais [...]**. Belém: Aba, 2010. p. 1-20.
- ANCEL, Jacques. Geopolítica de fronteras. *In*: CASTAGNIN, Daniel (Comp.). **Poder global y Geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar, 1984. p. 85-178.
- ANDRADE, Sabrina de Assis. A retomada dos territórios ancestrais: os guarani e a cidade real do guairá. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S.L.], n. 24, p. 91, 12 dez. 2014. Universidade de Sao Paulo, Agência USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2014.109372>.
- ARROYO, Mônica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do brasil na virada do século XX**. 2001. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARRUDA, Ney Alves de. Breves Notas sobre o Direito de Fronteira e Aproximações do Conceito de Cidadania Transfronteiriça. **Revista Jurídica da Unirondon**. Cuiabá, n. 2, jul. 2001. p. 23.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **A Geografia do Brasil na Educação Básica: Uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira.** Curitiba: CRV, 2018

AZEVEDO, Suelen Terre de. **A transfronteirização entre Brasil e Paraguai: a saúde nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu.** 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2015. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1673/1/Suelen_Azevedo_2015. Acesso em 14 nov. 2022.

BADE, Maicol Rafael. **Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental nas bacias hidrográficas do Paraná 3 (Brasil) e do Alto Paraná (Paraguai): estudo em área de fronteira.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR., 2019. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5353>. Acesso em 14 nov. 2022.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014).** Curitiba – PR: CRV, 2014, 286 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECKER, Bertha Koifmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 1988. Artigo originalmente publicado pelo IBGE na Revista brasileira de Geografia, vol. 50, n.2, número especial, 1988, p.99-125. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BECKER, Bertha Koifmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 153-164, 1995.

BECKER, Bertha Koifmann. Informação e território. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 6-7, 1996.

BECKER, Bertha Koifmann. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21

BENEDETTI, Alejandro. Los espacios fronterizos binacionales del sur sudamericano en perspectiva comparada. **Geopantanal**, Corumbá, v. 8, n. 15, p. 37-72, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/274>. Acesso em 13 nov. 2022.

BERNARDES, Lysia Maria C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, ano 15, n. 3, p. 335-377, jul./set. 1953.

BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press. 1998. 970p.

BHABHA, Homi K. “Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna”. *In: O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1998. p. 198-238.

BPFRON, Batalhão de Polícia de Fronteira. **Histórico**. 2012. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/BPFron/Pagina/Historico>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BPFRON, Batalhão de Polícia de Fronteira. **Página do Facebook do BPFRON**. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/policia.militar.parana.bpfron.batalhao.fronteira>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Secretaria de Programas Regionais. Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF). 2009. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº 120 de 17 de março de 2020. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 18 de março de 2020, Seção 1, p.1. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>. Acesso em 06/08/2020. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº 125 de 19 de março de 2020. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 19 de março de 2020b. Seção 1, p.1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº 125 de 21 de março de 2014. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 24 de março de 2014. Seção 1, p. 45. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº 132 de 22 de março de 2020. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 22 de março de 2020. Seção 1, p.1. 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-132-de-22-de-marco-de-2020-249098650/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 26 de agosto de 1980. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm. Acesso: 19 set. 2019.

BRASIL. Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979. **Diário oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6634.htm> Acesso: 19 set. 2019.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira. Brasília, 2004a.

BRASIL. **Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras: SIS-Fronteiras e a Integração em Busca da Equidade**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil; Secretaria Executiva / DIPE; Secretaria de Atenção à Saúde. 2005b.

BRASIL. **Decreto n. 5.017 de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo – Tráfico de Pessoas. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos Guaranis**. 2. ed. Porto Alegre: EST, Nova Dimensão, 1987

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CATAIA, Marcio. **Território nacional e fronteiras internas**. A fragmentação do território brasileiro. 2001. 163f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. Disponível em: <<https://www.ige.unicamp.br/spec/wp-content/uploads/sites/22/2014/08/tese-Marcio-Cataia.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Cascavel-PR: Editora Educativa, 1988

CORONAVÍRUS: Paraguai bloqueia corredor de pedestres na Ponte da Amizade com barreira de ferro na fronteira com o Brasil. **Portal G1**. São Paulo, 09 de abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/04/09/coronavirus-paraguai-bloqueia-corredor-de-pedestres-na-ponte-da-amizade-com-barreira-de-ferro-na-fronteira-com-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças Do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2010. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DER. **Departamento De Estradas De Rodagem**. Ponte Brasil Paraguai. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/pagina/ponte-brasil-paraguai>. Acesso em: 19 mar. 2023.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. *In*: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luiz Rebelo (Orgs.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013. V. 1, p. 96-124.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. **Estudios Historicos**, Montevideu, n. 1, p. 1-10, may. 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Rio de Janeiro: IESAE/FGV. Mimeo, 1991.

ESPÓSITO NETO, ESPOSITO NETO, Tomaz. As possibilidades e os limites do "realismo periférico": a política externa do Paraguai de 1954 a 1989. *In*: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300051&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 12 May. 2019.

FOLCH, Christine. **Hydropolitics: The Itaipu Dam, Sovereignty, and the Engineering of Modern South America**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Tradução: Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FOUCHER, Michel., **Fronts e Frontières**. Un Tour du Monde Géopolitique. Paris, Fayard. 1991.

FURQUIM JUNIOR, Laercio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil: um contorno dinâmico**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2007.

GANSON, Barbara. **Los guaraníes y la misión jesuítica: la lucha por la supervivencia**. São Paulo: Ediciones Loyola. 2005.

GEMELLI, Vanderleia **As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai**, 2013. 178f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2013.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. **A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã**. Dissertação (Mestrado) Curso de arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008. 194p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GIMENEZ, H. M.; LISBOA, M. T.; SILVA, M. A.; DIALLO, M. A. A Tríplice Fronteira como região: Dimensões internacionais. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 148-167, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/157693>>. Acesso em 16 jan. 2022.

GOMEZ WALTEROS, Jaime Alberto. La migración internacional: teorías y enfoques, una mirada actual. **Semest. Econ.** Medellín, v. 13, n. 26, p. 81-99, Jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-63462010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOTTMANN, Jean. **La Politique des États et Leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973. 169 p.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 337-372.

HAESBAERT, Rogério.; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 7-20, ago. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em 13 nov. 2022.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS. 352p. 2016. p. 25-42

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Editora Paz e Terra, 1990.

HORII, Angélica Karina Dillenburg. K. D. **Redes Ilegais**: O contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. 178f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas (2021)**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre> . Acesso em: 28 abr. 2023.

ITAIPU, ITAIPU BINACIONAL. **Reservatório**. 25/03/2010. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio> Acesso em: 07 dez. 2022.

JESSOP, Bob. La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas. **Eure**, Santiago, Chile, v. 30, n. 89, p. 25-41, mai. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n89/art02.pdf>. Acesso em 14 nov. 2022

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França – 4ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1997. 264 p.

LANGFUR, Hal. **O desafio da Conquista**: selvagens, aliados e resistentes. Rio de Janeiro: Globo Livros. 2009.

LINI, Priscila. Políticas Públicas na fronteira trinacional: o desafio ao pleno exercício da cidadania. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 173-184, 4 ago. 2014. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v4i1.2813>.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”** (2ª edição revisada e ampliada). Cascavel: Edunioeste, 2021, 341p.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em chamadas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-284.

MACHADO, Lia O.; HAESBAERT, Rogério; RIBEIRO, Leticia P.; STEIMAN, Rebeca; PEITER, Paulo; NOVAES, André. O DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2005. p. 87-112.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SCHÄFFER, Neiva Otero; BLAUTH, Nely; DUTRA, Viviane Saad. **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: Agb, 1998. p. 41-49.

MAEDER, Ernesto. J. A. **Os jesuítas e a música II**: O canto na escola, na igreja e no trabalho. São Leopoldo, RS: Unisinos. 2004.

MARCHETTI, Alexandre; ITAIPU BINACIONAL. **Vista aérea das áreas internas da usina**. 2023. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/saneamento-da-regiao> Acesso: 20/01/2023.

MARINHA DO BRASIL. Capitania Fluvial Do Rio Paraná. **Portaria n. 4/CFRP**, de 05/2/2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewe>. Acesso: 5 mai. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASCARENHAS, Milena. **Memórias da Ponte Internacional da Amizade**: representações de um espaço binacional. 2020. 181 f. Tese (Doutorado)- Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguazu, Foz do Iguazu, 2021.

MATOS, João. **Fronteiras terrestres: conceitos e aplicação**. Lisboa: Lidel, 2012. 240 p.

MCNASPY, Clemente J. **Una Visita a las Ruínas Jesuíticas**. Assunção (PY): Loyola, 1987.

MERCOSUL, MERCADO COMUM DO SUL. **Estatuto da Cidadania do MERCOSUL – Plano de Ação**. Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/36781_DEC_064-2010_PT_Estatuto%20Cidadania-Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEZZALIRA, Terezinha. Acolhida à mulher em situação de vulnerabilidade. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 278-283, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/242/225> Acesso em 03 mai. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília. 2009. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes: 2009.

MISKIW, Antonio Marcos. Fronteira. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

MONTEIRO, John Manuel. **Os guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII**. São Paulo: Editora Alameda. 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 152 p.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade Transfronteiriça: o ir e vir na fronteira do possível. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA: 30 ANOS DE ANPUR, 15., 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpur, 2013. p. 1-17.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1998.

NOGUEIRA, Carmen R. D. **O Turismo, o reencontro e a redescoberta da região das Missões**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2007.

OLIVEIRA, Cleverson de. **As políticas migratórias dos governos brasileiro e paraguaio: marcha para oeste (o caso paranaense) e a marcha del este**. 2013. 124 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia Produção do Espaço Urbano e Regional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PARAGUAI implanta medidas preventivas contra coronavírus na Ponte da Amizade. **Portal da cidade**, Foz do Iguaçu, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/regiao/paraguai-implanta-medidas-preventivas-contra-o-coronavirus-na-ponte-da-amizade-5327>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PARAGUAY. Decreto-Ley nº 2.532, de 14 de fevereiro de 2005. Establece la creación de la Zona de Seguridad Fronteriza. **Gaceta Oficial**. Asunción. 2005.

PARAGUAY. Ministerio del Interior. Decreto N° 3.458 de 16 de marzo de 2020. **Gaceta Oficial**, Asunción, 17 de marzo de 2020, p.14-19. 2020a. Disponível em: <https://www.csj.gov.py/cache/lederes/G-54-17032020-D-3458.pdf> Acesso em: 6 mar. 2020.

PARAGUAY. Ministerio del Interior. Decreto N° 3.465 de 17 de marzo de 2020. **Gaceta Oficial**, Asunción, 17 de marzo de 2020, p.1. 2020b. Disponível em: <https://www.mspbs.gov.py/dependencias/portal/adjunto/cfe91a-DECRETON3465.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

PARELLADA, Claudia Inês. Resistência e mudança guarani: a linguagem visual nas missões jesuíticas do guairá (1610-1631). In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL: “CULTURAS, ENCONTROS E DESIGUALDADES”. 9., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2011. p. 1-20.

PARTICIPANTE 01. Entrevista remota concedida em 03/09/2021.

PARTICIPANTE 02. Entrevista remota concedida em 24/08/2021.

PARTICIPANTE 03. Entrevista remota concedida em 25/08/2021.

PARTICIPANTE 04. Entrevista presencial concedida em Foz do Iguaçu em 15/12/2021.

PARTICIPANTE 05. Entrevista presencial concedida em Foz do Iguaçu em 15/12/2021.

PARTICIPANTE 06. Entrevista presencial concedida em Foz do Iguaçu em 15/12/2021.

PARTICIPANTE 07. Entrevista remota concedida em 17/08/2021.

PARTICIPANTE 08. Entrevista presencial concedida em Marechal Cândido Rondon em 27/04/2022.

PARTICIPANTE 09. Entrevista remota concedida em 04/11/2022.

PARTICIPANTE 10. Entrevista presencial concedida em Marechal Cândido Rondon em 15/09/2022.

PARTICIPANTE 11. Entrevista presencial concedida em Santa Terezinha de Itaipu em 19/12/2022

PARTICIPANTE 12. Entrevista presencial concedida em Pato Bragado em 19/12/2022.

PARTICIPANTE 13. Entrevista presencial concedida em Santa Helena em 19/12/2022

PARTICIPANTE 14. Entrevista presencial concedida em Santa Helena em 19/12/2022

PARTICIPANTE 15. Entrevista presencial concedida em Foz do Iguaçu em 15/12/2022.

PARTICIPANTE 16. Entrevista presencial concedida em Foz do Iguaçu em 15/12/2022.

PEITER, Paulo César. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2006-geografia-da-saude-na-faixa-PCP.pdf>. Acesso em 14 nov. 2022.

PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização da terra no Paraguai: migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 97, p. 1-14, jan. 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2016.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

PFLUCK, Lia Dorotéa. **Dos caminhos do Oeste do Paraná (séculos XIX-XX) para as trilhas do ensino de Geografia por meio de imagens**. Cascavel: Edunioeste, 2021. 341 p.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial. Bauru, SP: Edusc. 2003. 444 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Ponte da Amizade. 2021. Disponível em: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=49239> Acesso em: 25/01/2023.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Sílvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. O território Federal do Iguaçu. In: PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Sílvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina (org.). **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RAFFESTIN, Claude. **Pour une Géographie du pouvoir**. Paris: Ed. Litec, 1980.

RATZEL, Friedrich, **Géographie Politique**. Paris: Diffusion Economica, 1988

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pilon, 1976.

RFB, Receita Federal Do Brasil. **Porto Lacustre Sete Quedas, em Guaira**. 2021. Disponível em: <https://gazetadetoledo.com.br/porto-lacustre-sete-quedas-movimentou-mais-de-1-bilhao-de-reais-em-mercadoria-no-ano-de-2021/> Acesso em: 29 abr. 2023.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores**: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador, BA: EDUFBA, 2009. 212 p.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. 276 p.

SANTANA, Paula. **Saúde, território e sociedade**: contributos para uma geografia da saúde. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 392 p.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 8, p. 309-314, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 176 p.

SANTOS, Milton. **Território e cidadania**: o espaço do cidadão. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993. 142 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpq/article/view/7437>. Acesso em 13 nov. 2022.

SASSEN, Saskia. **La movilidad del trabajo y del capital**. Un estudio sobre la corriente internacional de la inversión y del trabajo. Madrid: Centro de publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993. 302p.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. 299 p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A cultura missioneira no universo transfronteiriço**. Cascavel: Edunioeste, 2013.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro**: índios e jesuítas no tempo das missões Rio-platenses. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SCHONS, Alan Diogo. **Fronteira, redes ilegais e segurança pública no Extremo-Oeste do Paraná (Brasil) limítrofe ao Extremo-Leste dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (Paraguai), 1980 a 2018**. 2020. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2020.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. 2ª reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

SILVA, Ana Regina Ferreira. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira**: estados do Pará e do Amapá. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, Henrique Manoel da. **Fronteiriços**: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: Eduem, 2010. 364 p.

SILVA, Micael Alvino da. A usina de Itaipu e o Brasil rural. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 251-256, jul. 2021.

SILVA, Regina Coeli Machado e; DORFMAN, Adriana. Border Control (Brazil, Paraguay, Argentina) and Local Inventiveness in Times of COVID-19. **Borders In Globalization Review**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 94-99, 15 dez. 2020.

SILVA-SOBRINHO, Reinaldo Antônio; ZILLY, Adriana; SILVA, Rosane Meire MunhaK; ARCOVERDE, Marcos Augusto Moraes; DESCHUTTER, Enrique Jorge; PALHA, Pedro Fredemir; BERNARDI, Ângela Sobral. Coping with COVID-19 in an international border region: health and economy. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 29, e3398, p. 1-11, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/H4fqkQHNBCKrVqdDxtxyvWj/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 19 maio 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez. 2011. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf. Acesso em 13 nov. 2022.

SOARES, Washington Roberto Almeida. Negociação e hibridismo no espaço missionário do Guairá pelos escritos de Antonio Ruiz de Montoya (1609-1632). In: CURY, M.J.F. e SCHALLENBERGER, E. (Org.). **A Cultura Missionária no Universo Transfronteiriço**. 1ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013, p. 47-68.

SOUSA, Aníbal Costa de. **O índio como imagem**: representações do índio nas missões da província jesuítica do Paraguai (séculos XVII - XVIII). 1996. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Estado**: produção da região do lago de Itaipu - turismo e crise energética. 2002. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia., Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Eduarda Ramos de. **O conflito de terras entre Brasiguaios e Paraguaiois**: um estudo de caso sobre a violação de direitos humanos dos brasiguaios na região da fronteira. 2013. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel**: a história. Curitiba: Lagarto, 1992.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2002-geografia-das-cidades-de-fronteira-RST.pdf>. Acesso em 14 nov. 2022.

STEIMAN, Rebeca. **Áreas protegidas nas zonas de fronteira internacional da Amazônia brasileira**. 2008. 219 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2008-Areas-protegidas-Amazonia-RST.pdf>. Acesso em 14 Nov. 2022

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia.O. 2002. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. [ISBN: 85-903727-1-5].

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in american history**. New York: Henry Holt and Company, 1920.

UNODC. United Nations Office On Drugs And Crime. **Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes**. 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html> . Acesso em: 11 mai. 2023.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Fragmentos de inconformidade: sociedade, territórios, espaços**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Funag, 2017.

WACHOVICZ, R. Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Rui Cristovam. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Litero Técnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

WESLEY, Maria Helena de Amorim. Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na Cultura e na Soberania Nacional. In: Seminário Soberania Nacional E Relações Internacionais - Natureza Das Fronteiras, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Institucional Extra Limites, ABD (Academia Brasileira de Defesa), 2011. p. 1-54.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 187.

ANEXOS

ANEXO 1: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vivência e interações na Fronteira do Brasil e Paraguai

Pesquisador: ELPIDIO SERRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 42854421.6.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.655.809

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta a pendência em projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Trata-se de analisar a questão da dinâmica regional e do território construído pelos povos de fronteira, compreendendo quais são os aspectos geradores de uma convivência, sob o ponto de vista socioespacial de mobilidade entre os moradores da zona de fronteira.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informa que os riscos referentes à garantia do sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, serão minimizados através do roteiro de entrevista em não solicitar o nome e na garantia da publicação dos resultados em preservar a identidade dos entrevistados, sendo que todos serão identificados apenas como "Participante", e com denominação diferenciada de um para o outro apenas por número consecutivo, mantendo o sigilo absoluto das informações prestadas. Sob os seguintes riscos: a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; b. Desconforto; c. Medo; d. Vergonha; e. Estresse; f. Cansaço ao responder. Nos comprometemos a minimizá-los em não explorar o tema assim que identificar desconforto ou hesitação, sendo que o entrevistado poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal. Benefícios: As situações vivenciadas pelos moradores de zona de fronteira devem ser analisadas, compreendendo as

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 4.655.809

características e as necessidades da população estudada. A importância de aplicar este projeto é a de que pode contribuir para que essas localidades tenham subsídios, através do conhecimento realidade e das necessidades da população fronteiriça. É, portanto, fundamental apresentar e caracterizar os aspectos geográficos relacionados com as condicionantes na fronteira. Desta maneira, é indispensável verificar as interações transfronteiriças. Conforme apontam Gadelha e Costa (2007), a principal dificuldade observada nas áreas de fronteira é a movimentação das populações residentes em fluxos, nos dois sentidos, buscando a melhor oferta de ações e de serviços. Essa mobilidade promove diversas dificuldades para os gestores dos municípios brasileiros e dos países vizinhos, como problemas diplomáticos e obstáculos jurídicos e operacionais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo que abrange as localidades situadas no limite de fronteira Brasil e Paraguai. A temática sobre fronteiras já é tradicional na geografia, pois há possibilidades de renovar os conhecimentos através de novas perspectivas de estudo. A fim de contribuir para a melhor compreensão a situação de morar na fronteira repercute na qualidade de vida das populações fronteiriças, no plano metodológico, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que adota, como estratégia de ação, a construção de uma matriz metodológica como eixo norteador de análise referente a mobilidade e integração fronteiriça. A matriz metodológica segue a seguinte estrutura para o eixo: questões norteadoras; conceitos-processos adotados; variáveis, técnicas de coleta e de tratamento de dados. A pesquisa será precedida por uma ampla revisão da literatura. Questões norteadoras serão aplicadas por meio de entrevistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável Institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas. Apresenta as autorizações necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Na pendência havia sido solicitada a inclusão de um TCLE, sendo a mesma acatada.

De acordo com a análise realizada e as informações contidas nos arquivos anexados, baseado na legislação vigente, este Comitê julgou aprovado o presente protocolo de pesquisa com as seguintes recomendações.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4507 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 4.655.809

O pesquisador deve assegurar que nenhum dado seja coletado junto aos participantes de pesquisa antes da aprovação do protocolo por este Comitê, caso tenha ocorrido, os mesmos devem ser descartados.

Inserir no TCLE o nome completo de todos os pesquisadores, endereço, telefone e e-mail, pois as informações foram fornecidas parcialmente.

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador deve assegurar que nenhum dado seja coletado junto aos participantes de pesquisa antes da aprovação do protocolo por este Comitê, caso tenha ocorrido, os mesmos devem ser descartados.

Inserir no TCLE o nome completo de todos os pesquisadores, endereço, telefone e e-mail, pois as informações foram fornecidas parcialmente.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1693012.pdf	17/03/2021 20:37:15		Aceito
Outros	RESPOSTA2.docx	17/03/2021 20:34:42	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpendenciacorrigida.pdf	16/03/2021 15:24:42	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP2020.doc	03/02/2021 14:54:29	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADA.pdf	28/01/2021 16:12:43	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistas.pdf	22/01/2021 18:00:16	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito
Outros	justificativa.pdf	22/01/2021 17:57:13	SUELEN TERRE DE AZEVEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 4.655.809

MARINGÁ, 16 de Abril de 2021

Assinado por:

**Tania Regina dos Santos Soares
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

ANEXO 2 -Termo De Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) participante da pesquisa

Convidamos a participar de nossa pesquisa **“Vivência e interações na Fronteira do Brasil e Paraguai”** que tem o **objetivo de analisar a questão do território construído pelos povos de fronteira, verificando se as interações estão acima dos territórios nacionais**. Compreendendo a livre circulação de pessoas nas cidades fronteiriças e as vivências relacionadas à questão territorial e a cooperação, constituindo redes de solidariedade, para isso será realizada uma entrevista com duração média de uma hora.

Durante a entrevista você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. Informamos que os riscos referentes à garantia de seu sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, serão minimizados através do roteiro de entrevista em não solicitar seu nome e na garantia da publicação dos resultados em preservar a sua identidade, sendo que todos participante serão identificados apenas como “Participante”, e com denominação diferenciada de um para o outro apenas por número consecutivo, mantendo o sigilo absoluto das informações prestadas. Sob os seguintes riscos como: possibilidade de constrangimento; vergonha; desconforto; medo; estresse e cansaço ao responder o questionário, nos comprometemos a minimizá-los em não explorar o tema, assim que identificar desconforto ou hesitação.

Sua entrevista ajudará no levantamento de informações sobre a realidade da fronteira Brasil e Paraguai nos municípios paranaenses. Fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre as questões culturais, políticas e familiares das populações fronteiriças, e assim contribuirá para futuros projetos sobre o tema estudado.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao(a) Sr(a). Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. As informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando publicados. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal. Esta pesquisa possui vínculo com a Universidade Estadual de Maringá– UEM através do Programa Pós-Graduação de Geografia – nível Doutorado, sendo a aluna Suelen Terre de Azevedo a pesquisadora principal, sob a orientação da Prof. Dr. Elpidio Serra. Os pesquisadores estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate-nos pelo telefone (45) 99963-6191, e-mail: suelenterre@yahoo.com.br, serraelpidio@gmail.com ou o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM (COPEP) de segunda a sexta-feira, das 8 às 11h30 e 14h às 17h30: Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP 87020-900. Maringá-Pr. Fone: (44) 3011-4444, e-mail: copep@uem.br.

Declaro que fui informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) e **desejo participar do projeto**

Assinatura do participante de pesquisa: _____

Eu, SUELEN TERRE DE AZEVEDO, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante.

Assinatura do pesquisador responsável: _____ Data: ____ de ____ de 202__

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro para entrevistas

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – Residentes na região de fronteira nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu - Brasil e Paraguai

Data da entrevista: _____

01. Local de Nascimento.

02. Local de Residência.

03. Profissão (autônomo/empregado).

04. Idade.

05. Escolaridade.

06. No seu entendimento é possível perceber a proximidade do seu município com a fronteira do Paraguai? Como?

07. No seu município é possível perceber um fluxo constante da população residente no Paraguai? Ou mesma situação no sentido contrário? Isto gera algum problema, relacionado a proximidade da fronteira?

08. No seu entendimento, a travessia entre o Brasil e Paraguai é fácil ou difícil de ser realizada? Qual é o meio de transporte mais utilizado?

09. Quais serviços/atendimentos os residentes no Paraguai procuram em seu município?

10. Já buscou algum serviço/atendimento no Paraguai? Com que frequência?

11. Possui familiares, amigos ou conhecidos próximos que residem ou já residiram no Paraguai?

12. Já residiu no Paraguai? Se sim, qual foi o motivo de ter ido morar em outro País? Por qual motivo retornou?

13. Existem ações integradas entre seu município de residência e o Paraguai? Se sim, quais?

14. Considerando o Brasil e o Paraguai, você conhece pessoas que residem em um país e que trabalham ou estudam em outro país?

15. É possível identificar costumes, culturas e ações que podem ser vistos somente nas cidades da fronteira Brasil e Paraguai nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu? Quais?

16. Gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre a sua vivência em um município de fronteira?

Observação: durante as entrevistas foi questionado sobre os impactos observados durante a pandemia de COVID-19.